



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO  
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE

Cristiano Paulo Pitt

**VIDA AGRESTE:  
MEMÓRIA E REGIONALIDADE EM SÃO BERNARDO**

Caxias do Sul

2010

Cristiano Paulo Pitt

VIDA AGRESTE:  
MEMÓRIA E REGIONALIDADE EM *SÃO BERNARDO*

Dissertação apresentada à Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. João Claudio Arendt.

Caxias do Sul

2010

*“A vida não é a que a gente viveu, mas a que a gente lembra, e como lembra dela pode contá-la.”*

Gabriel García Márquez

*“Tudo isso é fácil quando está terminado e embira-se em duas linhas, mas para o sujeito que vai começar, olha os quatro cantos e não tem em que se pegue, as dificuldades são terríveis.”*

*(trecho de São Bernardo)*

## RESUMO

Este trabalho discute a performance da memória e suas implicações em questões de identidade, sociedade e, principalmente, na constituição da regionalidade na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, mediante a análise do texto – em primeira pessoa – atribuído a seu protagonista e narrador, Paulo Honório – e considerações publicadas na fortuna crítica relacionada ao livro e ao autor. Abordam-se ainda os temas de região e regionalidade, através de discussões teóricas e análises da obra e de textos críticos preexistentes. O estudo divide-se em quatro capítulos: o primeiro privilegia os aspectos da memória em *São Bernardo*; o segundo aborda a visão de sociedade proporcionada pelo texto; o terceiro, a questão da identidade social e, por fim, discutem-se os aspectos de regionalidade e região.

Palavras-chave:

Graciliano Ramos, *São Bernardo*, memória, identidade, regionalidade.

## ABSTRACT

This work discusses the memory performance and its implications in questions of identity, society and specially in regionality's constitution in the work *São Bernardo*, by Graciliano Ramos, by analysis of first person text – attributed to its protagonist and narrator, Paulo Honório – as well as book's and author's literary criticism analysis. It approaches also the themes of region and regionality, through theoretical discussions and analysis of work and preexisting critical texts. The study is divided into four chapters: the first focuses on aspects of memory in *São Bernardo*; the second deals with the vision of society offered by the text; the third, the question of social identity and, finally, we discuss aspects of regionality and region.

Keywords:

Graciliano Ramos, *São Bernardo*, memory, identity, regionality.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. A MEMÓRIA E A DECIFRAÇÃO DE PAULO HONÓRIO .....	14
2.1 “Tenciono contar a minha história”: a memória e sua dinamicidade .....	15
2.2 “Divisão do trabalho”: memória individual, memória coletiva.....	23
2.3 “Não me lembro com precisão”: esquecimento, presença de ausência.....	29
2.4 “Lá vinham os projetos”: memória, presente e futuro.....	36
2.5 “Dias perdidos”: memória e incompletude.....	37
3. A MEMÓRIA SOCIAL DO NARRADOR .....	38
3.1 “Não tive remorsos”: memórias de dominação .....	42
3.2 “Que utilidade tem isso?”: memórias de amenidades intelectuais .....	51
3.3 “Uma penca de vantagens”: mais memórias de dominação .....	54
3.4 “Aqui não é a Rússia”: memórias de convivência política.....	55
3.5 “Dinheiro é dinheiro”: memórias de reificação .....	57
3.6 “Viçosa, Alagoas”: um mundo confinado .....	58
4. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO NARRADOR .....	60
4.1 Ressalvas, reparos, acertos .....	64
4.2 Paulo Honório: um retocado autorretrato .....	66
4.3 Um esboço interpretativo .....	78
5. A REGIÃO EM <i>SÃO BERNARDO</i> : TENSÕES E REPRESENTAÇÕES.....	81
5.1 Problemas conceituais .....	83

5.2 Soluções teóricas .....	90
5.3 <i>São Bernardo</i> : região, regionalidade, regionalização.....	95
5.4 A região como tensão dialética.....	98
5.5 Madalena: atitude e desistência .....	104
5.6 Seu Ribeiro: a região e a modernidade.....	106
5.7 Revalidações.....	108
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	110
7. REFERÊNCIAS .....	114

## 1. APRESENTAÇÃO

A arte e a ciência são, de longa data, maneiras de o ser humano buscar compreender o mundo, as coisas e a si mesmo. Tanto o avanço do conhecimento científico quanto o contínuo desenvolvimento artístico através dos tempos configuram sucessões de tentativas de superação que visam, entre outros objetivos, explicar a condição e as particularidades humanas no mundo. Observando os temas abordados tanto pela literatura quanto pelas ciências – especialmente em seus ramos psicológicos, humanos e sociais –, percebemos que existe uma coincidência de abordagens e de problemáticas entre diversas partes do planeta, ou pelo menos no mundo ocidental e suas áreas de influência. Em consonância com esta lógica, também a literatura posiciona-se a serviço da mesma causa. A propósito, a literatura – e a arte em geral – são dotadas de enorme potência neste sentido, até mesmo conseguindo, certas vezes, ser mais abrangentes em suas demonstrações do que a própria ciência. Assim, não podemos deixar de levar em consideração os estudos literários – incluindo os de caráter regional, como é o caso do presente trabalho – para investigarmos suas conexões com temas fundamentais da humanidade em busca de significados relevantes.

No Brasil, temos uma produção literária regional que, em que pese nossa pouca idade como nação, pode ser dita ampla. Se esta modalidade aparece ainda no século XIX, sobremaneira pelo painel romântico sertanejo elaborado por José de Alencar de modo mais idealizado e distante das realidades locais (CHAVES, 2001, p. 25-28), que influenciou o sertanismo em voga nas décadas de 1890 e 1900, é apenas mais tarde que reaparece com

força, porém desprovido, desta vez, de qualquer pretensão como projeto nacionalista. Neste terceiro momento, destacam-se obras e autores que primam pela crítica social das regiões abordadas, sem por isso deixar de haver neles agudas tensões psicológicas, tais como em José Lins do Rego – em sua fase madura –, Cyro Martins – que desmitificou a figura tradicional do gaúcho – e, mais do que estes, Graciliano Ramos.

Graciliano Ramos é, inegavelmente, uma das maiores figuras da Literatura brasileira. Sua contribuição inclui alguns de nossos maiores clássicos, como *São Bernardo*, livro que o promoveu ao reconhecimento como grande escritor, lançado em 1934, e *Vidas Secas*, de 1938, seu maior sucesso editorial. Nessas obras, o autor põe em admirável prática seu estilo ao mesmo tempo rico e econômico, o qual defendia abertamente, em busca da significação máxima do texto. Ao lado disso, temos com Graciliano uma postura poética engajada, como se vê claramente em algumas crônicas da coletânea *Linhas Tortas* em que defende o que chama de literatura “real” ou “suada” (RAMOS, 2005, p. 139) – basicamente o neorealismo nordestino, árido de temas e de paisagens, com suas “facas de ponta, chapéus de couro, cenas espalhafatosas, religião negra, o cangaço e o eito, coisas que existem realmente e são recebidas com satisfação pelas criaturas vivas” (RAMOS, 2005, p. 192) – em contraposição ao estilo empolado de alguns escritores caracterizados por ele como “inimigos da vida”, fabricantes de “um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende”, de uma arte “inofensiva” (RAMOS, 2005, p. 192).

O resultado da aplicação deste entendimento literário com o referido método direto de linguagem é um livro de extrema concisão, de altíssima densidade, “curto, direto e bruto” (CANDIDO, 2006, p. 32), de certo modo em sintonia com o jeito de ser de seu personagem central. A narrativa em primeira pessoa, aliada a este estilo, proporciona fluidez e, ao mesmo

tempo, alta concentração de conteúdo significativo, o que gera no romance fortíssima carga psicológica.

Os escritores que compartilham ideário semelhante ao de Graciliano Ramos tendem a fazer de seus romances veículos de crítica social. Em *São Bernardo*, o autor não procede de modo diferente e não deixa dúvidas quanto aos destinatários de sua mensagem, pois associa diretamente seu texto ao contexto específico em que os fatos ocorrem: neste caso, a zona da mata alagoana:

Afinal, cansado daquela vida de cigano, voltei para a mata. (RAMOS, 2006, p. 19).

Resolvi estabelecer-me aqui na minha terra, município de Viçosa, Alagoas, e logo planeei adquirir a propriedade S. Bernardo, onde trabalhei, no eito, com salário de cinco tostões. (RAMOS, 2006, p. 21).

Assim, temos aqui uma obra exemplar de caráter regional; psicológica por essência, social por seu posicionamento crítico, mas pintada, evidentemente, com as cores da cultura local e diretamente influenciada pelas relações locais e suas correspondentes nos contextos suprarregionais.

Fica claro, desta maneira, que temos em mãos um objeto de pesquisa de grande potencial para a busca de significados, o qual não se deve à mera localização geográfica do cenário de *São Bernardo*, mas sim pelo seu trânsito pela dinâmica da regionalidade.

Por todos os argumentos acima, o que ora planejamos é uma efetiva contribuição científica para os estudos literários de caráter regional, buscando um enfoque diferenciado sobre a obra proposta e atribuindo-lhe novas possibilidades significativas; além disso, uma contribuição social, possibilitando uma nova compreensão sobre a relação entre memória e identidade individual e coletiva, interferindo nas criações, recriações e reinterpretações culturais, fomentando a consciência humana sobre seus atos de memória.

\* \* \*

Se, por um lado, a obra de Graciliano Ramos já serviu de *corpus* para um vasto número de pesquisas, as quais já desvendaram vária gama de significados, é forçoso comentar que a maioria destes estudos pecou pela prática de abordagens insuficientes para sua compreensão. Boa parte deles adotou exageradamente uma tendência de abordagem literária extrínseca, cuja última finalidade não é o texto, mas seus elementos extraliterários. Representam essa tendência os métodos do biografismo e de seu similar, o psicologismo – ambos vinculando, de modo reducionista, a produção literária do autor à sua história de vida, ignorando a sublimação desta experiência durante o trabalho artístico – e pelo sociologismo que, embora válido, por vezes acaba perdendo o devido enfoque literário, dando mais destaque à Sociologia do que à análise estética. Outros enveredaram pelo extremo oposto e igualmente insuficiente, a tendência intrínseca da Literatura, que, no caso da crítica a Graciliano Ramos, segundo Verdi, recai nos métodos imanentistas (1989). *São Bernardo* sinaliza uma exceção à esta regra, tendo gerado qualificada fortuna crítica, o que não significa, entretanto, o seu esgotamento: entre os estudos que se destacaram por uma boa análise dialética ou estética, ou seja, aquela que chega “a uma concepção totalizadora da obra literária”, contrabalançando adequadamente elementos intrínsecos e extrínsecos à obra (VERDI, 1989, p. 124), a maior parte se debruça sobre questões como a relação homem-natureza, o conflito de gêneros ou o caráter político do romance. Poucos, como Sônia Brayner, dedicaram-se a examinar o papel da memória em *São Bernardo* e, quando o fizeram – muito embora primando por uma crítica dialética de boa qualidade – no mais das vezes foi para tratá-la como mero desabafo do narrador (VERDI, 1989, p. 132), ignorando o efeito estruturante e de conteúdo significativo deste relato para a composição e para a compreensão da obra.

Assim, identificamos um ângulo do qual ainda pouco se observou esta importante peça da nossa Literatura, já que entendemos, concordando com Brayner, que a memória

desempenha papel fundamental não apenas para a performance do enredo, na condição de elemento estrutural do romance, como seu operador temporal, mas, indo além, também para a revelação da identidade do narrador-personagem e, quem sabe, de importantes aspectos culturais do seu meio. Ao mesmo tempo, procuraremos analisar o posicionamento ideológico do livro e as tensões entre os grupos sociais presentes, em busca de significados que desmintam a limitação regional em que se ambienta a obra.

O presente trabalho, para que possamos atingir nossos objetivos, divide-se em quatro capítulos. O primeiro deles conceitua e aborda o papel do grande operador narrativo e estruturante de *São Bernardo*: a memória e, mais especificamente, a performance memorial de Paulo Honório, o protagonista, a voz do romance construído em primeira pessoa, em alto e bom tom.

Além de buscar compreender o mecanismo memorial do narrador e suas consequências para o romance, esse capítulo prepara o terreno para as duas abordagens seguintes, as quais, partindo de nossas primeiras percepções, avançam e se aprofundam em duas vertentes. A primeira delas reside sob a égide do que chamamos de “memória social”, como explicita o título do segundo capítulo. Nele, procuramos fazer um esboço da sociedade regional conforme a descreve o texto confessional de Paulo Honório. Quase isenta de filtros, a narrativa acaba subvertendo-se em uma ácida denúncia da peculiar organização social em que se ambienta *São Bernardo*. A segunda vertente é a da identidade, nascida do pressuposto de que é possível extrair da narrativa um retrato de Paulo Honório e, a partir disso, de tudo o que ele pode significar em termos de representação coletiva.

Em seguida, partimos para a abordagem das questões de região, regionalismo, regionalidade e de universalidade, esta última justificada pela recorrência e pela variedade de alusões que se manifestam na crítica não apenas a *São Bernardo*, mas à obra de Graciliano Ramos como um todo. Neste capítulo, tentaremos desfazer o nó cego formado por

interpretações sucessivas – contraditórias, às vezes; outras vezes apressadas; ou ainda pertinentes – assentadas tanto sobre o romance quanto sobre seu autor, sob variadas perspectivas.

De maneira resumida, portanto, buscaremos, a partir de um ponto de vista diferenciado em relação aos anteriores, encontrar uma compreensão mais abrangente das significações de *São Bernardo*, de acordo com os avanços teóricos logrados pelos estudos científicos e literários nas últimas décadas. É o que se apresenta nas próximas páginas.

## 2. A MEMÓRIA E A DECIFRAÇÃO DE PAULO HONÓRIO

*“É um emaranhado de coisas obscuras e fugidias fechando algumas poucas clareiras a que nos apegamos. Nela entra o que nos interessa e o que não. É um ambiente sujo de muitas e profundíssimas camadas de sujeira. Quem se move com desprendimento em um lugar como este?”*  
(Ahab, personagem de *Pequod*, de Vítor Ramil)

*São Bernardo* é uma das obras produzidas por Graciliano Ramos em primeira pessoa, ao lado de *Angústia* e *Caetés*, que foi seu livro de estreia. Nota-se desde a primeira vista, portanto, a inclinação do escritor por esta opção narrativa, que caracteriza muitos romances ditos psicológicos. Conforme a expressão de Antonio Candido em *Os bichos do subterrâneo*, um de seus mais célebres ensaios, estas três obras “constituem essencialmente uma pesquisa progressiva da alma humana, no sentido de descobrir o que vai de mais recôndito no homem, sob as aparências da vida superficial” (CANDIDO, 2006, p. 101).

Essa progressividade quer dizer que, em *Caetés*, ainda encontramos um artista em processo de aperfeiçoamento, sem o domínio da linguagem do “eu” que verificamos em sua produção posterior. O próprio Graciliano, em recorrentes passagens das *Memórias do Cárcere*, demonstra sua insatisfação com *Caetés* – “uma porcaria”, “consequência de uma leviandade” (RAMOS, 2008, p. 206). Mas a modéstia do autor é tanta – e tão implacável – que acaba desqualificando sua autocrítica, pois mesmo de *Angústia* – o outro extremo da escala progressiva de análise psicológica, e que estava para ser publicado quando o autor encontrava-se preso – segundo ele, “não se venderiam cem exemplares”, alerta dado ao editor

José Olympio, uma vez que seria um romance “desagradável” e “mal escrito”, sem “nenhuma concessão ao gosto do público” (RAMOS, 2008, p. 250).

Não é o que se verifica na prática. Tanto *Angústia* como *São Bernardo* mostram um escritor com exímio conhecimento do chamado *stream of conscience*, ou fluxo de consciência, capaz de transferir para o papel toda a complexidade dos tortuosos caminhos da inteligência humana, todas as dúvidas, contradições, imagens e associações de ideias inerentes ao trabalho de lembrar. Em outras palavras, afirmaríamos, sem risco de contradizermos-nos, que Graciliano Ramos detém pleno domínio sobre o que Proust denominou *memoire involontaire*, aquela que “se deixa guiar não pela continuidade do tempo abstrato vazio, mas sim pelas associações dominadas pelo acaso” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 69-70).

E se não caímos em contradição é porque ambos os livros são conduzidos pelo fluxo de consciência e, ao mesmo tempo, são memórias de seus narradores. Se em *Angústia* temos um Luís da Silva, personagem conturbada ao extremo, asfixiada pela realidade miserável de sua vida ordinária, engessada pelo tédio microburocrata de seu ofício, em franco processo de enlouquecimento, que reconstitui o caminho que o levou a cometer um crime passionai, em *São Bernardo*, por sua vez, temos um Paulo Honório igualmente perturbado, também em conflito existencial insolúvel, em um nível angustiante de tensão, que passa a limpo toda a sua existência de cinquenta anos, depois de conhecer a ruína pessoal. Sobre este último, deteremos as nossas atenções a partir de agora, examinando seu exercício de memória.

## **2.1 “Tenciono contar a minha história”: a memória e sua dinamicidade**

A memória já foi definida, em uma noção muito próxima à do senso comum, como não apenas a “aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações” (IZQUIERDO, 2002, p. 9), mas também como a organização da experiência em um patrimônio utilizável para si e comunicável para os outros (TEDESCO, 2004, p. 38). Esta noção, que indica o caráter intencional e pragmático da memória, espécie de ferramenta

utilizada para comunicação entre homem e mundo, portadora da imagem que queremos transmitir de nós mesmos ao nosso em redor, será importante para a compreensão da poética de Paulo Honório, pois ele, no momento em que redige suas reminiscências, é um homem solitário e arrasado pelos acontecimentos. Parece ser justamente a busca de uma revisão de sua biografia, das explicações reveladoras dos motivos de sua desgraça – ou então de sua “autoabsorção”, através da escrita que “tem em seu centro uma solidão que com a força do *maelstrom*<sup>1</sup> arrasta o mundo em seu turbilhão” (BENJAMIN, 1994, p. 46) – a razão pela qual escreve. Não que isto seja admitido pelo autor-narrador, que apenas afirma ter iniciado “a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem” (p. 11)<sup>2</sup>.

–Então para que escreve?

– Sei lá!

O pior é que já estraguei diversas folhas e ainda não principiei. (p.13).

No entanto, não se consegue perceber outra causa que motive Paulo Honório, homem declaradamente avesso à cultura letrada, para a escrita, senão a procura pelo que Lukács denomina superação da dualidade entre interioridade e mundo exterior, o que se dá ao se “vislumbrar a unidade orgânica de toda a sua vida como fruto do crescimento de seu presente vivo a partir do fluxo vital passado, condensado na recordação” (LUKÁCS, 2000, p. 34), ou seja, a procura por uma espécie de autoconhecimento que talvez lhe traga paz de espírito, mediante uma escrita testemunhal de sua própria catástrofe. Ele próprio declara a inexistência de motivos financeiros, quando diz que “é tarde para mudar de profissão” (p. 13).

Esta escrita de autorreferência trágica é corroborada pela ideia de que “testemunha-se o despertar para a realidade da morte. (...) despertamos antes de mais nada para a nossa culpa, pois nosso compromisso ético estende-se à morte *do outro*, à consciência de que nossa visão

---

<sup>1</sup> Redemoinho, em tradução livre.

<sup>2</sup> Todas as citações de *São Bernardo* foram extraídas da 83ª. edição, datada de 2006, da Editora Record. Será especificado, a partir deste momento, apenas o número da página de referência.

da morte chegou ‘tarde demais’” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 58). É justamente esse o caminho que leva Paulo Honório da ética à estética, ao romance de sua vida: seu conflito interior surge com o matrimônio – desinteressado de sentimentos, objetivando apenas o nascimento de herdeiros para a fazenda – com a professora Madalena, e tem seu ápice a partir do suicídio desta última.

O suicídio foi a via radical pela qual Madalena solucionou os inabaláveis problemas de convivência com o marido, depois de três anos de casamento. A pressão que Paulo Honório exerceu durante este período na tentativa de reduzi-la ao mesmo nível dos demais habitantes da fazenda e de seu círculo de convivência, numa relação de proprietário e propriedades, foi o que provocou o afastamento do casal. Em oposição a esta tentativa opressora, temos o comportamento que Madalena desenvolve – autônomo, independente, colaborativo – o qual contraria as expectativas de Paulo Honório, que esperava uma vida conjugal ao modo das convenções patriarcais, reservando à esposa um papel secundário. Porém, Madalena é uma mulher intelectualmente iluminada, cujo caráter se pauta pelo respeito mútuo não apenas no âmbito da família, mas para com todas as pessoas de sua relação, inclusive os mais humildes funcionários da fazenda, com quem se identifica por já ter passado por limitações e pobreza semelhantes. Esta, digamos, ousadia, não apenas incomodou sempre o equilíbrio de Paulo Honório, como chegou a gerar-lhe uma sensação de insegurança, logo traduzida em ciúme que, sublimado, agregou desprestígio – o desprestígio possível para o narrador, imposto pela dominação econômica e de gênero – à caracterização da esposa:

Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. (...) Madalena, propriamente, não era uma intelectual. Mas descuidava-se da religião, lia os telegramas estrangeiros. E eu me retraía, murchava. Requebrando-se para o Nogueira, ao pé da janela, sorrindo! Sorrindo exatamente como as outras, as que fazem conferências. Perigo. (p. 158-159).

A manifestação pública deste ciúme e, principalmente, seu desenvolvimento para níveis mais intensos, para não dizer patológicos, é o que acaba conduzindo Madalena à infelicidade, e desta para o suicídio:

Padre Silvestre passou por S. Bernardo – e eu fiquei de orelha em pé, desconfiado. Deus me perdoe, desconfiei. Cavalos amarrados também comem.  
A infelicidade deu um pulo medonho: notei que Madalena namorava os caboclos da lavoura. Os caboclos, sim senhor.  
Às vezes o bom senso me puxava as orelhas:  
– Baixa o fogo, sendeiro. Isso não tem pé nem cabeça.  
(...)  
Creio que estava quase maluco. (p. 178).

Desde então, o narrador vê todo o seu mundo – entenda-se basicamente um patrimônio material, contabilizado em balanço, construído com ímpeto e vigor hercúleos – desabar, sendo abandonado pela maioria de seus conhecidos e funcionários. Vem então o declínio econômico, motivado não apenas pelo abalo psicológico coletivo imposto pela morte de Madalena, mas também por uma revolução que resulta em mudança no comando do poder no país, instabilidade política e crise econômica<sup>3</sup>. Este mundo particular, centrado na fazenda que dá título ao romance, perde, então, de um momento para outro, todo o significado para Paulo Honório, que passa a sentir um misto de culpa, arrependimento e desesperança:

– Estraguei a minha vida estupidamente.  
Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível começarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível começarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu.  
Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige. (p. 220).

Podemos, a partir dessa passagem, confirmar a hipótese de que a escrita de Paulo Honório tem o tom da autopunição ou, pelo menos, do testemunho de sua tragédia pessoal<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Deduz-se, pelas referências contextuais – ao mês de outubro, por exemplo – que seja a Revolução de 1930, a qual conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República e resultou em várias trocas de governadores de Estado, oito delas apenas na região Nordeste.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de “literatura de testemunho”, Márcio Seligmann-Silva afirma tratar-se daquela que alude a um trauma, “um evento que justamente resiste à representação” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373): “testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47). “Os exemplos de eventos traumáticos são batalhas e acidentes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 48). Embora o foco deste estudioso seja o testemunho histórico, e seus artigos, em geral, voltados à questão do Holocausto (ou

Vai fazer questão, para melhor escoar as devidas culpas, de ressaltar suas características brutas, para que crie de si mesmo a imagem monstruosa que pode lhe trazer as explicações, ou pelo menos as justificativas, desejadas. É o que se verifica em seu tratamento inescrupuloso de questões normalmente delicadas, como o favorecimento em casos na justiça, “graças às chicanas de [o advogado] João Nogueira” (p. 49), e a violência física:

O dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. (...) Não desanimei: escolhi uns rapazes em Cancalancó e quando o doutor ia para a fazenda, caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos-de-raposa. (...)

– Que justiça! Não há justiça nem há religião. O que há é que o senhor vai espichar aqui trinta contos e mais os juros de seis meses. Ou paga ou eu mando sangrá-lo devagarinho. (p. 17-18).

Outro aspecto importante no desenho do caráter paulonoriano diz respeito à distância entre os pontos de vista presente e passado. É óbvio que qualquer tipo de lembrança sempre se dá em um momento – um presente – posterior ao de sua referência – um passado. Este presente fornece um ponto de vista atual e normalmente diferente daquele do passado, o que vai, inelutavelmente, interferir no caráter do objeto lembrado. De modo mais simples, poderíamos dizer que o presente interfere no passado, atualizando ou modificando-o segundo seu ponto de vista: as “lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Então uma lembrança é sempre uma atualização presente de uma percepção passada.

Ora, o caso de Paulo Honório, que busca na memória uma explicação para suas desgraças e ao mesmo tempo uma canalização para suas culpas, faz com que esta atualização do passado também interfira de modo muito forte em sua autoimagem. No momento em que

---

Shoah, como ele prefere denominar), não vemos nenhum descabimento em assim caracterizar a escrita fictícia de Paulo Honório, presa a seu drama particular, afinal de contas “a experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. (...) o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à compreensão dos mesmos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 48), definição plenamente aplicável ao caso do protagonista de *São Bernardo*, traumatizado por sua tragédia pessoal.

escreve, ele conhece sentimentos outrora ignorados, especialmente o ciúme “idiota” (p. 169), mas também o arrependimento, o remorso, a solidão e o abandono:

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo. Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. (p. 221).

Por consequência, pela primeira vez notamos no relato de sua vida um problema de baixa autoestima, que aparece recorrentemente, com o narrador esquecendo-se de sua humanidade corporal, enquadrando-se na ideia kafkiana da deformação, “aspecto assumido pelas coisas em estado de esquecimento. Elas são deformadas” (BENJAMIN, 1994, p. 158), caracterizando-se como não faria na época da prosperidade econômica da fazenda, isto é, como um anômalo, uma espécie de monstro:

Que mãos enormes! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram enormes, curtos e grossos. Acariciar uma fêmea com semelhantes mãos! (p. 164).

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. (p. 221).

O caráter intencional da memória, ao lado da vasta distância entre os pontos de vista presente e passado, ajuda Paulo Honório a desenhar-se como deseja – violento, impetuoso, bruto. Não é, no entanto, uma ferramenta criativa, ou seja, não está a serviço nem da fantasia nem da ficção. Ricoeur (2007, p. 25-26) faz questão de delimitar as fronteiras entre memória e imaginação, a saber: aquela tenta evocar uma realidade, uma impressão que julga verdadeira; esta, por sua vez, vai buscar o fantástico, a fantasia. Tal diferenciação é necessária porque a tradição filosófica sempre fez da memória uma representação imagética – quase visual e auditiva – do passado, como se este não fosse revisto, o que leva, além da confusão, a um rebaixamento da memória às escalas inferiores dos modos de conhecimento, que é onde se localiza a imaginação. Uma vez desfeita esta confusão, temos por inferência que a memória possui o ideal da fidelidade, ou, em outras palavras, “nada melhor que a memória para

garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança” (RICOEUR, 2007, p. 26), tanto que, se podemos acusá-la de inconfiável, é por que ela é o único meio para validar o caráter passado daquilo que declaramos lembrar. Igualmente, um falso testemunho de memória só pode ser contestado por outro testemunho de igual teor, embora de melhor reputação (RICOEUR, 2007, p. 40-41).

Um conceito importante trazido por Ricoeur é o de retenção, proposto por Husserl nas *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps*:

(...) a idéia de que alguma coisa começa e cessa, começa e, depois de seu fim, “cai” no mais longínquo passado, é comum. Propõe-se então a idéia de retenção: “nessa recaída”, eu o “retenho” ainda, eu o tenho numa “retenção”, e, enquanto ela se mantém, “ele tem sua temporalização própria, ele é o mesmo, sua duração é a mesma” (...). Passaremos, então, da fenomenologia da lembrança à consciência íntima do tempo. (RICOEUR, 2007, p. 50).

Ou seja, o que permanece é a percepção de alguma coisa – percepção, e não imaginação. Por isso a retenção é chamada de lembrança primária.

Por outro lado, temos a lembrança secundária, ou reprodução. A reprodução “supõe que a lembrança primária de um objeto temporal (...) ‘desapareceu’ e voltou” (RICOEUR, 2007, p. 52), uma espécie de lembrança da lembrança primária. O objeto temporal desprende-se da percepção (e por isso desprende-se também do presente), torna-se, de fato, passado, o que implica sua atualização, sua revisão pelo ponto de vista presencial, quando do fenômeno da lembrança. Então, temos um ponto de contato entre a reprodução e a imaginação: estão ambas marcadas pela ausência. Todavia, a reprodução ainda possui tanto o ponto de vista do presente quanto o do passado, do momento original, o que a mantém vinculada ao ideal veritativo da memória.

Existe, portanto, um jogo dinâmico entre o ideal veritativo, a diferença de pontos de vista e o caráter intencional da memória. Bom exemplo disso encontra-se logo no capítulo II de *São Bernardo*, quando o narrador afirma seu compromisso com a verdade: “Há fatos que

eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo.” (p. 11)<sup>5</sup>. Porém, logo em seguida surge a reflexão contraditória, mas coerente, que admite a limitação humana no cumprimento da tarefa de rememorar e abre espaço para a manipulação de memórias:

Tenciono contar a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. (p.11).

A narrativa de Paulo Honório será a resultante determinada pelo jogo dos três vetores citados, os quais influenciam, à sua medida, o exercício memorial do narrador. Desde já, isso nos credencia a concluir que seu texto será confiável apenas até o ponto em que passem a interferir a intenção do autor e a imposição do presente sobre o passado.

---

<sup>5</sup> Não fica claro se efetivamente a narração se deu por meio de pseudônimo, pois nos capítulos I e II, espécies de prólogo do livro de Paulo Honório, que só inicia de fato no capítulo III de *São Bernardo* – “Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro.” (p. 15) – os nomes das personagens são os mesmos do restante do romance, inclusive o do próprio fazendeiro, quando reproduz um diálogo seu com o jornalista Azevedo Gondim, que o evoca pelo nome, na página 9. Isto nos põe em dúvida: ou o narrador, astutamente, já nos preparativos fez uso de pseudônimo (o que seria perfeitamente viável), ou abandonou este subterfúgio daquele ponto em diante, quando inicia propriamente seu livro de memórias. Mesmo que admitíssemos, uma vez que o assunto não é mais mencionado, que realmente a obra foi escrita com pelo menos um nome fictício, o do narrador, ficaria ainda por esclarecer o mesmo ponto relativamente aos nomes das outras personagens, pois em nenhum momento somos alertados se são verdadeiros ou se também foram substituídos. Igualmente o nome da fazenda, se a intenção do narrador é preservar-se, teria que ser adulterado, o que nunca é objeto de nota. Entendemos que estas questões interferem tanto na constituição quanto na compreensão da obra, embora no espaço em que *São Bernardo* se ambienta o narrador fosse facilmente identificável, independentemente do uso de pseudônimos, dadas a peculiaridade trágica que seu livro relata e a estreiteza dos círculos sociais do município de Viçosa e até mesmo do Estado das Alagoas nos anos 1920. Sua preocupação autopreservativa, a nosso ver, só pode ser falsa ou ingênua. Esta fragilidade da narrativa, entretanto, terá que ser levada em conta no momento da análise do comportamento memorial de Paulo Honório, quando teremos presente um paradoxo: o escriba tem um objetivo que somente será alcançado com seu desnudamento completo perante o leitor, o que é facilitado pela ocultação pseudônima; por outro lado, esta estratégia dificulta o exorcismo pretendido, que só logrará êxito com o apontamento público das culpas do narrador. A nosso ver, em que pesem os fatores citados, esta contradição compromete tanto o objetivo do memorialista quanto a análise de suas memórias, mas constitui um círculo necessário para que a obra seja, para usar um termo paulonoriano, encoivarada, isto é, encaminhada.

Ressaltamos, uma vez mais, que a hipótese do abandono da ideia de pseudodenominar-se deve ser seriamente considerada, o que negaria o compromisso com a veracidade e, por outra via, facilitaria o trabalho do escritor.

## 2.2 “Divisão do trabalho”: memória individual, memória coletiva

Para entendermos o tipo de exercício de Paulo Honório, faz-se necessário citar três dualidades que Ricoeur, baseando-se outra vez em Husserl, aponta na memória: são elas as oposições entre hábito e memória; entre evocação e recordação e, finalmente, de mundanidade *versus* reflexividade. Em todos os casos, o elemento primeiro significa ausência de esforço, enquanto o segundo está ligado a um trabalho intencional de lembrar-se. Descrevemo-los rapidamente: a noção de hábito diz respeito a movimentos corporais repetitivos, habilidades particulares, costumes morais e sociais que não requerem atenção de seu praticante e que por ele são exercidos com tanta frequência quanto com naturalidade, ao contrário dos exercícios ditos de memória, que são planejados, requerem concentração e são menos frequentes. A ideia de evocação difere da de recordação por vir à tona involuntariamente, sem que o indivíduo precise esforçar-se para isso. São lembranças que ocorrem sem que haja sequer sua necessidade. A recordação, em via oposta, é sempre requerida, demandando empenho por parte do indivíduo, que normalmente tem um objetivo vinculado ao seu ato. Já a oposição entre reflexividade e mundanidade se liga à esfera subjetiva do ato de lembrar em contraste com as situações do mundo, o espaço coletivo, os outros. A reflexividade, ato concentrado, significa o mergulho na consciência íntima do indivíduo em busca de suas lembranças mais pessoais, ao passo que a mundanidade engloba a memória coletiva, acessível, em maior ou menor medida, a cada integrante de um grupo social.

Poderíamos, em um anseio classificatório, relacionar os primeiros itens das dualidades ricoeurianas com a esfera da coletividade, já que é no meio social que desenvolvemos os hábitos e é sem mergulhos interiores que nos sobrevêm tanto as evocações quanto o tesouro da memória coletiva. Por outro lado, podemos elencar os itens de memória, recordação e reflexividade e ligá-los ao indivíduo, à subjetividade da performance memorial:

**COLETIVIDADE**

**X**

**INDIVIDUALIDADE**

HÁBITO

MEMÓRIA

EVOCAÇÃO

RECORDAÇÃO

MUNDANIDADE

REFLEXIVIDADE

Ora, é evidente que o esforçado exercício de Paulo Honório está mais ligado à coluna da direita do que à da esquerda. Suas reminiscências são altamente subjetivas, repletas de comentários, detalhes, julgamentos, metalinguagem e justificativas, como demonstra o seguinte excerto:

Essa conversa, é claro, não saiu de cabo a rabo como está no papel. Houve suspensões, repetições, mal-entendidos, incongruências, naturais quando a gente fala sem pensar que aquilo vai ser lido. Reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras. O discurso que atirei ao mocinho do rubi, por exemplo, foi mais enérgico e mais extenso que as linhas chochas que aqui estão. A parte referente à enxaqueca de Dona Glória (e a enxaqueca ocupou, sem exagero, metade da viagem) virou fumaça. Cortei igualmente, na cópia, numerosas tolices ditas por mim e por Dona Glória. Ficaram muitas, as que as minhas luzes não alcançaram e as que me pareceram úteis. É o processo que adoto: extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço. (p. 87-88).

Este recorte é uma amostra muito clara do exercício individual de memória promovido pelo narrador, especialmente o trecho em que diz que reproduz “o que acha interessante”, que abre espaço para a discussão entre os limites da ficção e da realidade extraídas das lembranças. É quando ingressamos na seara da manipulação, possibilitada pelo controle unilateral da narrativa memorial em primeira pessoa, em que se impõe, incontestemente, embora tenha suas próprias dúvidas, a voz de Paulo Honório. Fica demonstrada, por essa passagem retirada do texto, a intenção de contar uma versão peculiar de sua história de vida, segundo um ponto de vista deliberadamente planejado, exclusivo, em um momento muito particular, em consonância com a ideia de “recordação criativa, que capta e subverte o objeto. O genuinamente épico dessa memória é a afirmação viva do processo da vida” (LUKÁCS, 2000, p. 134), afirmação que declara a inevitabilidade desse procedimento seletivo e dissimulador.

Todavia, ao selecionar as “tolices” e outros componentes do “bagaço” de sua memória, Paulo Honório precisa de parâmetros classificatórios. Estes, é claro, servem para

adequar o texto à sua versão, mas, ao mesmo tempo, provêm da aplicação de uma escala de valores – que mensura, entre tantos exemplos possíveis, a inutilidade e a utilidade, a tolice e a sabedoria – cuja origem é social. A memória destes valores é, portanto, coletiva.

O caráter coletivo da memória é inegável. Maurice Halbwachs vincula inexoravelmente a memória individual à memória coletiva. Para ele, a memória individual existe apenas com a ressalva de ser um produto do acaso da existência social. Em outras palavras,

(...) a representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas. (...) Existe uma lógica da percepção coletiva que se impõe ao grupo e o ajuda a compreender e combinar as noções todas que lhe chegam do mundo exterior (...). Lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. (HALBWACHS, 2006, p. 61).

Ricoeur, neste ponto, concorda com Halbwachs, lembrando que as representações coletivas decretam as lógicas de percepção do mundo e o seu encadeamento. Mesmo o sentimento da unidade do “eu” deriva do pensamento coletivo, da pressão social que nos leva a crer “que somos os autores de nossas crenças” (RICOEUR, 2006, p. 133). Ou seja, o modo paulonoriano de ver o mundo é fruto de um determinado tipo de organização social, suas atitudes são permitidas e avalizadas por esta sociedade, e seu modo de lembrar-se também será determinado por sua posição no mundo. Esta noção se faz extremamente importante em nossa análise, pois pode elevar o texto de Paulo Honório ao discurso de todo um grupo social, seja de sua região – no caso, a zona da mata alagoana – ou de validade suprarregional.

Todavia, é o mesmo Halbwachs que faz uma ressalva no que diz respeito às percepções coletivas: elas são determinantes para a memória do mundo exterior, mas não tanto para a subjetiva:

(...) Qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva. O mesmo acontece com todas as lembranças, (...) até mesmo [quando se trata] das reflexões que fizemos, dos estados afetivos pelos quais passamos (...). Desta vez, a

memória das percepções só intervém de modo secundário. (HALBWACHS, 2006, p. 62-63).

Logo, é necessário, sempre, considerar o nível de imersão reflexiva de qualquer ato de memória, antes de analisá-lo. Valendo-nos da ideia metafórica da escavação, segundo a qual a memória “é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1995, p. 239), temos condições de avaliar brevemente o trabalho memorial de Paulo Honório. Ele é muito intimista – ou seja, escava fundo no solo de suas lembranças – quando se refere à relação com Madalena, uma vez que esta é a que o perturba, que o põe em dúvida e sob reflexão, pois aí estão ruínas menos à mostra; enquanto suas lembranças do mundo dos negócios, da política e do trato com empregados, vizinhos e inimigos – círculos, por assim dizer, da vida prática, em que se movimenta com plena desenvoltura – revelam mais a influência social de seu meio, o que torna diferentes os parâmetros de análise – diríamos que são lembranças fundamentadas pelo estatuto social, cuja altura, maior do que permite a real condição de indivíduo, faz com que o trabalho de escavação seja menos exigente.

É forçoso considerar, contudo, que problemas como os de relacionamento pessoal podem ser em grande parte creditados às vicissitudes da “vida agreste” que lhe deu uma “alma agreste”, isto é, do meio que o projetou na sociedade. Não queremos atribuir a peculiar personalidade do protagonista a um determinismo raso, apenas chamamos a atenção para o quanto a adesão de Paulo Honório ao pragmatismo que o conduziu a um lugar privilegiado no espaço social pode ter interferido na sua constituição humana. Esta adesão é tamanha que o fazendeiro acaba incorporando seu próprio embrutecimento, transferindo para a vida familiar seus conceitos práticos do que chamaremos resumidamente de negócios. Some-se a esta incorporação a harmonia de grupo que nos faz atribuir a nós mesmos toda uma sorte de ideias e mesmo de sentimentos e emoções que, a bem da verdade, são inspiradas por nosso grupo

social (HALBWACHS, 2006, p.64) e teremos mais uma ponderação a fazer no momento de analisarmos as manifestações memoriais individuais, novamente em favor de uma visão sociológica. No caso específico de Paulo Honório, tal pressuposto pode determinar, novamente, que sua voz não é outra senão a dos coronéis, os grandes proprietários de terras das regiões férteis do Nordeste brasileiro, ou mesmo expandir-se para o coro dos latifundiários, empregadores em geral ou grandes empreendedores de toda a sociedade brasileira – refém, porém, de sua problemática própria e de sua ruína particular. Aqui teríamos, mesmo em análise preliminar, uma significação que transcende os limites regionais da obra, estando Paulo Honório a representar uma prática social – o coronelismo<sup>6</sup> – presente em boa parte do Brasil interiorano, relatada pelo próprio Graciliano Ramos na época em que foi prefeito do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. (RAMOS, 2007, p. 193-194).

Nada nos impede, porém, de verificar o mesmo movimento no sentido inverso, isto é, do que é de âmbito mais amplo para o específico. Para isto, basta enxergarmos – o que não necessariamente será pacífico, dada a complexidade política da questão – o coronelismo paulonoriano como a manifestação localizada de uma prática de origem histórica, transferida para o território brasileiro através da colonização portuguesa. Nossos preceptores, vale lembrar, introduziram deste lado do Atlântico as chamadas capitânicas hereditárias, que nada

---

<sup>6</sup> Podemos defini-lo brevemente como o "comando do governador na política estadual", "em sincronia ou com a obediência das bases" (FAORO, 2001, p. 641), manifestando-se por meio de um compromisso, uma relação de troca de favores entre o executivo do Estado e o chefe político local, conforme o verificado no Brasil-Império e na República Velha (sobre este período republicano, ver nota 11). Com relação ao coronel, cuja denominação não se refere exatamente a militares de carreira, estendendo-se ao cidadão que "manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito", o mesmo autor comenta que "antes de ser um líder político, é um líder econômico (...) num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal (...): o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima" (FAORO, 2001, p. 700). "A investidura coronelesca virá do governo estadual ou do grupo que o controla" (FAORO, 2001, p. 710). Sua principal função será controlar, de acordo com o interesse do governador do Estado, o andamento das eleições em sua área de abrangência, garantindo o resultado conveniente: "A eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional" (FAORO, 2001, p. 708).

mais eram do que vastíssimas extensões de terras concedidas a cidadãos portugueses para que colaborassem, administrando-as a seu bel-prazer, com a Coroa. Nada mais normal, portanto, que a concentração de terras passe a ser, quatro séculos mais tarde, não apenas vista com naturalidade, mas também transformada em projeto de vida e de ascensão social, no caso de Paulo Honório. O que ele representa, sob este ponto de vista, é a atualização, aculturada em um microcosmo rural, desse aspecto da lógica originalmente europeia do colonialismo.

Pesadas e avaliadas as proposições até aqui expostas, permitimo-nos afirmar que a memória depende de uma complementaridade entre o coletivo e o individual. É certo que para lembrar-se é preciso dos outros, bem como de um tempo e de um espaço coletivos, sem falar na própria interação social e, inevitavelmente, na linguagem, patrimônio da coletividade por excelência. É impossível fugir do patrulhamento social daqueles que nos rodeiam: com base na situação no mundo em que vive, e aqui nos referimos tanto ao espaço físico como ao espaço social, o indivíduo vai determinar primeiro quais serão suas lembranças, entre aquelas a que se dará este direito, e depois, de quais se lembrará e de quais se esquecerá, novamente submetendo-se a um pré-julgamento parametrizado pelas convenções que conhece por meio da convivência em grupo. Por outra via, não é possível fugir do caráter autoatributivo da memória: ninguém pode atribuir a mim uma lembrança a não ser eu mesmo, de uma maneira determinada, avaliada e levada a cabo pela minha subjetividade. Ninguém pode tolher do indivíduo a propriedade performática de sua memória. Deste modo, teremos sempre um equilíbrio – proporcional ou não – entre a memória individual e a memória coletiva na exposição das lembranças de qualquer indivíduo. Agora, novamente buscaremos referência na fenomenologia ricoeuriana, segundo a qual este equilíbrio se localiza em um plano específico, incluindo um terceiro fator na equação, ou um terceiro tipo de memória, guardado por outros indivíduos que não nós mesmos:

Não existe, entre os dois pólos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre

a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. (RICOEUR, 2007, p. 141).

Os próximos, para Ricoeur, são aqueles que não apenas nos aprovam a existência, como também atestam nossas mais básicas habilidades, como a fala, a ação, a narração e a autoimputação de responsabilidades (RICOEUR, 2007, p. 142). Temos, assim, mais um elemento que traz consigo a necessidade de Paulo Honório escrever suas memórias: ao explicitá-las, automaticamente as disponibiliza para análise e consideração de seus próximos, leia-se da sociedade, porque precisa deste aval para atingir seus objetivos particulares.

### **2.3 “Não me lembro com precisão”: esquecimento, presença de ausência**

Poderíamos afirmar que, além de explicar-se como ser humano, integra estes objetivos a busca de uma anistia, de um perdão emitido prioritariamente por sua consciência e também advindo de seus próximos. Este benefício final, no entanto, não é possível a não ser com a presença da ausência de certas lembranças, ou seja, do oposto da memória, que é o *esquecimento*. Dizemos presença da ausência não por mero jogo de palavras, mas por que a ausência é parte integrante da memória, sob o título de esquecimento, tanto quanto as lembranças. “A memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve. (...) existe uma modalidade do esquecimento (...) tão necessária quanto a memória e que é parte desta”, afirma Seligmann-Silva (2003, p. 53). O esquecimento, portanto, é elemento básico e fundamental na busca pelo perdão – que constitui a linha de chegada dos processos de olvido – e vai servir também para Paulo Honório projetar sua narrativa e sua imagem pessoal, que será traçada, como já vimos, a mais maléfica possível.

De início, falaremos do esquecimento sem a ótica do perdão. Sua caracterização inicial é a de um dano à confiabilidade da memória, o que permitiria defini-la, um tanto apressadamente, todavia com propriedade, como a luta contra o esquecimento (RICOEUR,

2007, p. 424). É claro que não nos é possível conceber, por anômala que seria, uma memória que nada esquecesse<sup>7</sup>. De onde vem a reflexão de que o papel da memória é o de negociar com seu *alter ego* o equilíbrio necessário para a melhor configuração possível, ou seja, o esquecimento, embora seja o oposto do verdadeiro milagre que representa a memória feliz, é também fator necessário para que este milagre aconteça. Iván Izquierdo reforça esta ideia ao afirmar que existe uma possibilidade de saturação de recursos, segundo a qual seria necessário esquecer algumas memórias para poder formar novas:

Há estudos recentes feitos em animais de laboratório que revelam que a capacidade de formar e armazenar memórias, assim como a de evocá-las, é limitada, e os mecanismos envolvidos se saturam com certa rapidez (...) *A arte de esquecer* ou, no caso, a arte de não saturar os mecanismos da memória, mais uma vez se apresenta a nós como algo inato, algo que nos beneficia de maneira anônima, pois nos impede de naufragar em meio às próprias recordações. (IZQUIERDO, 2004, p.97).

O esquecimento pode ser classificado em algumas categorias. Ricoeur (2007, p. 425) opta por dividi-lo em esquecimento por apagamento de rastros e esquecimento de reserva. O primeiro se configura através de problemas de acesso a determinadas lembranças, que se tornam indisponíveis – nunca inexistentes. Distinguem-se três categorias de rastros psíquicos: de ordem escrita, psíquica ou cerebral. O rastro escrito possui caráter documental – seu apagamento se dá, portanto, pela adulteração ou destruição física; o rastro psíquico tem a ver com a impressão deixada em nós por um acontecimento marcante, cujo apagamento, a exemplo do rastro cerebral, aquele que é apropriado de algum modo pelo cérebro, só pode ser tratado pelas neurociências. Segundo o preceito do esquecimento por apagamento de rastros, esqueceríamos menos do que pensamos, pois o que haveria seria apenas impedimento de contato com lembranças aparentemente esquecidas. O segundo tipo, o esquecimento de

---

<sup>7</sup> Já na Idade Antiga fazia-se menção à dicotomia da performance memorial: “O geógrafo Pausânias narra que, na Beócia, o rio do Esquecimento, o Lete, corria ao lado da fonte da Memória, Mnemósina. Segundo os antigos, as almas bebiam do rio Lete para se *livrar* da sua existência anterior e posteriormente reencarnar em um novo corpo (como se lê em Virgílio, *Eneida*, VI, 713-16)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 53). Exemplo contrário, o personagem central do conto *Funes, o Memorioso*, de Jorge Luis Borges, entra em colapso justamente por ser dotado de uma memória a que nada escapava. Assim, para que ele, por exemplo, relatasse os acontecimentos de um dia qualquer, era consumido o mesmo período de um dia. (BORGES, 2007, p. 99-108).

reserva, que representa na verdade a tese do esquecimento reversível e até mesmo do inesquecível, postula uma existência “inconsciente” da lembrança (RICOEUR, 2007, p. 426-427), a qual pode se reapresentar, ou ser reconhecida, a qualquer momento, buscada pelo indivíduo quando propícias forem as circunstâncias<sup>8</sup>. Arriscamos dizer que estes conceitos se aproximam da já citada ideia de *mémoire involontaire* de Proust, que abarca somente “aquilo que não foi expressa e conscientemente ‘vivenciado’, aquilo que não sucedeu ao sujeito como ‘vivência’” (BENJAMIN, 1994, p. 108), ou, diríamos, aquilo que não se abrigou como lembrança em nossa *consciência*.

Ao lado destas duas categorias – esquecimento por apagamento de rastros e de reserva – referentes ao esquecimento dito profundo, residem as figuras do esquecimento manifesto: aquele que, por manipulação da memória, é consciente e pragmaticamente premeditado, seja por um indivíduo, seja por uma coletividade.

Izquierdo (2004, p. 22-23) opta por listar quatro formas de esquecimento. Duas delas são intencionais, a extinção – substituição de lembrança indesejável por outra exatamente oposta – e a repressão – conceito proposto ainda por Freud, que consiste na “obliteração geralmente voluntária” (IZQUIERDO, 2004, p. 101) de alguma memória ruim ou prejudicial. A extinção e a repressão constituem o que o autor chama de *arte de esquecer*. Os outros dois tipos de esquecimento “consistem em perdas reais de informação” (IZQUIERDO, 2004, p. 22), o bloqueio e o esquecimento propriamente dito. Ao lado deles, Izquierdo disponibiliza-nos o conceito de falsificação:

O esquecimento real não é uma arte: é uma pena. Talvez necessária (...), mas uma pena enfim; um acontecimento em geral não voluntário. A arte de esquecer se concentra na extinção (e seus parentes próximos, a habituação e a discriminação) e na repressão. E também, como veremos, num truque voluntário que é a falsificação. (IZQUIERDO, 2004, p. 22-23).

---

<sup>8</sup> Freud é um dos grandes postulantes da ideia do inesquecível. Em seu texto *Unbehagen in der Kultur*, afirma que “na vida da alma nada do que se formou uma vez pode desaparecer [*untergehen*], tudo permanece de algum modo conservado e, dentro de certas circunstâncias, por exemplo, através de uma ampla regressão, pode ser recuperado novamente [*wieder zum Vorschein gebracht werden kann*]” (FREUD *apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 464).

Dentre as diversas possibilidades de esquecimento possíveis, interessam-nos as que não dizem respeito a disfunções cerebrais ou apagamentos de rastros mnésicos, assuntos intransferíveis das neurociências. Ficamos então com o esquecimento manifesto, ou exercido, ou pragmático, conforme desejemos chamá-lo, ou ainda a manipulação de memória. Os abusos de memória são abusos do esquecimento, facilitados quando seu veículo é a narrativa, dona de um caráter antes de tudo seletivo: “Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo.” (RICOEUR, 2007, p. 455).

As estratégias de esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração [narrativa]: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. (RICOEUR, 2007, p. 55).

Neste momento, associamos a ideia ricoeuriana de abuso de memória (por excesso) ou abuso de esquecimento (por falta) ao conceito de falsificação de Izquierdo, segundo o qual, voluntariamente ou não, criam-se memórias falsas a partir de dados reais. Um fato de grande apelo emocional para o indivíduo pode levá-lo a rever suas lembranças sobre, por exemplo, uma outra pessoa que morre. Outras vezes, é a falta de conhecimento sobre o passado que pode provocar invenções, como quando se criam supostos antepassados, normalmente de origem nobre, para preencher uma lacuna na história familiar. Assim também são as construções históricas dos países, cuja memória está repleta de heróis e quase vazia de vilões (IZQUIERDO, 2004, p. 60-61).

Paulo Honório é uma representação humana verossímil e, como tal, não apenas não consegue narrar tudo, como também, obrigatoriamente, falsifica e esquece – proposital ou inconscientemente – certas memórias. Fazendo sua literatura de testemunho, depara-se com “sua simultânea necessidade e impossibilidade” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46); necessidade advinda da “ética da representação do passado que implica a nossa dívida para com ele e para com os mortos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 64). “Mas”, e aqui já

estamos nos referindo à segunda parte do enunciado, “é evidente que não existe a possibilidade de uma tradução total do passado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 64).

Quando Paulo Honório diz que iniciou a narrativa sem se indagar se isto lhe traria “qualquer vantagem, direta ou indireta” (p.11), estamos diante de uma típica extinção de lembranças, em que o protagonista procura anular os motivos pelos quais escreve, e é por isso que somos forçados a deduzi-los. Em contrapartida, lembra perfeitamente do crime que o levou à prisão e do tempo exato que lá permaneceu – “três anos, nove meses e quinze dias” (p. 16) –, o que normalmente seria objeto de repressão memorial, mas que é lembrado com riqueza de detalhes para atingir o efeito impactante desejado para o leitor, contribuindo para formar a imagem planejada. Também dão sinais de manipulação de memória os saltos temporais registrados no texto, que deixam vazios bons espaços de tempo nos quais certamente coisas relevantes aconteceram – como é admitido pelo próprio narrador, por exemplo, no oitavo capítulo, em que “existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas” (p. 48). A ausência de rigor cronológico, verificada não apenas neste exemplo, como também em diversos momentos do livro em que ocorrem diálogos entre passado e presente, sob a forma de relatos e comentários, é característica do trabalho memorialístico, e para explicá-la recorreremos novamente à metáfora arqueológica de Benjamin: para que ela se sustente, é imprescindível conceber a memória pelo viés espacial em lugar do temporal – ou seja, “não há sucessão cronológica. Apenas o espaço das camadas geológicas” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 403), assim como “a busca do tempo perdido (...) não se dá na cronologia, na lógica do tempo, mas sim no plano espacial”, onde a vida se metamorfoseia em paisagem, e o memorialista, seu arqueólogo, vai procurar os pontos menos resistentes para chegar às mais remotas profundezas de seu Ser: “tradução constante de si mesmo, diria Novalis” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 401); travessia, talvez dissesse Riobaldo.

Nesse mesmo capítulo, identifica-se nova e precisamente o tom seletivo geralmente concedido à narração paulonoriana, os caminhos pelos quais seu trânsito arqueológico é menos rochoso, e que, se ainda não dão sinais da escuridão que o aguarda (e aos leitores), certamente constituem a trilha que o levará ao seu destino. O modo de narrar, de expressar sua visão de mundo, enfatiza, senão exclusiva, ao menos majoritariamente, sua luta visceral contra as adversidades financeiras, políticas e legais:

Tive abatimentos, desejo de recuar; contornei dificuldades: muitas curvas. Achar que andei mal? A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de São Bernardo, considere legítimas as ações que me levaram a obtê-las. (p. 48).

Além disso, destacam-se as adversidades de ordem conjugal. Os desentendimentos entre marido e mulher começaram cedo – “oito dias depois do casamento!” (p. 115) – e tornaram-se rotineiros. Depois de relatar o primeiro deles, o narrador afirma que “apesar das precauções que tomamos, do asbesto que usamos para amortecer os atritos, veio uma nova desinteligência. Depois vieram muitas” (p. 125).

O texto, tomado por tópicos e comentários como os citados, fica excessivamente pragmático, causando ao leitor impressão vigorosa, bruta, pela densidade que adquire, pelo ritmo e pela sequência de revelação dos fatos narrados. À segunda vista, porém, podemos nos dar o direito de perguntar se Paulo Honório é efetivamente o homem quase monstruoso que se desenha para nós, se não teve, no percurso de sua ascensão e queda, as dúvidas inerentes à espécie humana em todas as suas variedades, se não está nos poupando de uma caracterização humana que despertaria em seus leitores a identificação, o apoio solidário, a compreensão.

Há pelo menos dois sinais de humanidade no decorrer do romance: um no capítulo VII, quando decide “proteger as Mendonça”, porque tem “pena” delas (p. 51-52), cujo pai foi morto por encomenda do próprio Paulo Honório; outro, quando descobre o paradeiro de sua protetora na infância, mãe Margarida, e manda levá-la para São Bernardo, onde vai morar

“numa casinha limpa” (p. 16). Nota-se neste episódio uma quebra do comportamento habitual e mesmo do modo com que o fazendeiro comenta suas lembranças:

Pecados! Antigamente era uma santa. E agora, miudinha, encolhidinha, com pouco movimento e pouco pensamento, que pecados poderia ter? (...).

Uma fraqueza apertou-me o coração, aproximei-me, sentei-me na esteira, junto dela.

– Mãe Margarida, procurei a senhora muito tempo. Nunca me esqueci. Foi uma felicidade encontrá-la. E carecendo de alguma coisa, é dizer. Mandei buscar o que for necessário, Mãe Margarida, não se acanhe. (p. 65).

Apesar de demonstrar nestes excertos uma pequena dose de suavidade, de fraquezas comuns à espécie, Paulo Honório não busca nenhum tipo de afinidade com o leitor, até mesmo porque tais manifestações de apreço acabam sendo questionáveis. Note-se que a relação com Margarida ganha ares de negócio, quando a ela é aberto o precedente de mandar buscar o que for necessário, o que redundará em um custo de “dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu.” (p. 16). Quanto à preocupação com as vizinhas Mendonça, notam-se rastros de remorsos, já que a prosperidade de Paulo Honório “começara depois da morte do pai delas” (p. 51). Poderíamos, se fosse o caso de buscar uma explicação, atribuir estes deslizamentos em seu comportamento habitual à memória involuntária de Paulo Honório, cuja escrita se caracteriza pelo ritmo caótico e pela fragmentação dos fatos. De mais a mais, em todo o restante do livro o narrador retoma o andamento normal de seu trabalho, esquecendo propositalmente de se descrever como humano: busca o açoite, a execração de si e dos outros, numa falsificação de memórias às avessas, que reforça tudo o que for conveniente para demonstrar sua culpabilidade.

Este reforço de falsificação e evocação contínua de lembranças ruins nos permitiria ainda, de acordo com Izquierdo, admitir que o narrador estivesse sofrendo de patologia depressiva. Poderíamos especular um forte motivo para tal: um homem que só conhece o sucesso, naquilo que efetivamente lhe importa – o capital –, passa instantaneamente para o fracasso pessoal com o suicídio da esposa, que era para ele “boa em demasia” (p. 117) e

“possuía um excelente coração” (p. 121). Considerando que na depressão “estamos constantemente nos lembrando de coisas ruins, desagradáveis, incômodas ou assustadoras” (IZQUIERDO, 2004, p. 47), porque devido às circunstâncias neuroquímicas desta doença “ocorre uma amnésia bastante generalizada, que ataca principalmente as memórias boas” (IZQUIERDO, 2004, p. 49), teríamos mais subsídios – fornecidos desta vez pelos sintomas da doença – para reforçar a ideia de que Paulo Honório não é exatamente como se mostra, mas sim um caso exemplar de construto de sua própria memória.

#### **2.4 “Lá vinham os projetos”: memória, presente e futuro**

A prática de falsificação de memórias às avessas, independentemente do quanto seja intencional ou quanto tenha de patológica, contradiria a ideia do perdão, ponto culminante dos esforços de manipulação da memória, que seria atingido com o avanço do esquecimento seletivo e a falsificação, para melhor, de lembranças indesejadas. Isto nos leva a crer que a estratégia paulonoriana em busca do perdão vai exatamente pelo caminho inverso, procurando exacerbar um caráter anômalo, assumir todas as culpas possíveis para depois apresentar-se como humano, alegando-se arrasado, denotando arrependimento e, então, disponibilizar-se para julgamento, tanto próprio como coletivo. Neste ponto encontraríamos – em consonância com Benjamin, que afirma que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1994, p. 37) – o elo temporal representado pelas memórias do narrador, em que a autoflagelação referente ao passado levaria ao perdão no presente, e este, por sua vez, a um projeto de futuro em paz de espírito – ou então, para usar uma metáfora do mesmo pensador,

aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro (BENJAMIN, 1995, p. 41-42).

“O passado é uma imagem mutilada, torso: um misto indissociável de lembranças e trabalho do tempo, esquecimento” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 404): eis a matéria-prima com que Paulo Honório tenta obrar seu autorretrato para o futuro, um porvir cuja possibilidade de existência passa necessariamente por este esculpir-se, talhar-se, restaurar-se em forma de perdão. O poder do perdão é o de desligar, pela dialética do arrependimento, o agente de seu ato (RICOEUR, 2007, p. 466). Este é o objetivo comum de praticamente todos os trabalhos esforçados de memória. O que buscam os indivíduos que o fazem por escrito, como Paulo Honório, é uma transferência do que está na consciência para o papel, conferindo-lhe ares de registro documental, exposto ao público, onde talvez encontre outras consciências que dividam com ele esta imensa carga memorial, assimilem para si uma parcela da conduta e dos atos do escritor e, por fim, concedam-lhe anistia.

## **2.5 “Dias perdidos”: memória e incompletude**

Este é, sumariamente, o Paulo Honório que lembra e escreve, às voltas com as intenções conflitantes de revelar-se completamente diante do leitor e, ao mesmo tempo, de construir intencionalmente uma determinada autoimagem. Tal trabalho, no entanto – e infelizmente para nosso anti-herói – é interminável. “A promessa do reencontro nunca se cumpre totalmente” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 408): “a recordação vai do pequeno ao menor e do menos ao mais diminuto e sempre se torna mais violento aquilo com o que ela se defronta nesses microcosmos” (BENJAMIN *apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 408).

Mesmo com essa inevitável incompletude do processo de reencontro de Paulo Honório consigo mesmo, podemos, agora, buscar o posicionamento do narrador-personagem em seu meio social e relacioná-lo com as lembranças e os esquecimentos extraídos de seu trabalho de reflexão.

### 3. A MEMÓRIA SOCIAL DO NARRADOR

*“Esta terra é assim. A Lamberto Horques disse o rei, Cuidai dela e povoai-a, zelai pelos meus interesses sem vos esquecerdes dos vossos, e isto vos aconselho para conveniência minha, e se assim fizerdes sempre e bem, viveremos todos em paz. E o padre Agamedes, às ovelhas apascentadas, O vosso reino não é deste mundo, padecei para ganhades o céu, quanto mais lágrimas chorardes neste vale das ditas, mais perto do Senhor estareis quando tiverdes abandonado o mundo (...)”* (trecho de *Levantado do Chão*, de José Saramago).

O Romance de 30, categoria em que se inclui *São Bernardo*, ficou conhecido pelo seu contundente engajamento político e social, até então praticamente inédito na Literatura Brasileira. Pela primeira vez na História, criam-se, a partir das primeiras décadas do século XX, condições para a real expansão do público leitor no país, advindas da diminuição, mínima, porém já importante, dos índices de analfabetismo e do começo da industrialização e modernização, originando processos de urbanização e o surgimento de classes de trabalhadores que, juntos, constituiriam uma massa de leitores em potencial<sup>9</sup>. “A

---

<sup>9</sup> Raymundo Faoro aponta que “em 1889 existiam, no país, 636 estabelecimentos industriais, dando emprego a 54.000 operários” (FAORO, 2001, p. 575); já em 1920 o número de estabelecimentos saltaria para 13.336 (FAORO, 2001, p. 605). A utopia industrial acompanha os ideais da proclamação da República brasileira, em tal medida que o Visconde de Taunay, em defesa velada da lógica do Império, ironiza: “A indústria, sim, eis o legítimo escopo de um grande povo moderno e que tem de aproveitar todas as lições da experiência e da civilização: a indústria, democrática nos seus intuitos, célere nos resultados, a fazer a felicidade dos operários, a valorizar e tresdobrar os capitais dos plutocratas, sempre em avanço e a progredir, tipo da verdadeira energia americana e a desbancar, com seus inúmeros maquinismos, que dispensariam quase de todo o auxílio braçal (...) tudo quanto pudesse haver de melhor e mais aperfeiçoado nos mercados estrangeiros” (TAUNAY *apud* FAORO, 2001, p. 580-581). Ironias à parte, o ideal do progresso rápido e infinito resulta em aumento do custo de vida, causado pela emissão descontrolada de papel-moeda, e, por consequência, no inédito fenômeno das greves, já em 1892. “O movimento industrial seria, entretanto, apesar dos revezes e dos ataques, um fator a contar no quadro

inteligência”, então, “tomou finalmente consciência da presença das massas como elemento construtivo da sociedade” (CANDIDO, 2008, p. 142). Além disso, estrutura-se um mercado editorial organizado, novidade que possibilitou remunerar profissionalmente o escritor e, como consequente e relevante fato, passam a integrar esta categoria não apenas os dependentes ideológicos das elites administrativas, o que resulta em uma “desoficialização da literatura” e na configuração de uma “vanguarda literária mais ou menos dinâmica” (CANDIDO, 2008, p. 97-98).

Dessa forma, a Literatura, em sua relação dialética com o meio social, influenciando-o e sendo influenciada por ele, pôde abandonar a restrição, até então praticamente absoluta, aos pequenos círculos sociais e intelectuais (nas poucas cidades brasileiras em que chegavam a existir) para voltar seus olhos e sua atuação consciente para a realidade mais ampla que se descortinava, revelando a luta entre passado e presente, entre modernização e arcaísmo, e os novos problemas oriundos desta transformação social, despojos de um capitalismo incipiente que já fazia suas vítimas e seus vencedores. A propósito disso, Carlos Nelson Coutinho lembra que, no Brasil, a evolução do capitalismo não chegou a ser utópica – em termos da busca de uma comunidade democrática – como em países libertos do estatuto colonial e da dependência externa. Ao contrário, “Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada” (COUTINHO, 1978, p. 76). Como resultado deste sistema implantado sem revolução e sem participação popular, vemos, ao invés de uma transformação social positiva, aumentarem “o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada” (COUTINHO, 1978, p. 76).

---

da economia nacional, com o florescimento franco de 1905 e a expansão de 1914-18” (FAORO, 2001, p. 592). Segundo a mesma fonte, o número de pessoas empregadas na indústria brasileira varia, entre 1907 e 1920, de 150.841 para 275.512. Apenas no período entre 1914 e 1920 registram-se 5.936 novos estabelecimentos manufatureiros. As greves, “ameaçadoras desde 1917, indicam, senão a participação política das novas camadas, ao menos o desejo de um *modus vivendi*” (FAORO, 2001, p. 683) e, sem dúvida, o questionamento da relação entre capital e trabalho, como se verifica no debate primeiramente provocado, acerca da regulação ou não do Estado sobre os contratos de trabalho. (Ver Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, capítulos XIII e XIV).

Conscientes das transformações que se desenhavam, bem como de suas consequências, escritores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz ganharam notoriedade produzindo obras voltadas à denúncia, ao questionamento do *status quo* e à proposição de uma nova ordem. Tinham em comum a abordagem cenográfica do interior nordestino e um sentimento de missão social em suas narrativas.

Nestes termos, é importante, antes de nos concentrarmos em Graciliano Ramos, verificar a proposição, efetivada por Antonio Candido, que nos fornece as noções de arte de agregação e de segregação, as quais convivem, em diferentes proporções, em cada obra de arte. A primeira procura “incorporar-se a um sistema simbólico vigente” (CANDIDO, 2008, p. 33), ou seja, reproduzir os meios de expressão já consolidados e, por conseguinte, seu respectivo estatuto social, “uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos” (CANDIDO, 2008, p. 120). A arte de segregação é, por sua vez, aquela que “se preocupa em renovar o sistema simbólico, criar novos recursos expressivos” (CANDIDO, 2008, p. 33), o que certamente vai além da mera inovação comunicativa e reflete um posicionamento político questionador. É notório que as obras do Romance de 30, em especial as de Graciliano, que declarava publicamente a preocupação com a linguagem de seus romances, continham doses gigantescas de características de segregação, e quase nada de permanência: “fundiram-se a libertação do academicismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país” (CANDIDO, 2008, p. 132).

É de uma conjugação intensa entre os elementos deste estado de coisas que nasce o escritor Graciliano Ramos. O vigor do inconformismo e da denúncia exarados em seus livros, aliado a um trabalho linguístico inovador – e altamente consciente – e à ausência de vínculo elitista – em acordo com a radical ideia benjaminiana de que “o grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais” (BENJAMIN, 1994, p. 214) –

transformam-no em artista de grande sucesso editorial, respeitado pela crítica e pelo público por seus retratos extremamente realistas do homem nordestino, tanto o urbano (*Caetés*, *Angústia*) quanto o rural (*São Bernardo*, *Vidas Secas*). Nestes aspectos, é impossível não comparar a literatura regional produzida por ele – e pelos romancistas de 30 em geral – com o sertanismo encetado em fins do século XIX e começo do século XX. Em um, temos a busca por objetividade na linguagem, a ponto de *São Bernardo* alcançar uma expressividade no limite do incompatível com sua economia de meios; em outro, a prolixidez perdida em adjetivos arcaicos a título de decoração e uma flagrante incongruência entre a narração e o discurso direto das personagens; no romance de 30, o conflito dramático entre homem e mundo, constante em todas as obras da ficção graciliana (exceção feita a *Caetés*, influenciado pela problemática naturalista pequeno-burguesa de fins do século XIX); no sertanismo, o sentimento artificial do amor à terra, a condescendência, a ingenuidade na convivência dos homens – cujo caráter em geral não atinge complexidade – com o mundo; no primeiro, a prosa longa e conflitante, rural e urbana; no segundo, o conto rural saudosista, exótico e pitoresco.

É vinculado a tamanha revolução na Literatura Brasileira – muito facilitada pela ruptura que representou a Semana de 22, muito embora nem de longe tenha integrado o movimento – que Graciliano Ramos afirma-se como artista. Se opta pelo ambiente regional, não é senão para constituir uma metonímia cujo referente é de alcance mais amplo, pela representação de íntimos dramas humanos e sociais, ou, como prefere Candido, empregando expressão que evitamos, para "construir uma literatura universalmente válida (pela sua participação nos problemas gerais do momento (...)) por meio de uma intransigente fidelidade ao local" (CANDIDO, 2008, p. 133), normalmente caracterizada, acrescentamos nós, por uma realidade opressiva em confronto com uma personalidade psicologicamente abalada.

*São Bernardo* – “uma das obras mais autenticamente realistas da literatura nacional” (COUTINHO, 1978, p. 84) – é o primeiro dos livros escritos por Graciliano com esta configuração, se considerarmos a pouca intensidade de *Caetés*. O narrador Paulo Honório, enquanto desfila seu drama particular, exposto no capítulo anterior, com sua “humanidade singular” dominando “os fatores do enredo” (CANDIDO, 2008, p. 131), faz suas observações a respeito do mundo que o cerca, comenta a política, a economia, a luta de classes, enfim, as relações sociais que o circundam e que constituem um microcosmo completo, em que se manifestam as instituições e categorias básicas da moderna sociedade capitalista: Igreja, Executivo, Judiciário, imprensa, patrões, empregados, intelectuais e pseudointelectuais, ricos, médios e pobres, vencedores e vencidos. Seu ponto de vista, vale lembrar, é o da memória, que revela, ao mesmo tempo, seu ideário particular e o ideário coletivo dos grupos sociais que tipifica<sup>10</sup> – e é a partir desta dinâmica que Graciliano Ramos traz ao lume suas próprias percepções sociais e políticas.

### **3.1 “Não tive remorsos”: memórias de dominação**

Quando, no primeiro capítulo, Paulo Honório anuncia a tentativa de compor seu livro de memórias com a ajuda de terceiros, deixa revelar qual seria sua contribuição e, por fim, sua intenção particular: “Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa” (p. 7). Tal planejamento denota a visão que o narrador tem da sociedade onde vive e que fundamentou sua luta pelo patrimônio material, conforme revela aos poucos a leitura de *São Bernardo*: um meio centralizado no aproveitamento máximo de serviços alheios para benefício próprio, que já representa o

---

<sup>10</sup> A propósito deste vínculo social da memória, é forçoso citar Benjamin, que, comentando Kafka, vem ao encontro de nossa proposição, ao afirmar que o esquecimento – parte integrante da memória, conforme sabemos – nunca é individual. “Tudo o que é esquecido se mescla a conteúdos esquecidos do mundo primitivo, estabelece com ele vínculos numerosos, incertos, cambiantes, para formar criações sempre novas. O esquecimento é o receptáculo a partir do qual emergem à luz do dia os contornos do inesgotável mundo intermediário” (BENJAMIN, 1994, p. 156).

desenvolvimento do sistema capitalista moderno – pois fica clara a relação patrão-empregado que se cria neste caso –, mas ainda com resquícios coloniais, pelo modo como Paulo Honório, “reservando para si mesmo a posição de proprietário e investidor” (ZILBERMAN, 2008, p. 122) pretende se apropriar do resultado da “divisão do trabalho” (que não representa divisão de lucros).

Em seguida, o narrador sonha com um futuro de sucesso para seu empreendimento literário: “um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte do Costa Brito, eu meteria na esfomeada *Gazeta*, mediante lambujem” (p. 7). Outra vez, na sociedade vivida e interpretada por Paulo Honório, o poder econômico se impõe, desta feita para adquirir a simpatia da imprensa, que de fomentadora de opinião passa a ser mera difusora. Ao invés da imprensa livre, temo-la subserviente; ao invés da informação, a manipulação; em lugar do interesse social, o particular, com o que recaímos novamente na sobrevivência do estatuto colonial brasileiro. Senão, vejamos o que diz Laurentino Gomes acerca de Hipólito José da Costa, fundador do primeiro veículo brasileiro de imprensa, o *Correio Braziliense*, datado de 1808, que acaba “inaugurando o sistema de relações promíscuas entre imprensa e governo no Brasil. (...) D. João começou a subsidiar Hipólito na Inglaterra. (...) Hipólito passou a receber uma pensão anual em troca de críticas mais amenas ao governo de D. João” (GOMES, 2007, p. 135-136). O que ocorre de diferente com Paulo Honório é que ele não representa o poder monárquico, mas sim o poder econômico privado, mais especificamente o das oligarquias rurais, que se inserem e chegam a confundir-se com o Estado no período da República Velha<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A República Velha, ou Primeira República, foi o período histórico brasileiro compreendido entre a proclamação da República e a revolução de 1930, marcado pela alternância, na presidência do país, de representantes das oligarquias paulista e mineira. Esta alternância tem origem na chamada “política dos governadores” ou “política dos Estados”, que consistiu, por sua vez, na tentativa de estabelecer-se no Brasil um sistema federalista, ou seja, baseado na concessão de autonomia administrativa aos Estados. Faoro define assim o funcionamento político da época: “Os vinte governadores, reservada a direção ao presidente de República, com o centro em São Paulo, fazem o Congresso, que, por sua vez, apóia a política das hostes estaduais” (FAORO,

Temos, portanto, na primeira página do primeiro capítulo de *São Bernardo*, disfarçada pela naturalidade, quase displicência, com que fala Paulo Honório, uma crítica contundente às relações sociais detectadas por Graciliano Ramos no Brasil. O disfarce é facilitado, inicialmente, pelo desconhecimento do leitor em relação ao narrador-personagem – não se sabe ainda seu nome, nem sua profissão, muito menos o assunto que abordará – e, posteriormente, pela pequenez do mundo por ele revelado: basicamente, a fazenda São Bernardo, com passagens e alusões à zona urbana de Viçosa, interior de Alagoas, onde se localiza, e presença ainda mais rarefeita da capital do Estado. Um mundo aparentemente simplório e incapaz de alcançar maiores significados, quando na verdade encerra-os na subjacência de seus acontecimentos. Tal é a tônica que encontraremos em toda a obra, com a densidade idealizada e alcançada por Graciliano Ramos, conforme continuaremos a perceber.

É claro que a complexidade que abarca as referidas relações sociais não se restringe à imprensa. Logo depois de elegê-la como primeiro alvo, o autor direciona sua mira para outra instituição poderosa em termos de controle ideológico coletivo: a Igreja Católica, representada pela personagem Silvestre, vigário da paróquia. Quando descreve a fazenda,

---

2001, p. 589). Na visão do estudioso, “o pacto federal”, inspirado no modelo norteamericano, “adquirira outra índole, segundo a qual o predomínio dos Estados poderosos se definirá na conquista da presidência da República” (FAORO, 2001, p. 596), com a obediência dos pequenos Estados, que “obedecem porque são pobres e continuam pobres porque não participam dos estímulos comandados pela União” (FAORO, 2001, p. 647). Em suma, o que se verificou na prática foi o enfraquecimento do poder central e, devido às consideráveis vantagens em termos econômicos e de representação política em relação a seus pares, a ascensão do Estado de São Paulo, que acabou assumindo papel preponderante na condução dos rumos do país. Mais tarde, enfraquecidos, vítimas da crise cafeeira, os paulistas compartilham o comando com um vizinho, que, possuidor “de um grande eleitorado, de uma grande população e de riqueza capaz de assegurar-lhe rumo autônomo” (FAORO, 2001, p. 661), passa a ser o Estado mais importante da política brasileira: “a direção caberá a Minas Gerais, que afasta São Paulo por um espaço de vinte anos, durante o qual três presidentes mineiros (Afonso Pena, Venceslau Brás e Artur Bernardes) ocupam a chefia de governo” (FAORO, 2001, p. 595). O modelo, em seguida, começa a desgastar-se, conforme demonstram o lampejo de centralização lançado com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República, em 1910, o que representou um revés para as oligarquias estaduais, e a indicação do paraibano Epitácio Pessoa para o mesmo cargo, na sucessão de Venceslau Brás (sucessor de Hermes da Fonseca). Ao lado disso, temos um “crescente poderio econômico e financeiro da União” (FAORO, 2001, p. 678) que por si só traduz um enfraquecimento do poder dos Estados. Os protestantes – “saudosos do patrimonialismo que provê, vigia e conduz – reclamam um líder que possa ‘salvar o Brasil’” (FAORO, 2001, p. 607). O processo culmina na Revolução de 1930, que restabelece plenamente a força do poder central do presidente da República. É de Getúlio Vargas a iniciativa, peculiarmente simbólica, de promover uma cerimônia de queima das bandeiras estaduais, sob a justificativa do espírito nacionalista único. Para um estudo detalhado do período, ver Raymundo Faoro (*Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, capítulos XIII e XIV).

Paulo Honório diz que “Há também a capela, que fiz por insinuações de Padre Silvestre” (p. 13). De fato existe, em São Bernardo, uma ermida. Entretanto, avançando na leitura do romance, o leitor percebe que as “insinuações” não foram unilaterais. Estrategicamente, o narrador conta que, em certo dia, que era de eleição municipal, seu vizinho e rival Mendonça “recebeu um tiro (...) e bateu as botas ali mesmo na estrada” (p. 40), ao mesmo tempo em que ele – que encomendara o crime a seu empregado Casimiro Lopes – “estava na cidade, conversando com o vigário a respeito da igreja que pretendia levantar” (p. 40-41). O capítulo é arrematado com o seguinte diálogo:

- Que horror! exclamou padre Silvestre quando chegou a notícia. Ele tinha inimigos?
- Se tinha! Ora se tinha! Inimigo como carrapato. Vamos ao resto, padre Silvestre. Quanto custa um sino? (p. 41).

Nada mais existe neste capítulo, denotando que provavelmente a ideia de a Igreja ganhar um templo na zona rural – o que facilitaria seu relacionamento e reforçaria sua imagem junto aos fiéis daquelas redondezas – silenciou qualquer indício de uma possível indignação com a eliminação sumária de uma vida humana. A exemplo do ocorrido com a imprensa, a Igreja acaba por negociar com Paulo Honório, oferecendo-lhe a benevolência e a omissão necessárias para que ele consiga publicar ou ocultar seus atos, conforme fosse o seu ocasional interesse. Não é à toa que uma das frases mais marcantes de *São Bernardo* é “Os alicerces da Igreja também eram capital” (p. 51). Além da construção em si, constituía-se patrimônio imaterial, cuja representação extrapolava as paredes do pequeno santuário, levantado com objetivo prático, ideológico: ao mesmo tempo em que ajudaria a propagar a fé católica, concederia a seu patrocinador plenos direitos de ação, enquanto o vigário ocupar-se-ia em vigiar e manter disciplinado o rebanho que, de modos não tão diferentes, pertencia a ambos.

O sistema democrático é vigiado de modo semelhante. Paulo Honório compreende isto e sua narrativa revela os valores simbólicos deste jaez vigentes em seu meio. A primeira providência que toma ao sair da prisão, ainda jovem e buscando recursos para ganhar a vida, é tirar o título de eleitor, o que lhe vale a confiança de Pereira, um dublê de chefe político e agiota, de quem obtém um empréstimo de cem mil-réis. Submetendo-se às regras informais do sistema, Paulo Honório consegue o capital que daria início ao seu processo de escalada de posições sociais. Mais tarde, já integrando a elite local, referenda a validade desta política: “A gente se acostuma com o que vê. E eu, desde que me entendo, vejo eleitores e urnas. Às vezes suprimem os eleitores e as urnas: bastam livros. Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora não tenha nenhuma” (p. 77). Caçoando de um sistema fajuto, em que as cartas são marcadas e o debate ideológico não faz frente aos interesses particulares, Graciliano Ramos denuncia a fragilidade das democracias perante o poder econômico e leva o leitor à reflexão sobre sua realidade, sobre sua suposta importância como cidadão e como eleitor. Esse questionamento, embora forjado na limitação regional do ambiente de *São Bernardo*, provoca diálogo com um dos conceitos mais solidificados no mundo ocidental, a democracia, base da sociedade grega que inspirou nossa civilização<sup>12</sup>. O comentário sereno de Paulo Honório, exalando despreocupação, naturalidade – afinal de contas, ele apenas verbaliza o que percebe desde o quanto sua memória alcança – revela a deformação e a

---

<sup>12</sup> “A ideia democrática implica uma forma de organização que tem por fim primordial o bem público e que, por consequência, subordina a este todos os interesses particulares, quer dos indivíduos quer dos grupos. (...). A democracia é a forma de governo de um povo adulto cujos membros são capazes de reflexão, de crítica, de participação, de solidariedade. (...) Para ser verdadeira, ela deve submeter os poderes econômicos, o que só é possível pela própria democratização deles” (BIROU, s/d, p 105).

Como se vê, a prática política presente no cenário de *São Bernardo* fere todos os princípios teóricos da democracia, em consonância com o que Raymundo Faoro detecta em âmbito nacional: “A República, depois de dez anos de tropeços, descarta-se, como o Império desde 1840, do mais sedicioso e anárquico de seus componentes: o povo”, pela absoluta insignificância dos seus procedimentos democráticos. Para o estudioso aqui citado, “havia quem falasse em povo – os demagogos de sempre. Povo significa, entretanto, eleições – mas, nesse ano de 1900, já se dissipara a quimera de que, desarticulada a túnica centralizadora, a liberdade se ergueria, impávida e ordeira, nos sertões e nas cidades. Se ninguém disciplinasse as bases, os chefetes locais semeariam a barbárie e o sangue, sem que o povo, abaixo deles, fosse consultado, satisfeito com a proteção que recebia. (...) As eleições de 1900 provaram a eficiência do sistema, com o sacrifício de todos os adversários dos governos estaduais” (FAORO, 2001, p. 645-646).

precariedade do sistema democrático da Primeira República. Para ilustração, vejamos a passagem em que o narrador, então neófito na condição de proprietário, muda de ideia quanto ao cardápio que vai fornecer a um grupo de cidadãos no dia do sufrágio: “Mato um... (Ia dizer um boi. Moderei-me: todo o mundo sabia que eu tinha meia dúzia de eleitores.) um carneiro. Um carneiro é bastante, não? Está direito.” (p. 38). O verbo “ter” relativo a eleitores dispensaria, pela clareza, maiores comentários: assim como possui rebanhos bovino e ovino, o fazendeiro “tem” eleitores, que, a exemplo dos animais, precisam ser – em datas especiais, muito bem – alimentados. A política é, na visão de Paulo Honório, do mesmo modo que a imprensa e a Igreja, apenas mais um instrumento a serviço de uma elite economicamente dominante para a manutenção do estado das coisas em Viçosa e em Alagoas, que é até onde seu entendimento alcança.

Para o alcance e consolidação de tal objetivo, é necessário também contar com o Poder Judiciário, e está claro que Paulo Honório não apenas compreende como também executa práticas muito eficazes neste sentido, com o auxílio do competente advogado João Nogueira, de relação muito próxima com o juiz Magalhães. Graças a isso, a aplicação das leis e de códigos mostra-se deveras peculiar na comarca de Viçosa, de acordo com o relato de nosso narrador.

Inicialmente, percebe-se que a ideia de crime – seguido de investigação, julgamento e, se for o caso, cumprimento de pena – não parece muito clara no imaginário social<sup>13</sup> daquela região. Com bastante naturalidade, o capítulo III, em que Paulo Honório resume sua infância e juventude, traz dois atos de violência cometidos por ele, com consequências bem diversas. O primeiro consiste no esfaqueamento de João Fagundes, e resulta na prisão do futuro fazendeiro durante “três anos, nove meses e quinze dias” (p. 16). Prisão sumária, sem

---

<sup>13</sup> Imaginário social é definido como “los mecanismos por los que un determinado orden social llega a ser considerado por la gente como algo natural y, consiguientemente, establece la dominación social como una coacción legítima, hegemónica e aceptada” (PINTOS, 1995, p. 8).

juízo, feita pelo delegado e seguida de “uma surra de cipó-de-boi” (p. 16) que demonstra um modelo retrógrado de sociedade, em que o poder institucional se confunde com o pessoal, em que não há preocupações de ordem legal ou mesmo técnica, já que sequer é mencionada a existência da Justiça. O segundo caso refere-se à tocaia armada pelo narrador para espancar Dr. Sampaio, que se negava a pagar-lhe uma dívida. Depois de aplicar no devedor uma surra, com a ajuda de homens contratados, e cobrar seu haver, Paulo Honório afirma que nunca mais tornou a aparecer “por aquelas bandas. Se tornasse, era um tiro de pé de pau na certa, a cara esfolada para não ser reconhecido” (p. 18). Sampaio, “homem de facão grande no município dele” (p. 17-18), estaria autorizado, pelas práticas cristalizadas no imaginário social, a agredir nosso protagonista sem precisar se preocupar com as consequências. Paulo Honório não contou com semelhante privilégio ao esfaquear João Fagundes, afinal de contas não passava, naquela época, de um pobre negociante a vagar pelo sertão alagoano, o que significava a necessidade de defender-se por conta própria e atacar assumindo riscos calculados. A polícia e a Justiça não se preocupariam em ajudá-lo, e, mesmo que se preocupassem, talvez nem tivessem condições de fazê-lo.

Mais tarde, já proprietário de fazenda, Paulo Honório conta com as nuances do Judiciário local a seu favor: “Violências miúdas passaram despercebidas. As questões mais sérias foram ganhas no foro, graças às chicanas de João Nogueira” (p. 49). Vê-se que, em situação favorável, o fazendeiro dá-se o luxo de criar categorias de violência, e que as menores não lhe trazem incômodo. Apenas algumas causas, que por algum motivo são relevantes – talvez a posição social da contraparte – é que o preocupam. De todo modo, a certeza da impunidade é tamanha que Paulo Honório invade a propriedade vizinha – das filhas de Mendonça, o vizinho morto em dia de eleição – e comunica às herdeiras que “agora é isso. E quem não gostar, paciência, vá à justiça” (p. 49). E segue: “Como a justiça era cara, não

foram à justiça. E eu, o caminho aplainado, invadi a terra do Fidélis (...) e dos Gama (...). Respeitei o engenho do dr. Magalhães, juiz” (p. 49).

Para arrematar este quadro, em que temos expostas as relações, digamos, amistosas entre a elite econômica e o magistrado local – que também é senhor de engenho, o que dificulta diferenciar entre os interesses de uma classe e de outra –, podemos citar uma frase que revela como o narrador, pragmático que é, percebe a aplicação dos códigos: ao descrever João Nogueira, comenta que “lhe dava quatro contos e oitocentos por ano para ajudar-me com leis a melhorar S. Bernardo” (p. 53). De fato, na sociedade relatada por Paulo Honório, as leis são ferramentas utilizadas ou omitidas com o mesmo propósito de manter o poder e a soberania econômica na mão de quem já os detém, repetindo o que já vimos acontecer com a Igreja, a imprensa e a estrutura democrática: a subserviência ao capital.

Assim como estas instituições, a família, do modo como a conhecemos, isto é, segundo o padrão burguês, também passa pelas observações do narrador que, em nome de seu pragmatismo característico, rompe toda a sacralização que normalmente a envolve. Paulo Honório apressa-se em dizer, aparentando pouco caso, que sua certidão de nascimento “menciona padrinhos, mas não menciona pai e mãe” (p. 15), e que tampouco sabe exatamente sua data de nascimento, o que para ele “não vale nada” (p. 15). Não pretendemos aqui tentar determinar até onde a ausência dos pais contribuiu para a formação do caráter da personagem, exercício que facilmente recairia, por absoluta falta de maiores dados além do comentário já citado, em estreito psicologismo e, assim, resultaria em meras suposições sem a mínima consistência. O que se pode perceber é o desapego que o protagonista demonstra relativamente à família – tanto que nem chega a adotar o procedimento usual de falsificar memórias, o que poderia lhe trazer, se não faz questão de apresentar seus antepassados, o mínimo da vaidade de festejar um aniversário –, tanto pela falta de preocupação que lhe traz o desconhecimento dos pais quanto pelo sentimento pioneiro que o destino lhe reserva:

Sou, pois, o iniciador de uma família, o que, se por um lado me causa alguma decepção, por outro lado me livra da maçada de suportar parentes pobres, indivíduos que de ordinário escorregam com uma sem-vergonheza da peste na intimidade dos que vão trepando. (p. 16).

Nota-se que a existência de uma família tradicional traria inconvenientes monetários a Paulo Honório que, materialista obcecado, sente-se aliviado por não tê-la. Aquela que lhe coube não foi nada convencional. Sua infância é passada com a vendedora de doces Margarida, que depois, já idosa, vai habitar São Bernardo, por iniciativa grata do proprietário. Quando decide de fato dar início a uma estirpe, Paulo Honório não se prende aos padrões do amor ou de qualquer outra idealização sentimental burguesa. Prestemos atenção à linha de pensamento que se desenrola no capítulo XI: “Amanheci um dia pensando em casar. (...) Não me ocupo com amores. (...) o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo” (p. 67). O que motiva o narrador é o risco de não haver continuidade às suas árduas conquistas, pondo a perder todo o esforço que elas lhe demandaram. A família, no caso de Paulo Honório, serve apenas como o fundamento burguês de transmissão de um legado material. Dessa forma, o casamento, caminho natural que segue seu plano de ação, também não vai passar de mero acordo comercial, com análise entre as partes, recuos e avanços até o bater do martelo. A escolhida como contraparte é a professora Madalena, personagem dotada de todos os sentimentos humanos que faltam a Paulo Honório, de quem é “oposto radical: para ela, uma vida verdadeiramente humana se confunde com a superação do egoísmo” (COUTINHO, 1978, p. 87). Todavia, não lhe foram suficientes as inúmeras virtudes para que pudesse resistir à oportunidade de vencer a dificuldade econômica em que vivia, mediante o casamento com o dono de São Bernardo. “O seu oferecimento é muito vantajoso para mim, seu Paulo Honório. Muito vantajoso. (...) A verdade é que sou pobre como Jó” (p. 102) – são as palavras de Madalena no apagar das luzes do capítulo XV, às quais o narrador responde com o ponto de vista contrário: “Se chegarmos a acordo, quem faz negócio supimpa sou eu”

(p. 102). Acordo ou negócio, chame-se como quiser, que no capítulo seguinte já está fechado – “dentro de uma semana estaremos embirados” (p. 107) – e no XVII é sacramentado pelo “padre Silvestre, na capela de S. Bernardo, diante do altar de S. Pedro” (p.109). Madalena, ícone do humanismo no romance, cede às pressões criadas pelo capitalismo, vendendo sua condição potencial de esposa em troca do conforto possibilitado pelos recursos de Paulo Honório. As consequências da negociação acabam sendo desastrosas para ambas as partes, o que revela a falência desse tipo de negociação em termos de realização humana. No entanto, o que mais nos interessa neste momento é constatar que a imposição do capital sobre as instituições sociais não poupa a por vezes tão idealizada família que, no caso de Paulo Honório, constitui apenas mais um utensílio em benefício da perpetuação de um estatuto social excludente, representado pela fabricação de um herdeiro que afugente os riscos de transferência ou fragmentação da propriedade. Talvez o antigo dono de São Bernardo, Salustiano Padilha, tenha tido semelhante pensamento relativamente a seu filho Luís que, muito embora o fracasso como herdeiro, representaria a existência de um modelo de comportamento impregnado na sociedade local e, não por acaso, repetido por seu substituto no comando da fazenda.

### **3.2 “Que utilidade tem isso?”: memórias de amenidades intelectuais**

Em termos de manutenção dos estatutos sociais<sup>14</sup>, Paulo Honório constitui caso à parte, pois a estrutura que alimenta é a mesma que teve que superar com a dedicação de todo o seu vigor, imiscuindo-se a ferro e fogo entre as elites protegidas por seu projeto de exclusão.

---

<sup>14</sup> Estatuto social pode ser definido como o “lugar que uma pessoa ocupa na estrutura social. Posição ou prestígio social que os contemporâneos de alguém lhes atribuem objectivamente dentro da sociedade em que vive. (...)”

O estatuto social também diz respeito ao lugar ocupado por um grupo parcial numa sociedade mais ampla. É caracterizado por certo número de factores variáveis segundo os casos, tais como a profissão, a propriedade fundiária, os rendimentos, o poder, as características étnicas.

O estatuto social é uma construção, um juízo de valor que se formula por aplicação dos critérios de valor social em uso na sociedade. A idade, o sexo, a situação socio-profissional, o meio de origem, determinam estatutos diferentes” (BIROU, s/d, p. 145-146).

É de acordo com este sentido que a presente expressão, bem como suas relacionadas (papéis social e posição social) serão entendidas neste trabalho.

Se não demonstra estranhamento, adaptando-se rapidamente ao convívio com os poderosos, também não deixa de fazer suas observações e relatar – às vezes sem precisar tecer comentários, apenas descrevendo ambientes e pessoas e reproduzindo falas, em uma feliz estratégia narrativa de Graciliano Ramos – cenas protagonizadas por políticos, capitalistas e supostos intelectuais, as quais permitem pelo menos algumas reflexões acerca de sua postura. Está claro que o narrador tem notável desprezo pela intelectualidade vazia que o rodeia, admitindo que parte deste sentimento deve-se à sua falta de instrução – perceptível quando afirma que ignora “os assuntos que eles debatiam” (p. 149), ou quando se refere “às histórias fiadas do Grêmio [*Literário e Recreativo de Viçosa*]” (p. 105). Esta má vontade não compromete, no entanto, a denúncia da pobreza de espírito dos pseudointelectuais da região. No capítulo XII, o narrador visita a residência do juiz de direito, a pretexto de conseguir vantagens em um processo em tramitação no fórum local. O que aparece na recuperação dos diálogos, sem necessidade de intervenções do narrador, é uma ironia autóctone, aparente, por exemplo, na extensa discussão sobre o usual emprego da expressão “quinze dias” em lugar de “duas semanas”. Dr. Magalhães, envolvido em tão relevante questão, foge, contudo, de assuntos literários e de política, leituras que não lhe interessam. “Sou apenas juiz” (p. 79), repete algumas vezes, demarcando o pequeno círculo que seu intelecto e seus interesses alcançam. Sua filha Marcela, ao contrário, interessa-se por romances de aventuras e por cinema, mas revela sua incompetência como leitora quando, em conversa com d. Glória, não consegue lembrar-se do enredo e tampouco acertar os nomes das personagens de um livro recém-lido. Nota-se, desta maneira, a existência de um perfil de público e do tipo de literatura ao qual se dedica, ambos marcados pela mesma frivolidade. Já o advogado João Nogueira atrapalha-se na discussão sobre a eficiência da democracia, dizendo que “os deputados e os senadores são inúteis e comem demais” (p. 77), para mais tarde defender que “as leis deveriam ser feitas por especialistas” (p. 78) e, logo depois, o ideal de um governo “de uma

elite de poucos indivíduos” (p. 78): ideias desconexas, contraditórias e carentes de argumentação, como se vê, proferidas por alguém de certo modo influente nas decisões locais. Luís Padilha – que, depois de perder a fazenda para Paulo Honório, abre o *Correio de Viçosa* – “folha política, noticiosa, independente, que teve apenas quatro números” (p. 25) – e o jornalista Azevedo Gondim são ridicularizados por pertencerem ao Grêmio Literário e Recreativo<sup>15</sup>, patrocinado também por Padilha, que é, privilégio adquirido quando da venda de São Bernardo, seu presidente perpétuo. A instituição, segundo relato do narrador, “levava uma existência precária, com as estantes cheias de traças e abrindo-se uma vez por ano para a posse da diretoria” (p. 104), o que dispensa maiores comentários quanto à futilidade dos líderes intelectuais daquele meio e à nenhuma serventia da academia literária a qual integram<sup>16</sup>. De modo geral, pode-se verificar a inutilidade dos pensamentos e das instituições a que estão vinculados os intelectuais de *São Bernardo*, pois, dependentes que são das forças capitalistas – e os exemplos mais escancarados são os de Padilha e Gondim –, nada fazem a título de questionamento da ordem vigente, contentando-se com seu lugar à estreita, porém, confortável, sombra do capital.

---

<sup>15</sup> Podemos relacionar a existência dessa agremiação literária com o fenômeno setecentista das academias. Se Candido afirma que “o ambiente para a produção literária nos meados do século XVIII era, no Brasil, o mais pobre e menos estimulante que se possa imaginar, permanecendo a literatura, em consequência, um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes” (CANDIDO, 2000, p. 73), da mesma forma não parece haver, no cenário de *São Bernardo*, já no século XX, um ambiente mais fértil para este tipo de produção. Outra vez, Graciliano Ramos aponta o quanto os fundamentos coloniais ainda se impõem na jovem república de então. Outro ponto de confluência entre as academias setecentistas e a agremiação presidida por Luís Padilha se refere ao fato de ambas serem ao mesmo tempo produtoras e receptoras de suas obras, por absoluta falta de público fora delas mesmas.

<sup>16</sup> Aqui podemos propor um diálogo com Luís Augusto Fischer, que diz, entre outras críticas, que “A Academia [*Brasileira de Letras*] é uma ilusão” (FISCHER, 2001, p. 56), com o que novamente temos nossa atenção expandida do microcosmo de *São Bernardo* para, neste caso, uma questão de âmbito nacional: a falta de sentido de existência do Grêmio Literário e Recreativo de Viçosa pode ser a mesma que pesa sobre sua equivalente nacional. A simples existência de um debate como este já serviria para caracterizar um dos aspectos da regionalidade do espaço de *São Bernardo* e, conseqüentemente, seus avanços para fronteiras mais amplas.

### 3.3 “Uma penca de vantagens”: mais memórias de dominação

Se é assim com os círculos (pseudo)intelectuais, com instituições consolidadas como a família e a Igreja, com a imprensa, com a política e com o Poder Judiciário, não poderia ser diferente com o Executivo, que, por sinal, é ainda mais dependente da manipulação democrática desenvolvida pela elite econômica. O perspicaz Paulo Honório tem uma de suas epifanias neste sentido quando recebe em sua fazenda ninguém menos que o governador do Estado. A visita ilustre questiona em que parte da fazenda ficava a escola para os filhos dos trabalhadores. O proprietário, que afirma insistentemente sua descrença na instrução, responde que “não ficava em parte nenhuma” (p. 50). Mais tarde é que, esfregando as mãos, se dá conta do funcionamento das relações desse tipo: “De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar” (p. 51). “A escola seria um capital” (p. 51) que, a exemplo da capela, transcenderia o valor do ativo imobilizado no balanço patrimonial, representando vantagens que o narrador não chega a citar abertamente, mas que muito provavelmente passam pela abertura de portas e pelo fechamento de olhos nas repartições públicas estaduais, de acordo com a sua necessidade. As velhas e inescrupulosas relações entre governo e iniciativa privada, existentes desde a época colonial, aparecem no microcosmo alocado por Graciliano Ramos na zona da mata alagoana, denunciando a fragilidade do sistema social brasileiro que, sedento por modernização e renovação, vive com os fantasmas do estatuto colonial a assombrá-lo, como se ainda presenciássemos a prática monárquica de concessão em massa de títulos de nobreza àqueles que pudessem financiar o governo<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> “Apenas nos seus oito primeiros anos no Brasil, [o imperador português] D. João outorgou mais títulos de nobreza do que em todos os trezentos anos anteriores da história da monarquia portuguesa. (...) Os exemplos de troca de títulos e comendas por dinheiro são inúmeros. (...) Coube a essa nova nobreza socorrer D. João nas suas atribuições financeiras. (...) ‘Os grandes que socorreram o rei buscavam e receberam distinção, honra, prestígio social, em forma de nobilitações, títulos, privilégios, isenções, liberdades e franquias, mas igualmente favores com retorno material, como os postos na administração e na arrematação de impostos’” (GOMES, 2007, p. 197-198).

Uma vez estabelecidas a escola e a prosperidade na fazenda, seu dono passa a se incomodar com as despesas oriundas com a educação. Quando Madalena adquire “material pedagógico inútil nestes cafundós” (p. 127), ao custo de seis contos de réis, Paulo Honório, possuído pela raiva, argumenta para si mesmo que “O governador se contentaria se a escola produzisse alguns indivíduos capazes de tirar o título de eleitor” (p. 127). Certamente, tal conquista representaria para ambos a oportunidade de, em comum acordo, fazer valer, dentro do sistema democrático claudicante que vigorava, suas vontades. Para o leitor, vai nas entrelinhas um irônico questionamento ao ideal do acesso à educação – uma vez que, no meio social representado em *São Bernardo*, a educação, quando oferecida, não tem o objetivo de possibilitar ao homem a liberdade, a responsabilidade e a criatividade, mas sim de oprimi-lo, aliená-lo e mantê-lo preso à uma condição de inferioridade – uma vez que ela não é senão uma das marionetes integrantes do espetáculo dirigido pelos detentores do controle social. Assim, nota-se que, aliado a todo o instrumental institucional já citado, também está o Poder Executivo caracterizado como mera ferramenta de perpetuação de uma ordem social desigual, opressora e manipuladora da população economicamente desfavorecida.

### **3.4 “Aqui não é a Rússia”: memórias de convivência política**

Em uma sociedade como a representada em *São Bernardo*, o capital é quem dita as regras e se estabelece como objetivo final de todas as ações. Assim, descaracterizam-se noções éticas e alteram-se códigos normalmente estabilizados na convivência social.

A supervalorização da figura do proprietário, por exemplo: fascinado por ela, Paulo Honório concede-lhe ares de divindade, o que não pode ser aleatório, mas reflexo do seu meio, porque em Graciliano Ramos “a representação social resulta do núcleo humano” (ADONIAS FILHO, 1969, p. 77). Em seus primeiros dias como dono de São Bernardo, fica em dúvida quanto a uma ordem dirigida a Casimiro Lopes, seu primeiro e último empregado,

ao perceber que errou em sua decisão, mas não volta atrás: “(...) não dei contra-ordem, coisa prejudicial a um chefe” (p. 33). Fica evidente aqui a onipotência do patrão em suas terras, e a inconveniência de questionar suas decisões, que são irreversíveis, perfazendo um comportamento que denota o quanto retrógrada era a oligarquia rural visualizada por Graciliano Ramos em meio à modernização e à urbanização do Brasil. O personagem símbolo desta contradição, mais que Paulo Honório, é Seu Ribeiro, ex-manda-chuva de uma localidade interiorana que “teve um progresso rápido” (p. 46) com a chegada da modernidade, o que acabou transformando-o, depois de obrigar-se a migrar para a capital, em mero guarda-livros de empresa jornalística. Não é por acaso que o desgosta o avanço da estrada de ferro, bem como demais mudanças que “só servem para atrapalhar a vida” (p. 152). É contra este tipo de avanço – o que abala a estabilidade da hierarquia social – que se move toda a sociedade de *São Bernardo*, comandada por pessoas como Paulo Honório que, contraditoriamente, nas palavras de Coutinho, praticavam a “integração dos valores feudais e dos valores capitalistas” (1978, p. 88-89), isto é, apegavam-se à vida rural e às suas relações sociais arcaicas, ao mesmo tempo em que procuravam o lucro e o domínio, como o moderno burguês.

No âmbito da política nacional, vivia-se, à época da escritura e publicação de *São Bernardo*, um momento de debate aberto entre comunismo, inspirado pela radical reformulação da Rússia saída do czarismo, e capitalismo. Nesse ponto, a crítica proposta por Graciliano Ramos obra com precisão, afinal de contas, ao criar o drama de Paulo Honório, o homem de negócios que não se realiza com seu pequeno mundo de propriedade e solidão, revela a inutilidade da luta capitalista com fim em si mesma. Não se pode perceber, todavia, nenhum entusiasmo comunista através das observações de Paulo Honório: concomitantemente ao fracasso da realização pessoal cimentada pelos valores burgueses, o comunismo em *São Bernardo* não encontra defensores nem organização à sua altura, sem falar na falta de ambiente para que vingasse. Em suma, falta uma verdadeira classe revolucionária que leve ao

cabo os ideais humanistas representados principalmente por Madalena (COUTINHO, 1978, p. 88). Padilha, contratado para ser o professor da escola da fazenda, tem ideias comunistas e tenta propagá-las entre os funcionários, mas é flagrado pelo patrão, que lhes aplica “um sermão comprido” (p. 69). Depois, adverte: “(...) isto aqui não é a Rússia, estão ouvindo?” (p. 69). Mais tarde, indignado com as atitudes liberais da esposa – por exemplo, conversar com os empregados para descobrir-lhes necessidades como roupas, remédios e pequenas quantias em dinheiro, e atendê-las –, Paulo Honório reage, em monólogo nervoso: “Sim senhor! Conluida com o Padilha e tentando afastar os empregados sérios do bom caminho. Sim senhor, comunista! Eu construindo e ela desmanchando” (p. 154). Os empregados sérios, leia-se, são os que nada questionam, os que já perderam qualquer vestígio de autoestima, sujeitando-se ao seu patrão como se fosse seu dono – como melhor não fariam os animais da fazenda. Este comportamento bovino é o que o fazendeiro chama de “bom caminho”. O caminho que facilite, não importando por que meios, com que ele siga “construindo”.

### **3.5 “Dinheiro é dinheiro”: memórias de reificação**

Se não há a defesa entusiasta do comunismo, percebe-se com facilidade que a crença na propriedade sobre todas as coisas – a faceta mais forte da personalidade paulonoriana, capitalista por excelência – contamina as relações pessoais além do campo político. O materialismo<sup>18</sup> reinante faz com que o narrador proponha uma inusitada comparação entre o valor de sua esposa e o de sua fazenda, com vantagem para esta: “Professorinhas de primeiras letras a escola normal fabricava às dúzias. Uma propriedade como S. Bernardo era diferente” (p. 136).

Essa visão robótica aplicada pelo fazendeiro, em que as pessoas são meros objetos, em geral de pouco valor, pois fabricadas em série, encontra ressonância na religiosidade peculiar,

---

<sup>18</sup> Não aludimos a nenhuma doutrina filosófica homônima, mas à “maneira de viver extremamente devotada aos bens, valores e prazeres materiais” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2009, p. 1257).

antes de tudo materialista, que desenvolve, a despeito de suas boas relações com a Igreja – o que deixa clara a separação entre a fé cristã e as vantagens que busca obter colaborando com a instituição: “Admito Deus, pagador celeste dos meus trabalhadores, mal remunerados cá na terra” (p. 155), ao passo que o diabo seria o “futuro carrasco do ladrão que me furtou uma vaca de raça” (p. 155). Transfere-se a responsabilidade pela desigualdade social ao plano divino; transfere-se a tarefa do controle da propriedade ao plano diabólico (lembramos que o avanço e recuo de cercas é uma das questões mais recorrentes entre São Bernardo e as fazendas vizinhas); em suma, justifica-se o estado de coisas terreno pela pragmatização da fé católica, o que sem dúvida confere caráter de imutabilidade, a não ser por força do Destino, do que aí está.

Aproveitando o ensejo, o narrador deixa entrever o machismo em que se fundamenta a sociedade vista e vivida por ele, dizendo que a religião, em parte, “é dispensável num homem. Mas mulher sem religião é horrível” (p. 155). Desta maneira, temos, por dedução, o desenho do papel reservado à mulher em semelhante ambiente: um papel secundário, dedicado às práticas religiosas com fim em si mesmas, afinal de contas “(...) criaturas sensíveis, não devem meter-se em negócios de homens” (p. 166), que são, financeiramente falando, todos os negócios. A exceção talvez seja a fabricação de herdeiros, ato de imprescindível participação feminina que, na visão paulonorianana, perde toda a aura de vontade divina criada pela religião para significar apenas a manutenção do patrimônio material da família.

### **3.6 “Viçosa, Alagoas”: um mundo confinado**

A sociedade representada em *São Bernardo* sintetiza, principalmente, a luta pelo capital. Sem nenhum alarde, apenas pelas recordações do narrador, temos expostas a corrupção, a subserviência ao fisiologismo econômico, a deturpação do papel social de todas as instituições protagonistas daquele meio. Igreja, Justiça, imprensa, Poder Executivo, o

sistema democrático como um todo – tudo isso é alvo da manipulação da classe dominante que – à imagem e semelhança de Paulo Honório, retrógrada, voraz, sem instrução, opressora, machista, corrupta e corruptora – procura frear as mudanças sociais iminentes em um país que começa a conviver com a luta de classes, com a democratização do ensino e das informações, com a urbanização, com a industrialização, em suma, com a perda de poder das oligarquias rurais, fato marcado emblematicamente, na narrativa, pelas referências indiretas ao golpe de estado de 1930.

Tudo isso está condensado no pequeno mundo elaborado por Graciliano Ramos ao redor de uma entre tantas fazendas da zona da mata alagoana. Este mundo, com seu pequeno alcance e seu limitado número de personagens, contém, todavia, elementos necessários para que seu entendimento possa servir de parâmetro para análises sociais bem mais amplas. Nada impede que seja verificada a repetição do modelo social de *São Bernardo* – como fizemos em várias passagens desta breve análise – em outras cidades, outros estados, países inteiros, talvez; assim como não seria nenhum disparate tentar identificar, hoje, quem são, em alguns redutos, os “donos” dos eleitores. Nesse diálogo com diversos tempos, conceitos e realidades reside uma das grandes virtudes de *São Bernardo*, e das que mais nos interessam: a regionalização do mundo, o confinamento de questões que dizem respeito à maior fração da sociedade ocidental (ou, pelo menos, de questões trans ou internacionais) ao ambiente do interior nordestino, através da configuração de um reduzido universo condensador de muitos aspectos da problemática social do mundo capitalista.

A análise da dialética entre a regionalidade de *São Bernardo* e suas possíveis transgressões e redefinições de fronteiras, devemos lembrar, é um dos mais caros objetivos deste trabalho. Antes de nos dedicarmos integralmente, no entanto, a tal tarefa, consideramos necessário saber exatamente quem é Paulo Honório, o narrador que centraliza as ações do romance, comandando o fluxo textual com o sentimento de posse que lhe é tão característico.

#### 4. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO NARRADOR

A memória como a conhecemos, ou seja, com a condição de patrimônio individual e coletivo, é fruto da modernidade, existindo em prol do atendimento de uma de suas mais prementes necessidades: apreender a passagem mais acelerada do tempo (TEDESCO, 2004, p. 57-59). A propósito, nem mesmo a noção de indivíduo existia antes do Iluminismo, de modo que seria impossível conceber naquela época a memória de modo semelhante ao de hoje. Em consonância teórica com estas mudanças, Stuart Hall propõe, em classificação cronológica, três grandes modelos de indivíduo, resumidamente assim dispostos: o primeiro, iluminista, centrado totalmente em seu eu, íntegro, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2005, p. 10), com um núcleo inato e inabalável; o segundo, sociológico, perde a autossuficiência do Iluminismo, refletindo “a crescente complexidade do mundo moderno” (HALL, 2005, p. 11) e, se ainda apresenta um núcleo, ele já não é absoluto, e sim formado e modificado nas interações sociais e culturais múltiplas oferecidas pelo mundo; e o terceiro, pós-moderno, marcado pela incoerência e pela fragmentação de caráter, em que a identidade “torna-se uma ‘celebração móvel’”, e “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2005, p. 13). Por essa classificação, percebe-se que a necessidade de haver artefatos de captura e manutenção de memória se faz cada vez maior à medida que avançamos na pós-modernidade, em que o “sentimento de *efemeridade* do mundo gera a melancolia, o ‘*spleen*’ que Benjamin define como o ‘sentimento que corresponde à catástrofe em

permanência” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 393, *itálicos no original*), ou seja, a fragmentação contínua do “eu”, à qual Baudelaire respondia com um culto às imagens já no século XIX<sup>19</sup>. Com Ferrarotti (*apud* TEDESCO, 2004, p. 93-94), que afirma que a identidade se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida, encontramos um ponto de contato que possibilita dizer que a memória é componente fundamental para a identidade do indivíduo. Ou, como profere Hall: “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2005, p. 13).

A discussão da identidade, por sua vez, só acontece quando ela se vê em crise, por conta da insegurança, “quando algo que [se] supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER *apud* HALL, 2005, p. 9). Paulo Honório confirma esta tese ao se debruçar sobre seu passado, outrora plenamente objetivo, pragmático, rigorosamente calculado, em confronto com um presente fragmentado, repleto de dúvidas, arrependimentos e incertezas futuras. A crise de identidade do narrador-autor é que vai levá-lo ao livro de memórias, mesmo que ele próprio afirme reiteradamente que não sabe por que escreve. Neste ponto, o texto fictício denota que a memória “desarticula a fala e as percepções de Paulo Honório. Não se trata mais de recuperar os ‘tempos idos’, porém de entender as diferenças entre o que foi e o que é. A crise interior do protagonista determina a crise do narrador” (ZILBERMAN, 2008, p. 126-127). Portanto, a necessidade de passar toda a vida a limpo acaba por fornecer um rico inventário acerca do caráter de Paulo Honório, permitindo identificar quais são as facetas múltiplas deste homem tão contraditório e o que elas representam.

---

<sup>19</sup> A propósito, Seligmann-Silva afirma que Benjamin valoriza tanto as imagens como meio de recepção e expressão da memória que chega a compará-las com o cinema. A realidade, alimentada pelas facilidades criativas e reprodutivas da fotografia e do cinema, originaria o que ele chama de *inconsciente ótico* que, por sua vez, seria o principal deflagrador da memória involuntária (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 407).

Em termos conceituais, a identidade já sofreu abordagens teóricas caracterizadas tanto por um forte caráter de objetividade, algumas, quanto pela subjetividade, outras. Dentre as primeiras, destaca-se a noção de identidade inata, como uma espécie de “segunda natureza”, representação quase genética que denota uma vinculação apriorística, única e inescapável a um respectivo grupo cultural (CUCHE, 2002, 178). De modo diverso, contudo ainda preconizando uma essência de grupo que recai na invariabilidade, as abordagens culturalistas entenderam, dando ênfase ao pressuposto da “herança”, que a identidade estaria “ligada à socialização do indivíduo no interior de seu grupo cultural” (CUCHE, 2002, p. 179). Por sua vez, de maneira ainda mais determinista, as abordagens primordialistas concluíram que “a identidade etno-cultural é primordial porque a vinculação ao grupo étnico é a primeira e a mais fundamental de todas” (CUCHE, 2002, p. 179).

Extremo oposto, as teorias subjetivistas acreditaram que a identidade etno-cultural “não é nada além de um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária em maior ou menor grau” (CUCHE, 2002, p. 181). Essa proposição, a exemplo do que ocorre com as abordagens objetivas, também é refutada por Cuche, pelo risco de reduzir a identidade “a uma escolha individual arbitrária”, o que, para o estudioso, seria fora de propósito, pois não é raro, segundo ele, “que as identidades sejam relativamente estáveis” (CUCHE, 2002, p. 181).

As abordagens mais eficazes parecem ser as relacionais, que permitem “ultrapassar a alternativa objetivismo/subjetivismo” (CUCHE, 2002, p. 182), cujo pioneiro é Frederik Barth, pois “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 2002, p. 182). Segundo este ponto de vista, a identidade não é algo que exista “em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra” (CUCHE, 2002, p. 183).

Logo, é forçoso concluir que ela, a identidade, só se revela pela diferença. Silva (2008, p. 73-102) recorda que, se outrora se definia a diferença como produto dos processos de identificação, hoje se tem a ideia dos processos de diferenciação como formadores da identidade. Para ele, a identidade sempre se manifesta quando o sujeito de parâmetro – normalmente *eu* ou *nós* – se diferencia do Outro, em uma relação classificatória exclusiva: nós/ eles, branco/ negro, homem/ mulher etc. No mesmo tom, Denys Cuche afirma que “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato” (2002, p. 182); e entende que, segundo Barth, “deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através das relações entre os grupos sociais. Para ele, a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas” (CUCHE, 2002, p. 182).

As relações entre os grupos, entretanto, não se dão de forma harmônica. A legitimidade da identidade depende da relação de força entre os grupos que estão em contato: “somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos” – autoidentidade – “e dos outros” – heteroidentidade (CUCHE, 2002, p. 186). Conforme vimos no capítulo anterior, um dos aspectos determinantes da regionalidade de *São Bernardo* é a existência de uma sociedade dominada pelo poder do capital, do qual o protagonista dispõe e se vale constantemente no decorrer de sua escalada social. Logo, ele representa o grupo dos que podem nomear e se nomear, e é importante ter isso em mente no momento da análise identitária de suas lembranças.

Finalmente, podemos a partir de agora nos ocupar em localizar no texto, através das lembranças e dos esquecimentos de Paulo Honório, algumas destas operações, em busca de entendermos quem é esta personagem, o que ela representa, com quem se identifica e de quem se diferencia.

#### 4.1 Ressalvas, reparos, acertos

Cabem aqui, entretanto, duas importantes ressalvas: a primeira é que, neste momento, nos dedicaremos a analisar a memória e a identidade do protagonista apenas na primeira parte do romance. Esclarecemos: *São Bernardo* tem dois momentos claramente distintos. O primeiro vai desde a juventude de Paulo Honório até seu casamento com a professora Madalena, quando tudo ainda é sinônimo de certezas, de conquistas, de construção; o segundo segue daí até o final da obra, e então surgem as dúvidas, as obsessões e, finalmente, quando ocorre o encontro do tempo presente com o presente narrativo, a loucura, em um processo desconstrutivo. Para Zilberman, este divisor de águas é também a própria razão de ser do romance, quando afirma, encontrando semelhanças entre os narradores de *São Bernardo* e de *Dom Casmurro*, que Paulo Honório,

como Bentinho, deseja saber o que não deu certo em sua vida, sabendo de antemão que, em sua existência, o tumultuado relacionamento com Madalena detém posição nuclear. Ao contrário, porém, do narrador carioca, o de *São Bernardo* precisa recuperar sua própria história, experimentada *antes* de conhecer a professora que escolhe para esposa. (ZILBERMAN, 2008, p. 125, grifo nosso).

Consideramos ainda que o *modus vivendi* que Graciliano Ramos critica ao criar sua personagem é aquele do primeiro momento, o que desde já justifica sua destruição final, e é também por isso que focamos nele a nossa análise. Além disso, podemos arriscar dizer que quase tudo que concluirmos acerca do Paulo Honório inicial pode ser diametralmente invertido pelo leitor para obtenção das características do seu *alter ego* terminal, fato que denota que nossa escolha não acarretará prejuízo algum na análise e, por extensão, nenhuma carência nas possibilidades conclusivas.

Ainda sobre esse ponto, justificamos a delimitação do espectro da análise identitária das lembranças do narrador com a constante mutação por que passam os processos de identificação. Segundo Cuche, a identidade jamais alcança uma solução definitiva: ela é “tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e

dinâmico” (2002, p. 196), o que quer dizer que o indivíduo “tem consciência de ter uma identidade de forma variável, de acordo com as dimensões do grupo ao qual ele faz referência” (CUCHE, 2002, p. 195). Ora, se, a partir da morte de Madalena e do advento da revolução de 1930, a personagem central sente-se privada do convívio e da influência sobre a classe dominante, em suma, do poder, o que acompanha sua derrocada em termos de estabilidade emocional e psicológica, é natural que seja necessário estabelecer este recorte para, como dissemos anteriormente, entendermos seu estágio identitário inicial e determinarmos sua própria antítese final. “A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações” (CUCHE, 2002, p. 196): é exatamente o que acontece com Paulo Honório e o que explica esta primeira ressalva.

A segunda tem a ver com as “manipulações” identitárias e diz respeito ao que Denys Cuche chama de “identidade social”, que faz parte da identidade cultural do indivíduo e se caracteriza “pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (2002, p. 177). Por esta perspectiva, que leva em conta a manipulação consciente das lutas sociais de classificação, a identidade nada mais é do que um meio para atingir um fim. A manipulação de identidade até encontra limites, pois ela “é sempre a resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo” (CUCHE, 2002, p. 197). No caso de Paulo Honório, contudo, esses limites são muito frágeis, tal é o domínio que ele demonstra ter não apenas das relações sociais das quais toma parte, mas também de sua narração, pelo fato – determinante – de ser a única voz diretamente presente em *São Bernardo*. Logo, ele tem autonomia para influenciar positiva ou negativamente na sua resultante e na dos que o cercam, figurando na prática como o único responsável pela performance das identidades que mais importam no romance – as identidades sociais. A

própria configuração de *São Bernardo*, livro que, como já dissemos, é caracterizado pelo engajamento social, alcançado justamente pelo teor e pela disposição das memórias de seu narrador-personagem, essencialmente de cunho social e político, confirma o que acabamos de afirmar, com o que justificamos nossa segunda ressalva e partimos para o prometido trabalho de análise.

#### **4.2 Paulo Honório: um retocado autorretrato**

O Paulo Honório com quem nos deparamos num primeiro momento está longe de ser um intelectual. Compartilha a linguagem popular, repleta de adágios e metáforas relacionadas ao mundo rural que o rodeia (“Na opinião dos caboclos que me servem, todo caminho dá na venda” [p. 12]), e demora toda uma vida até valorizar a instrução formal, como se vê no capítulo II, cujo tempo é o presente, quando o destino já o arrasou, ao dizer que, se “possuísse metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo” (p. 12).

Esta é ao mesmo tempo uma afirmação e uma contradição identitária do protagonista. Se, por um turno, ele utiliza a linguagem usual de seus empregados – verificável não apenas no exemplo acima, mas em todo o romance, notavelmente por meio de ditos populares – e admite suas limitações de intelecto, em consonância com suas origens humildes, por outro, apresenta alguns esquecimentos bastante questionáveis, que o afastam de seu passado mais distante, como em passagem já citada do capítulo III, em que confessa, acerca de seu nascimento, possuir “a certidão, que menciona padrinhos, mas não menciona pai nem mãe” (p.15), ou então quando quer alegar falta de recursos para comentar sua paupérrima infância: “Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir” (p. 16).

Não sabemos se de fato Paulo Honório nada sabe acerca dos pais e mesmo sobre sua infância ou se, levando em conta a intencionalidade da memória, aí estão ocultos possíveis processos de extinção de memórias. Isto não quer dizer, todavia, que ele renegue suas raízes,

pois em seguida, quando começa a falar em trabalho, comenta, com certo orgulho, suas dificuldades de adolescente, “ganhando cinco tostões por doze horas de serviço” (p. 16) em lavouras alheias.

Pela força do trabalho e do empreendedorismo, Paulo Honório sufoca todas as vergonhas familiares e infantis, a ponto de desenvolver um imensurável senso de propriedade sobre as coisas que o cercam. Tudo e todos, como observa Lima em seu ensaio “A reificação de Paulo Honório” (1969), passam a ser alvos em potencial para servir ou pertencer ao futuro fazendeiro, e São Bernardo, a fazenda, é a maior representação desta volúpia, eleita sonho de consumo desde o momento em que serve de pobre ganha-pão a ele, ainda na condição de subempregado.

A luta pelo capital e pela posse destas terras está visceralmente descrita nos capítulos III e IV, e logo em seguida a personalidade empreendedora do novo proprietário de São Bernardo desponta, embora já aparecesse resumida no capítulo II: “O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular.” (p. 12).

A ideia da propriedade fascina Paulo Honório. Para ele, um proprietário é antes de mais nada um trabalhador e um conhecedor de seu negócio. Estes traços de personalidade se verificam na oposição da sua imagem autoconstruída com a de Luís Padilha, herdeiro e então desleixado – na visão do narrador, pelo menos – dono da fazenda, como ocorre na passagem a seguir, em que descreve uma noite de festa em – e sob patrocínio de – São Bernardo: “Padilha andava com um lote de caboclas fazendo voltas em redor de um tacho de canjica, no pátio que os muçambês invadiam” (p. 22). Em seguida, em um diálogo com Paulo Honório, que questiona o porquê de não haver na fazenda uma produção agrícola regular, “Luís Padilha revelou com a mão e com o beijo ignorância lastimável num proprietário e, sem ligar

importância ao assunto, voltou às rodas interrompidas e às caboclas” (p. 22). O comentário do narrador revela o desprezo que sente pelo comportamento desleixado de Padilha, de quem procura se diferenciar, ao mesmo tempo em que vai preparando e, mais do que isso, justificando ao leitor a tomada de posse da fazenda, que muito em breve se concretizaria, como resultado da soma entre a fração perdulária de um e a faceta oportunista do outro.

Ao nos determos sobre as relações de Paulo Honório com seu vizinho Mendonça, inapelavelmente declarado desonesto em diversas passagens do livro – que pode ser a mera inserção de outra justificativa, visto que mais tarde Paulo Honório encomendaria a morte do fazendeiro limítrofe –, reparamos que, por mais que haja desavenças, ainda existe uma identificação, fruto da condição comum de proprietários, da qual Padilha deixa de usufruir após perder suas terras para o próprio Paulo Honório, ou pelo simples fato de ambos não serem exatamente honestos. Ao descrever a primeira visita que faz, na condição de proprietário de São Bernardo, ao vizinho, nosso narrador relata: “No dia seguinte visitei Mendonça. (...) Repetindo as mesmas palavras, os mesmos gestos, e ouvindo as mesmas histórias, acabei gostando do proprietário de Bom-Sucesso” (p. 36-37), mas “Cada um de nós mentiu estupidamente” (p. 37). Não podemos descartar a ideia da identificação pela mentira, portanto, nem deixarmos de vinculá-la ao estatuto de proprietários que os novos vizinhos compartilham.

Com essa visão, Paulo Honório impõe-se a seus empregados e desvaloriza todos os que não são patrões. Na página 38 da edição de referência, o narrador declara que não vai matar um boi no dia da eleição municipal, e sim apenas um carneiro, posto que “possui” apenas “meia dúzia de eleitores”, provavelmente dependentes do trabalho braçal em sua fazenda. Até mesmo quando se refere a quem não é seu empregado – não naquele momento, pelo menos – o protagonista o faz como se identificasse um alvo, uma vítima a ser explorada: “(...) encontrei um velho alto, magro, curvado, amarelo, de suíças, chamado Ribeiro. Via-se

perfeitamente que andava com fome. Simpatizei com ele e, como necessitava de um guarda-livros, trouxe-o para São Bernardo.” (p. 44).

Não é preciso nem dizer que a “simpatia” do fazendeiro se estabeleceu a partir do momento em que identificou uma possível mão-de-obra barata. A mão-de-obra, por sinal, não é vista como algo além de exatamente isso: força bruta de trabalho. A morte de peões e de seus familiares, se ocorre, é citada com nulidade de cerimônia (“Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito” [p.47]) e com ares de contabilização:

Na pedreira perdi um. (...) Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se.

Para *diminuir a mortalidade e aumentar a produção*, proibi a aguardente. (p. 47, grifo nosso).

Vê-se bem, neste excerto, que a morte humana só tem valor a título de prejuízo financeiro. Em outras palavras, não são as pessoas que morrem, e sim sua contribuição para o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, dentro do que se espera de seu papel social.

O papel que cabe para Paulo Honório ainda lhe é, naquele momento, totalmente novo. O fazendeiro tem que passar por um processo de adaptação que nem sempre é tão simples; às vezes sequer chega a se completar. Se afirma com a maior naturalidade, no capítulo VIII, que deixou de dormir em rede – um símbolo da condição de subempregado rural –, no mesmo parágrafo admite uma vitória de sua rusticidade original perante as novas exigências: “Comprei móveis e diversos objetos que entrei a utilizar com receio, outros que ainda hoje não utilizo, porque não sei para que servem” (p. 48).

Isso, embora humildemente admitido, não será motivo para Paulo Honório deixar de se considerar diferente de seus funcionários. O mais fiel deles é Casimiro Lopes que “É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão” (p. 19). Lopes é, paradoxalmente, o mais bem-visto entre todos os peões da fazenda, justamente por ser o mais animalizado.

Aliás, Paulo Honório é pródigo em fazer comparações e metáforas desse tipo e, nos capítulos finais, afirma desejar que melhor seria se todos fôssemos bois. Aves e quadrúpedes em geral não guardam datas religiosas, por exemplo, o que os coloca em melhor consideração que os hominídeos que cercam o dono da fazenda, uma vez que “nos dias santos surgem viagens, doenças e outros pretextos para o trabalhador gazar” (p. 63). O ideal de Paulo Honório, portanto, seria um mundo composto por incansáveis animais de vários tipos – incluindo seres humanos como Casimiro Lopes – a obedecerem seus comandos, conforme ele mesmo constata, em um dos derradeiros parágrafos de suas memórias, o qual revela o nível de igualdade em que restam, para o narrador, uns e outros:

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. (...) E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha (...) (p. 217).

A diferenciação de si para com seus empregados não se restringe a isso: ao contrário, dá residência à maior concentração de esforços de identidade, o que se explica pelo peso que o senso proprietário exerce na formação de sua personalidade. Todavia, além de ser patrão, Paulo Honório é homem, jovem, forte, pragmático e excelente representante da mobilidade social permitida pelo sistema capitalista. Assim, as categorias que se opõem a estes seus atributos sofrerão repressão por parte do anti-herói.

As mulheres, por exemplo, dele não recebem muita consideração. Paulo Honório é avesso a sentimentos e relacionamentos com o sexo oposto. Na juventude, conheceu Germana, com quem provavelmente se envolveria se não estivesse voltado exclusivamente a ganhar dinheiro. A ela, o maduro escriba se refere como “cabritinha”, para depois dizer que, certa vez, deu-lhe

um beliscão retorcido na popa da bunda. Ela ficou-se *mijando* de gosto. Depois botou *os quartos* de banda e enxeriu-se com o João Fagundes, um que mudou o nome para furta cavalos. O resultado foi eu arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear João Fagundes. (p. 16, grifos nossos).

O sentido animalesco aqui verificado, acompanhado de tendências violentas, é mais tarde transferido para Rosa, esposa de um dos mais humilhados funcionários de São Bernardo, tratada como verdadeiro objeto sexual sob a complacência de Marciano, o marido. Para Paulo Honório, as mulheres são fracas, criaturas que “não se defendem” (p. 52). Em seguida, abrindo o capítulo IX, o proprietário lembra de encontrar os amigos “elogiando umas pernas e uns peitos” (p. 53), em uma metonímia preconceituosamente reveladora, mais ainda porque falavam de Madalena, futura esposa do fazendeiro, condição ignorada no momento do acontecido, embora logicamente sabida por ele quando da escrita de suas memórias.

A coisificação feminina chega ao auge quando Paulo Honório descobre o paradeiro de sua protetora na infância, Margarida, e manda levá-la a residir em sua fazenda. A anciã é vista exatamente como uma encomenda, e os comentários a respeito do assunto citam “*a remessa da negra. (...) É conveniente que a mulher seja remetida com cuidado, para não se estragar na viagem*” (p. 57, grifos nossos). Temos aqui a verbalização – não digamos confissão, pois desconfiamos de sua consciência – dos processos reificadores femininos exercidos pela personagem central.

A ironia de destino se dá justamente a partir do momento em que uma mulher, Madalena, recusa-se a se submeter à condição de inferior, mantém intactos seus princípios – à grande, irônica e decisiva exceção da conveniência econômica que representou aceitar o casamento sem amor – e sua humanidade, levando o marido à ruína pessoal completa após seu suicídio, única e contraditória maneira de vencer a queda de braço conjugal. Madalena, a propósito, possuía outro dote que Paulo Honório desprezava, especialmente em mulheres: a intelectualidade. Repete incansavelmente que não gosta de mulheres que “escrevem artigos”, se metem em negócios (“coisa de homem”) e acusa a esposa por ser “mulher de escola normal”, em tom pejorativo.

Entretanto, o desprezo pela intelectualidade não se restringe às mulheres. Paulo Honório, pessoa pragmática ao extremo, repele toda e qualquer manifestação de ordem estética ou acadêmica que se aproxima, afastando-se desse tipo de identificação. Vejamos o exemplo protagonizado por Luís Padilha, que contrai de Paulo Honório um empréstimo e utiliza os recursos para comprar uma tipografia e abre um efêmero jornal, que sobrevive por apenas quatro edições. Em seguida, tenta novamente o reconhecimento social, fundando e sendo nomeado presidente honorário perpétuo do Grêmio Literário e Recreativo da cidade. Seus procedimentos não fogem do competente sarcasmo do fazendeiro, como se vê no relato da negociação que redundaria na transferência de posse da Fazenda São Bernardo: primeiro, “O ex-diretor do *Correio de Viçosa* ergueu-se, atordoado” (p. 26), depois, “O presidente honorário perpétuo do Grêmio Literário e Recreativo assustou-se” (p. 27). Chamando a atenção para a inutilidade, perante o poder de negociação que lhe outorga o capital, dessas posições de destaque em órgãos – cuja existência é precária e cuja importância é questionável, conforme vimos no capítulo anterior – voltados a um suposto exercício intelectual, o narrador demarca fronteiras, diferencia-se e prepara o terreno para proclamar a vitória – consolidada na transferência da escritura de São Bernardo para seu nome – de seu pragmatismo econômico perante os devaneios intelectualoides.

O capítulo XVI, por sua vez, é em boa parte dedicado a uma discussão entre Paulo Honório, Azevedo Gondim e Madalena sobre a utilidade dos livros. Prevalece, claro, a opinião do fazendeiro, que acha que instrução não é “leitura de papel impresso” (p. 104). Antes, o narrador revela sua opinião sobre vizinhos estudantes, referindo-se ao avanço de suas cercas sobre a terra “dos Gamas, que pandegavam no Recife, estudando direito” (p. 49). Na mesma página, sua visão sobre outra categoria intelectual, a dos jornalistas, é externada. Estes acabam colaborando para as convicções de Paulo Honório, como veremos agora. Se já no capítulo I Azevedo Gondim é descrito como “jornalista de boa índole e que escreve o que lhe

mandam”, desta vez é também sobre Costa Brito, da *Gazeta* de Maceió, que recai o poder do agropecuarista:

Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na *Gazeta*, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em conseqüência mordeu-me cem mil réis. (p. 49)<sup>20</sup>.

Ou seja, para Paulo Honório, o pouco de “leitura de papel impresso” aceitável é, além da que contém “apenas observações de homens práticos” (p. 105), aquela que pode lhe render alguma contrapartida. O que chama a atenção, mais do que isso, é o fato de praticamente todas as pessoas de formação escolar, à exceção de Madalena, aceitarem este jogo, submetendo-se às estratégias e, falando mais diretamente, ao dinheiro do proprietário de São Bernardo: jornalistas, padres, advogados, juiz, todos entram no circo montado por Paulo Honório em benefício próprio, contentando-se com as migalhas que lhes são destinadas.

Parte do circo incluiu a construção de uma escola na fazenda. Evidentemente, o objetivo não era a disseminação cultural:

Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?  
– Esses homens de governo têm um parafuso frouxo. Metam pessoal letrado na apanha da mamona. Hão de ver a colheita. (p. 50).

De repente, supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar.  
(...)  
Agora os receios diminuía. A escola seria um capital. Os alicerces da igreja eram também capital. (p. 51).

Como suas estratégias acabam dando certo, é natural que Paulo Honório desenvolva uma autoimagem de superioridade em relação aos intelectuais, como quando diz que se acha

---

<sup>20</sup> Ambas as referências têm a ver com a disseminação do automóvel.

Henry Ford (Estados Unidos da América, 1863-1947) foi o fundador, em 1903, da Ford Motor Company, empresa que, inovando métodos de produção e baixando custos, conseguiu democratizar o acesso aos veículos automotores, vendendo mais de 15 milhões de unidades do modelo Ford T e tornando-se, à época, o maior produtor de automóveis do mundo, segundo a versão brasileira do sítio eletrônico Discovery Channel ([www.discoverybrasil.com](http://www.discoverybrasil.com)).

Delmiro Gouveia (Brasil, 1863-1917) cearense radicado em Alagoas, foi proprietário de diversas empresas, sobretudo do ramo têxtil. O sítio eletrônico da prefeitura do município que lhe homenageia com o nome ([www.delmirogouveia.al.gov.br](http://www.delmirogouveia.al.gov.br)) afirma que “Delmiro Gouveia introduziu o automóvel no sertão”, na década de 1910, entre outras iniciativas.

“superior” a seu advogado, mesmo tendo “menos ciência e menos manha” (p. 54). A concessão que faz – uma concessão importante, por revelar o grande critério de seus juízos de valor – é que as habilidades de João Nogueira, mesmo merecendo até certo ponto “desprezo”, “eram úteis – e havia entre nós muita consideração” (p. 54).

Paulo Honório se considera um forte, e faz questão de valorizar esta qualidade física que, mais do que simples característica, é meio de expressão, de imposição e cumpre o papel de fiel da balança quando a argumentação é insuficiente. Senão, vejamos o exemplo da negociação final entre ele e Luís Padilha, que culminaria com a mudança de dono da fazenda. Antes do acerto final, houve alguns momentos de impasse e, neles, a compleição física de Paulo Honório foi fundamental para o andamento das tratativas. Logo quando chega à fazenda, o comprador lembra que entrou “batendo os pés com força” (p. 26), anunciando-se ameaçador, ao passo em que seu oponente dormia na rede. Três páginas depois, Padilha relutava em levar adiante o que o próprio comprador chamou de “esbulho” (p. 29), e este então confessa que chegou a “ameaçá-lo com as mãos” (p. 29), o que fez as negociações serem retomadas.

A relação de Paulo Honório com Luís Padilha, já anteriormente comentada, merece parênteses para maior atenção. Um exemplo: é contra ele que o narrador direciona com maior ênfase seu doentio ciúme da esposa, talvez por nele enxergar um alvo frágil contra o qual, sempre que pode, aproveita para afirmar sua superioridade. Ao concluir a construção da escola da fazenda, diz que tanto não acredita em educação que vai “aproveitar o Padilha” (p. 56), dando a entender que a atividade de lecionar não prescinde de atenção qualificada e elegendo seu oposto mais nítido para representar esta falta de qualidade. Recorridas vezes, o narrador lembra de seu ex-funcionário – pois até o dependente Padilha abandona a fazenda depois da morte de Madalena – com comentários depreciativos, como por exemplo: “Coitado! Tão miúdo, tão chato, parecia um percevejo” (p. 58).

Além deste tipo de comparação animalesca, que às vezes evolui dos insetos para os caninos (“Padilha, meio desconcertado, *rosnou, agarrando-se ao osso*” [p. 57, grifo nosso]), Paulo Honório, valendo-se de seu desprezo pela intelectualidade, somado ao ressentimento ligado ao próprio Padilha, aproveita para apontar a insegurança deste para com suas criações literárias: “Envergonha-se de compor uns contos que publica no *Cruzeiro*, com pseudônimo, e quando lhes falam neles, imagina que é esculhambação e atrapalha-se” (p. 58-59).

Além disso, Padilha é visto como vaidoso, perdulário, acomodado e fraco, sempre em oposição em relação a ele, Paulo Honório:

(...) com uma garrafa de cachaça, aperreava os companheiros de farra – declamando sementes e adubos químicos. Tornou-se regularmente vaidoso, desejava aprender agronomia, e em pouco tempo a cidade inteira conheceu as plantações, as máquinas, a fábrica de farinha. (p. 23).

Examinei sorrindo aquele bichinho amarelo, de beiços delgados e dentes podres.

– Ó Padilha, gracejei, você já fechou cigarros?

Padilha comprava cigarros feitos.

– É mais cômodo, concordei, mas é mais caro. (p. 24).

Vê-se que Paulo Honório sente especial prazer em diminuir Luís Padilha, seja como uma espécie de justificativa para apossar-se das terras de São Bernardo, a princípio, seja para saborear sempre que possível sua vitória na negociação da fazenda, *a posteriori*. (A propósito, o narrador admite sem hesitação que “sentia prazer em humilhá-lo mostrando-lhe os melhoramentos que introduzia na propriedade” [p. 70]). Dentre as personalidades que o narrador subjuguou, é com Padilha que vive a mais forte oposição, talvez por desprezar seu caráter mais do que o de todos os outros, ou, talvez, por não admitido remorso, causado pelo mínimo de humanidade que lhe resta, “fissuras de sensibilidade que a vida não conseguiu tapar”, “sementes de moleza e lirismo, que é preciso abafar a todo custo” (CANDIDO, 2006, p. 40), incessantemente.

Ora, se menospreza, via memória, seu suposto rival, Paulo Honório não quer declarar senão seu orgulho de ser – em sua própria opinião – exatamente o oposto dele: vigoroso, pragmático, proprietário – e não faz cerimônia em mostrar a todos que o cercam suas

realizações, explicitamente, em primeira pessoa, como atesta, de forma apoteótica, a honraria que é receber em sua fazenda o governador do Estado, ocasião em que o champanhe servido no almoço é merecedor de referência, bem como a visita às benfeitorias todas da propriedade:

O governador gostou do pomar, das galinhas Orpington, do algodão e da mamona, achou conveniente o gado limosino (...).  
(...)  
E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descaroador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida. (p. 50-51).

A força de Paulo Honório, traduzida em suas realizações e no orgulho que elas trazem, combina com sua juventude. Embora não seja mais um mancebo, nosso anti-herói está no auge de sua energia vital durante o período de prosperidade econômica, e não é por acaso que se refere a Margarida, reiteradamente, como “a velha”, fato verificável com maior facilidade entre as páginas 56 e 57. Também Seu Ribeiro, o guarda-livros da fazenda, é mais lembrado por ser curvado, velho e fraco do que por outros atributos ou defeitos de caráter que possa exibir.

Além de tudo isso, Paulo Honório tem a vantagem de ser branco, em uma sociedade recém saída do escravismo afroexplorador, e marca esta diferença de identidade que para ele parece ser importante. Quando utiliza o termo “negrada” (p. 22) para referir-se aos funcionários do que era ainda a fazenda de Luís Padilha, certamente não é para enaltecer suas cores de pele. Até mesmo quando vai, de modo brevíssimo, descrever a rejeitada Germana, o narrador não abre mão de qualificá-la como “sará” (p. 16), o que certamente a torna, a seus olhos, além de diferente, talvez incompatível, ainda mais vulgar. Também não é por acaso que classifica a morte de um funcionário da fazenda vizinha, rival de São Bernardo, como “uma limpeza” (p. 47). O funcionário em questão era um caboclo. Mesmo que fosse empregado de Paulo Honório, este homem não mereceria melhores homenagens do patrão, como acontece em seguida com dois deles, cujas mortes precisam de apenas três palavras para serem relatadas: “*Perdi dois caboclos e levei um tiro de emboscada*” (p. 49, grifo nosso).

Mesmo Margarida, que criou o então menino órfão desprovida de segundos interesses, é comentada com descaço, pois, além de velha, não é branca, e sua viagem à fazenda do antigo protegido é classificada como “a remessa da negra” (p. 57).

Por fim, se Paulo Honório é um convicto capitalista, deve se opor com retidão a toda e qualquer manifestação diversa, e o faz com convicção. Talvez seu mais intenso bordão seja o repetido “dinheiro é dinheiro”, cujas contabilidade e cumulatividade ele acaba transferindo a todo o mundo que o cerca, e enfatiza: não sente remorsos (p. 30), pelo menos não nesta fase relembrada de sua existência. Conforme já vimos no capítulo anterior, nem mesmo as instituições comunitárias escapam de um caráter passível de balanço.

Sob este mesmo viés impositivo – seja pela intimidação econômica, seja pela física – é que se descreve a relação patrão-empregado desenvolvida pelo fazendeiro para com seus funcionários. Paulo Honório não trabalha com eles, não solicita serviços, deles não requer colaboração, a eles sequer dá sumárias ordens, pois o verbo, na voz do próprio patrão, é outro: “Estirei os braços, fatigado de haver passado o dia inteiro ao sol, *brigando com os trabalhadores*”. (p. 55, grifo nosso).

Neste mesmo sentido, Padilha não é contratado como professor, é “aproveitado” (p. 56), termo que revela especialmente a visão social do fazendeiro. Com ela também se explicam as lembranças e os comentários sempre negativos acerca de Padilha, o ex-patrão inutilmente estudado, alcoólatra, fraco, ateu e, não por acaso, revolucionário e pregador do comunismo. Este perfil de dominação, de crença no lucro sobre todas as coisas e de conflito com qualquer sintoma ou suspeita de ameaça aos ideais serve para demarcar bem o território entre ele, capitalista exemplar, dono de uma fazenda moderna, conquistada a duras penas, provando a dádiva da mobilidade social do sistema, e os outros, humanistas, idealistas ou simplesmente perdedores, indignos de desfrutar das benesses burguesas do século.

### 4.3 Um esboço interpretativo

A partir das explicações anteriores, chegamos a algumas conclusões.

A característica primordial da identidade do primeiro Paulo Honório, ou seja, até o ponto de ruptura de seu equilíbrio pessoal, parece ser o apego à propriedade, que seria representativa de sua ascensão social, privilégio do capitalismo em contraposição ao sistema econômico que à época a ele se opunha. Desta forma, Paulo Honório representa o ideal da lógica capitalista, uma espécie de *self-made man*, manipulador de recursos financeiros e humanos.

O capital seria então o traço determinante de sua personalidade, em cuja órbita gravitariam características de inegável afinidade com este perfil de capitalista ideal: o desprezo pela intelectualidade e a afeição ao pragmatismo econômico; a concepção da força de trabalho enquanto meio de produção, em contraste com o desprezo pela vida humana; a supremacia masculina no comando da vida social em detrimento da participação ativa da mulher; a ideia do poder político e econômico mantido entre os brancos, desprezando a ascensão de negros e mestiços; a força produtiva da juventude desbancando e marginalizando os idosos, uma vez que já não contribuem mais para os meios produtivos; etc.

Vale lembrar que todos estes atributos foram detectados pela expressão das memórias do fazendeiro, o que quer dizer que os fatos narrados podem não ter acontecido do modo exato como ele os conta, mas certamente são a impressão que deles ficou, recuperados no tempo presente. Desse modo, a representação que Paulo Honório faz de si mesmo pode ser entendida, devido ao profundo problema existencial que o presente impõe, como um ideal a ser perseguido ou, no caso dele, reconstruído: “A leitura estética do passado é necessária, pois opõe-se à ‘musealização’ do ocorrido: ela está vinculada a uma modalidade da memória que quer manter o passado ativo *no presente*. Ao invés da tradicional representação, o seu registro é do índice: ela quer *apresentar, expor* o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes”

(SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 57, itálicos no original); isto é, o testemunho de Paulo Honório atua em favor da recuperação de um passado perdido, da busca por um reencontro identitário consigo mesmo<sup>21</sup>, enfim, da reconstrução de seu caráter enquanto modelo.

Este modelo, podemos dizer, é o próprio ideal capitalista<sup>22</sup>. Fica evidente que as características nele encontradas estão presentes, ou pelo menos são desejáveis, em seus coocupantes de classe social, afinal, “a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social” (CUCHE, 2002, p. 177). Neste ponto, podemos assinalar, a partir do padrão individual paulonorianiano para uma característica de grupo, duas possibilidades de identificação: uma, com a sociedade rural alagoana, ou mesmo nordestina, cujas raízes remontam à época das capitânicas hereditárias, e cuja supremacia começa a se esboroar com o início do processo de industrialização no Brasil. *São Bernardo* denunciaria, desta feita, o atraso ideológico e o poder de manipulação das massas desta elite em oposição ao país moderno que queria surgir, mais tarde simbolizado pela revolução que, no final do romance, assume o poder nacional.

A outra identificação possível seria, extrapolando sua condição de homem do campo, da personagem central com a elite capitalista como um todo. “Paulo Honório (...) é o emblema complexo e contraditório do capitalismo nascente: empreendedor, cruel, (...) dinâmico e

---

<sup>21</sup> Neste sentido, Renato Franco fornece exemplo semelhante com sua análise do romance *Quatro-olhos*, de R. Pompeu, que se passa na época da ditadura militar no Brasil. No livro, um escritor amador tenta reescrever, com a ajuda somente da memória, todo o conteúdo de um livro inédito confiscado de seu apartamento quando invadido pela polícia política. “(...) o conteúdo do esquecimento está relacionado à sua própria identidade, ao que, no passado, ele mesmo foi. (...) A luta pela reconstituição do livro original é tanto a luta para superar o esquecimento – para recuperar a matéria socialmente recalçada – como para reconstruir sua própria história e, nessa medida, sua identidade” (FRANCO, 2003, p. 366). Parece que a crise de identidade de Paulo Honório é mais complexa, justamente por ele não sofrer por causa do esquecimento, e sim por causa da memória. Sua identidade, para ser reconstruída, deve forçar a extinção ou a sublimação, pela escrita, de lembranças incômodas. No entanto, podemos deduzir um aspecto em comum entre as duas obras a partir do excerto a seguir, de *Quatro-Olhos*: “Me pus a escrever para criar um mundo correto em meio ao mundo falso em que vivia” (POMPEU *apud* FRANCO, 2003, p. 366). “A narração neste sentido aspira à felicidade” (FRANCO, 2003, p. 366), ou, para usar o termo benjaminiano, à “cura”, cuja aspiração seria o ideal de todas as narrativas memorialísticas.

<sup>22</sup> “Ação transformadora, velocidade enérgica, posse total: aí estão três características e três ideais da burguesia. O herói de *S. Bernardo* os possui em alto grau e os imprime a fundo na tessitura da narrativa” (LAFETA, 1981, p. 197).

transformador” (LAFETÁ, 1981, p. 196-197). Assim, “se alinharmos todas as características examinadas (...) torna-se inevitável o surgimento de uma analogia entre o herói e a burguesia como classe” (LAFETÁ, 1981, p. 202). Por este viés, a crítica de Graciliano – militante que era desta causa – seria, no mínimo, em prol de uma revisão do sistema, quando não em defesa aberta do comunismo. A figura do anti-herói capitalista seria assim uma sarcástica caricatura representativa da corrupção humana que escorre atrás do discurso de igualdade de oportunidades, mobilidade social e autorregulação das relações de mercado, entre outras máximas capitalistas. Com este ponto de vista, Graciliano Ramos questiona toda uma história e uma lógica econômica não apenas regional, mas também nacional e transnacional, mediante o pequeno universo criado em *São Bernardo*, que não apenas abarca em si uma totalidade coerente, como é coerente com o grande mundo que nos rodeia. É também este diálogo, tema do capítulo a seguir, o que confere a uma obra essencialmente regional, limitada por suas fronteiras geográficas e culturais, o valor metonímico que se espera de toda boa obra literária.

## 5. A REGIÃO EM *SÃO BERNARDO*: TENSÕES E REPRESENTAÇÕES

É comum a alusão, na fortuna crítica de Graciliano Ramos, à característica “regionalista” do escritor. Adonias Filho, por exemplo, refere-se a ele como “romancista de uma região”, não sem fazer uma ressalva: “apesar da constante captação dos valores humanos” (ADONIAS FILHO, 1969, p. 75), o que de pronto dá a entender que um e outro termo são tidos, para o crítico, como excludentes. Outro estudioso propõe que Graciliano conseguiu “superar, pela sua vigorosa arte literária, tudo o que o regionalismo tem de meramente superficial e externo” (SODRÉ, 1995, p. 558). Massaud Moisés fala no mesmo tom de justificativa quando afirma que alguns escritores da “ficção realista dos anos 30”, “decerto pressentindo o esgotamento da temática regionalista, evoluíram para um realismo menos terra a terra” (MOISÉS, 1989, p. 172), de certa forma ligando o que chama de “regionalismo”, inexoravelmente, àquela literatura documental, em que o foco converge acima de tudo para a paisagem, e “a realidade ali está, praticamente inalterada” (MOISÉS, 1989, p. 172). Para o estudioso, Graciliano Ramos foi “moderno, sem ser modernista” (MOISÉS, 1989, p. 212), definição que livra o autor da pecha do regionalismo e o aproxima do valorizado movimento de 1922.

Semelhante rótulo é frequentemente atribuído ao livro *São Bernardo*. Eliane Zagury, por exemplo, constata que “a crítica não estava preparada para recebê-lo. Era uma figura estranha daquele regionalismo, o lado contrário do regionalismo socialista” (ZAGURY, 1971,

p. 56-57). Isto é: por mais que subvertesse certos requisitos esperados desta modalidade narrativa, *São Bernardo*, por algum motivo não esclarecido, seria sempre rotulado como romance regionalista<sup>23</sup>. Moisés, por seu turno, entende que a ambientação rural do romance “não implicará a adesão a um regionalismo do tipo praticado pelos contemporâneos, menos ainda o proposto pelos adeptos do Realismo” (1989, p. 214). Detectamos, então, a existência de uma alternativa recorrentemente escolhida pela maioria dos críticos quando precisam enquadrar de algum modo a obra de Graciliano Ramos: optando pelo “regionalismo”, mesmo que para tal tenham que criar subdivisões, abrir exceções e fazer concessões às vezes insólitas, como as que acabamos de ver, atendem e ao mesmo tempo contornam o que parece ser uma obrigatoriedade, como se não houvesse como fugir dessa qualificação<sup>24</sup>.

Esses procedimentos artificiais de classificação acabam satisfazendo a necessidade, que se impõe pela qualidade diferenciada da obra de Graciliano, de segregar sua literatura não apenas em relação aos demais romances do período de 30, mas principalmente das obras agrupadas em outras épocas, sob outros estilos, com objetivos muito distintos, mas, paradoxalmente, abrigadas sob o mesmo guarda-chuva do regionalismo, salvo exceções como a classificação “sertanista” para as obras regionais do Romantismo, compartilhada por Sodré (1995) e Bosi (1994)<sup>25</sup>. Sob este mesmo abrigo, encontram-se ainda produções distantes, em

---

<sup>23</sup> Não concordamos com a afirmação da pesquisadora, pois, conforme já dissemos, entendemos que o engajamento político de *São Bernardo* tem origem na lógica marxista que é a mesma que conduz o que é chamado de “regionalismo socialista”, com a diferença básica de percorrer o caminho no sentido inverso, isto é, denunciando o capitalismo pela antipropaganda, o que não o torna, na essência, contrário aos romances engajados da mesma época, a não ser pela diferença de tom – discreto, pouco entusiasmado com o socialismo.

<sup>24</sup> Acerca deste subterfúgio, estamos apenas concordando com a afirmação de Lígia Chiapini: “Campo minado de preconceitos, o regionalismo se presta a equívocos da crítica. Esta quando encontra um bom escritor na tendência trata de relativizar, de apagar o parentesco, utilizando outra nomenclatura” (CHIAPINI, 1995, p. 156).

<sup>25</sup> “Regionalismo”, diz Sodré, “a rigor, começa a existir quando se aprofundam e se generalizam, a ponto de surgirem em zonas as mais diversas, manifestações a que o romantismo não poderia fornecer os elementos característicos” (1995, p. 403). Lamentamos a ausência de clareza na sentença transcrita. Ficamos sem saber quais são pelo menos algumas das “zonas as mais diversas” em que surgem as “manifestações”, as quais também ignoramos quais sejam, bem como os motivos pelos quais o romantismo não poderia atendê-las. Bosi prefere não deixar tão clara a cisão entre um e outro conceito, quando diz que “um dos filões de Alencar, o *regionalismo*, foi explorado por outros romancistas”, para daí entrar na análise do sertanismo, que define como o fruto “do contato

sua essência, em sua estrutura e em seu momento histórico, das citadas, como as novelas de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, e os romances de Erico Verissimo.

### 5.1 Problemas conceituais

O que prejudica, de um modo geral, o trabalho dos estudiosos citados é a carência de rigor conceitual – compreensível para a época à qual nos referimos – quanto ao que seja, exatamente, o regionalismo ou, antes, ao que constitua uma região, o que se reflete em ambiguidade e falta de clareza nas avaliações críticas. Em um breve apanhado teórico, podemos encontrar algumas definições vagas, quando não contraditórias, acerca desses conceitos.

Já em 1873, Machado de Assis afirmava, em artigo publicado concomitantemente no Brasil e nos Estados Unidos da América, a tendência de o romance brasileiro representar “sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional” (ASSIS, 1942, p. 141-142). No mesmo texto, critica a falta de análise psicológica em contraste com a recorrência de descrições de costumes e de quadros da natureza: “Há boas paginas, como digo, e creio até que um grande amor a este recurso da descrição, excelente, sem dúvida, mas (como dizem os mestres) de mediano efeito, se não avultam no escritor outras qualidades essenciais” (ASSIS, 1942, p. 143). Os comentários do escritor da Corte, portanto, ganham ares de advertência, um alerta para os que se ocupam dos assuntos “do interior”, e ao mesmo tempo uma crítica à característica programática de certa literatura regional que, asfixiada pelas próprias doutrinas, corre o risco de desligar-se de seu referente de nacionalidade:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não

---

de uma cultura citadina e letrada com a matéria bruta do Brasil rural, provinciano e arcaico” (1994, p. 140-141, itálico no original).

estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1942, p. 139).

Percebe-se que, embora válida, por refutar o radicalismo dos programas literários e a superficialidade na análise de caracteres, a reflexão de Machado transita por caminho semelhante ao de pesquisadores pósteros: opondo o regional ao nacional, e situando este em categoria privilegiada, faz o mesmo que aqueles que, mais tarde, opõem sistematicamente o regional ao universal, sem, em nenhum caso, esclarecer conceitualmente estes termos. Constitui-se, então, uma falta de critérios que prejudica toda e qualquer análise de literatura regional e, ao mesmo tempo, autoriza uma visão preconceituosa acerca dos limites que cercam esta literatura, a qual, diga-se de passagem, ainda é encontrável na crítica brasileira, que, às vezes, ainda trata como vigente o que já é História – no caso, a sua própria.

Do regionalismo, diz-se que “de puro e simples processo de idealização” – referência ao sertanismo romântico<sup>26</sup> – “transita para um quadro muito mais complexo em que procura traduzir a realidade através da valorização de alguns de seus elementos mais nítidos embora ainda não os fundamentais” (SODRÉ, 1995, p. 405). Infelizmente, o autor não prossegue na análise desse quadro, não aponta quais seriam os elementos “mais nítidos”, nem os “fundamentais”, dos quais sente falta; tampouco detém-se em pormenorizar a complexidade que acusa no quadro a que se refere. Tem razão, assim, quando conclui que se trata de um “movimento geral, cuja profundidade e características, além do que nele pertenceu ao aspecto formal, não tem sido devidamente apreciado” (SODRÉ, 1995, p. 405). Mas volta à carga crítica generalizada, desta feita para relatar a “fascinação pelo meio geográfico. Domina-o,

---

<sup>26</sup> Para Sodré, a preocupação fundamental do sertanismo, substituto que seria da prosa indianista, “importa em condenar o quadro litorâneo e urbano como aquele em que a influência externa transparece, como um falso Brasil. Brasil verdadeiro, Brasil original, Brasil puro seria o do interior, o do sertão, imune às influências externas, conservando em estado natural os traços nacionais” (SODRÉ, 1995, p. 323). Em correspondência, um estudioso alemão constata a existência, na literatura daquele país, de um “contraponto idealizado”, uma “ideologia do passado”, oposição entre rural e urbano, “entre campo (como ‘Região’, portanto?) e cidade (como ‘Não-Região’?) (...) no sentido de apoderar-se (...) do meio, já emocionalmente tornado pátria, como pátria também cultural e jurídica” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 38), dando origem a uma literatura apenas e simplesmente regionalista.

todo ou quase todo, um geografismo por vezes delirante, um apego profundo ao pitoresco”. E mais: “a natureza absorve, na ficção regionalista, o papel do homem e este vive em função dela, esmagado pela sua imponência” (SODRÉ, 1995, p. 406).

Semelhante tratamento conceitual é dispensado por Afrânio Coutinho, que compreende, inicialmente, que “toda obra de arte é regional quando tem por pano de fundo alguma região particular ou parece germinar intimamente desse fundo” (COUTINHO, 2002, p. 235). Note-se a forma vaga com que é citada a “região particular”, expressão nada esclarecedora, que tende à opção pela determinação arbitrária de domínios regionais, assim como é infeliz a imagem sugerida pelo verbo “germinar”: ao final da sentença, parece que não apenas a ideia de região é apriorística, mas também a de que as obras de arte que dela nascem estão fadadas irremediavelmente ao rótulo do regionalismo.

Mais adiante, o autor, anunciando aprofundamento, acaba por se contradizer, ao avançar da referência ao “pano de fundo” da região para uma perspectiva mais comprometida: “mais estritamente, para ser regional, uma obra de arte não somente tem que ser localizada numa região” – e novamente não sabemos como se determina que isso aconteça, uma vez que o autor ainda não nos disse o que pode constituir uma região – “senão deve também retirar sua substância real desse local” (COUTINHO, 2002, p. 235). Tenta resolver a confusa equação dizendo que a citada “substância real” “decorre, primeiramente, do fundo natural (...); e em segundo lugar, das maneiras peculiares da sociedade humana estabelecida naquela região e que a fizeram distinta de qualquer outra” (COUTINHO, 2002, p. 235). Ou seja, podemos entender que o regionalismo, para Coutinho, advém de uma soma entre a fidelidade à natureza de um local qualquer caracterizado como “regional”, a influência que esses recursos naturais exercem sobre os homens e as “maneiras peculiares” dessa sociedade, embora a última expressão peque pela ambiguidade. Sem isso – natureza, determinismo geográfico e

“maneiras peculiares” (excentricidades, ou exotismo, pode-se presumir) – não há “regionalismo autêntico” (COUTINHO, 2002, p. 235).

Vejam as palavras do próprio autor:

o regionalismo literário consiste (...) em apresentar o espírito humano, nos seus diversos aspectos, em correlação com o seu ambiente imediato, em retratar o homem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo, herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição (COUTINHO, 2002, p. 235).

Coutinho ainda não define o que seja uma região, mas poderíamos considerá-la subentendida, no texto, como um fenômeno consolidado, autônomo e supostamente invariável, tamanha a sem-cerimônia com que é abordada. Desconsideremos, também, motivados pelo distanciamento temporal, o enfoque naturalista e a falta de esclarecimento quanto ao que seja “tradição”, assim como a inconstância na linha de raciocínio desenvolvida pelo estudioso, para verificarmos que, no cerne do conceito de regionalismo residem, ainda, assim como em Sodré, o apego à paisagem e à influência da natureza sobre o caráter humano, o que flagrantemente caracterizaria uma literatura rasteira, estrutural e esteticamente pobre, limitada, destinada, pela sua própria configuração de elementos, à irrelevância.

Com este mesmo viés, Lúcia Miguel Pereira afirma que, ao regionalismo,

pertencem de pleno direito as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora (PEREIRA, 1988, p. 175).

A pesquisadora, assim, praticamente restringe a abrangência de seu conceito de regionalismo àquelas obras que vão conferir “às exterioridades – “à conduta social, à linguagem etc. – uma importância exclusiva, e a procurar ostensivamente o exótico, o estranho” (PEREIRA, 1988, p. 176).

Então, cabe aqui o questionamento: como conciliar semelhantes problemas estruturais e estéticos com os freqüentes elogios à obra de Graciliano Ramos, com a profunda

humanidade de *Vidas Secas*, com a competente análise psicológica de *Angústia* e de *São Bernardo*, senão subvertendo os próprios conceitos e caracterizações sobre regionalismo, o que, de início, já basta para invalidá-los?

Em busca de uma revisão conceitual deste jaez, Fischer afirma, contundentemente, que, no entendimento do termo regionalismo, da maneira como é tratado nos manuais de literatura, subjaz a idéia da

coisa vista liminarmente como menor, de alcance acanhado, sem a totalidade que, na visão do Centro, está apenas na grande cidade ou no Centro mesmo, tudo isso pensado a partir da noção de que a totalidade é que confere estatuto superior à obra de arte (FISCHER, s/d, p. 7).

Desagrada a esse estudioso a supervalorização da arte de feições urbanas ou metropolitanas, como se a elas não coubesse outro destino que não o cosmopolitismo ou a universalidade, enfim, a valorizada “Não-Região”, como denomina Joachimsthaler (2009, p. 38), em contraposição ao pouco caso que, aprioristicamente, ele vê ser dirigido às obras de abordagem rural ou provinciana (que é como se refere à arte produzida à margem do vanguardismo, sem a grande cidade por cenário e distante da ponta do processo de modernização, ou, para citar a fórmula criada pelo próprio autor: “cidade grande = modernização = vanguarda = arte verdadeira; sem qualquer um desses itens, temos arte velha, irrelevante, desprezível (...)” (FISCHER, s/d, p. 8). Ou seja, para Fischer, o que ocorre é a perpetuação da categoria de regionalismo com o sentido pejorativo de desmerecer a literatura advinda de fora do círculo da influência do movimento modernista.

Podemos entender que Zagury, por exemplo, compartilha do pensamento criticado por Fischer. Essa estudiosa não só ignora a necessidade de um conceito mais sólido de regionalismo, seguindo a linha de outros críticos aqui citados, como o divide em duas grandes modalidades, mesmo que não apresente critérios que fundamentem seu procedimento:

De início, há que considerar a existência de duas espécies de regionalismo literário, geneticamente distintas, que trazem em si atitudes, formas e efeitos bem diversos. A primeira delas, mais facilmente demarcável e tradicionalmente aceita sob esta denominação, é a de origem romântica, que resulta de uma mistura de exotismo

(traduzido no pitoresco) e nacionalismo liberal. (...) Convenhamos que o movimento modernista brasileiro nasceu sob a égide da liberdade de expressão (...). Nesta busca de diversificação cultural e linguística, (...) tal tipo de regionalismo chegou a firmar-se numa quase escola de prosa – o romance regionalista de 1930. (ZAGURY, 1971, p. 67-68).

Reduccionismos e generalizações à parte, é impossível não perceber que a categorização proposta – que tem um símile em Afrânio Coutinho, cuja divisão baseia-se nos “ciclos” de regiões arbitrariamente delimitadas<sup>27</sup> – não passa de um arrolamento aleatório de características supostamente comuns a um determinado conjunto de obras, sem o estabelecimento de critérios efetivamente aplicáveis para a tarefa. Atribuir a diversificação linguística como exclusividade dos romancistas de 1930, por exemplo, é esquecer o esforço dos escritores do século XIX em promover, também eles, uma ruptura na linguagem, identificável no prefácio de Alencar a *Sonhos d’Ouro*, em que propõe, entre outros objetivos, “a busca de uma linguagem literária brasileira, inspirada no falar do povo, e ‘escoimada das fezes’” (POZENATO, 2009, p. 45). Da mesma forma, esquecer que o nacionalismo foi um dos princípios norteadores não apenas dos românticos, como também dos modernistas – cada um a seu modo, evidentemente – representa uma manipulação que nada acrescenta à discussão do tema, a não ser para tentar demonstrar que os bons romances da década de 1930 são meros frutos do Modernismo, ao contrário do que afirmava ninguém menos do que o próprio Graciliano Ramos<sup>28</sup>, e que portanto jamais poderiam encaixar-se perfeitamente nos baixos padrões predeterminados do regionalismo.

---

<sup>27</sup> Como argumento contrário ao estabelecimento dos “ciclos” de base geográfica – nortista, nordestino, baiano, central, paulista e gaúcho – que Afrânio Coutinho propõe, temos o conceito, formulado a partir de estudos sobre a literatura regional alemã, de *literatura em uma região*, segundo o qual a pesquisa da “existência empírica de literatura em uma região” transforma-a – a região – “em simples espaço de acaso estatístico (...). Um inventário empiricamente sociológico (a partir de que critérios selecionados?) substitui assim o objeto de estudo” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 32-33, itálicos no original).

<sup>28</sup> Em meio a entrevista originalmente publicada na *Revista do Globo*, em dezembro de 1948, Graciliano Ramos trava o seguinte diálogo com seu interlocutor:

“– Os modernistas brasileiros, confundindo o ambiente literário do país com a Academia, traçaram linhas divisórias, rígidas (mas arbitrarias) entre o bom e o mau. E, querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muita coisa que merecia ser salva.

– Quer dizer que não se considera modernista?

Com mais apuro, embora sem se deter sobre o tema com a profundidade que ele demanda, o que de certa forma já se anuncia no título da *História concisa da literatura brasileira*, Bosi desqualifica a divisão – comumente encontrada – da ficção dos anos 1930 entre romance social-regional e romance psicológico, divisão que, “precária em si mesma, (pois regionais e psicológicas são obras-primas como *São Bernardo* e *Fogo Morto*), acaba não dando conta das diferenças internas que separam os principais romancistas situados em uma mesma faixa” (BOSI, 1994, p. 390). Criando uma categorização fundamentada em Goldmann<sup>29</sup>, acaba definindo a maior parte da obra de Graciliano como “romances de tensão crítica”, nos quais “o herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente” (BOSI, 1994, p. 392), evitando assim o rótulo fácil do regionalismo. Pelo contrário, o autor refuta veementemente essa classificação, ao comentar

parecer precária, senão falsa, a nota de regionalismo que se costuma dar a obras em tudo universais como *São Bernardo* e *Vidas Secas*. Nelas, a paisagem capta-se menor (...); e a natureza (...) só enquanto propõe o momento da realidade hostil. (BOSI, 1994, p. 402).

O princípio que norteia tal afirmação – que exclui, ainda por vias tortas, os dois clássicos de Graciliano Ramos da classificação regionalista, que, deduz-se, englobaria apenas obras não ditas universais – encontra-se no modo como Alfredo Bosi compreende o regionalismo, externado em meio à análise de outros escritores do início do século XX, como

---

– Que idéia! Enquanto os rapazes de 22 promoviam seu movimentozinho, achava-me em Palmeira dos Índios, em pleno sertão alagoano, vendendo chita no balcão” (SENNA, 1978, p. 51-52).

<sup>29</sup> Lucien Goldmann, baseando-se “em distinções de Georgy Lukács (*Die Theorie des Romans*) e de René Girard (*Mensonge romantique et vérité romanesque*)”, “tentou uma abordagem genético-estrutural do romance moderno. *O seu dado inicial é a tensão entre o escritor e a sociedade*” (BOSI, 1994, p. 390, itálicos no original). O estudioso francês pressupõe a existência de uma correspondência entre a estrutura da obra literária e a estrutura social em que se insere o autor. Esta seria, para ele, a gênese do herói problemático, indivíduo que, refletindo a contradição da sociedade burguesa, não consegue “atuar os valores que a mesma sociedade prega: liberdade, justiça, amor...”, configurando uma oposição, uma tensão que não se rompe, entre ego e sociedade que “funda a forma romanesca e a mantém enquanto tal (BOSI, 1994, p. 391).

A classificação encetada por Bosi divide o “romance brasileiro moderno” em quatro classes: os romances de tensão mínima (ex.: Jorge Amado), os de tensão crítica (Graciliano Ramos), os de tensão interiorizada (Lygia Fagundes Telles e Osman Lins) e os de tensão transfigurada (Guimarães Rosa e Clarice Lispector) (BOSI, 1994, p. 392).

Simões Lopes Neto e Hugo de Carvalho Ramos: “O projeto explícito dos regionalistas era a *fidelidade do meio a descrever*: no que aprofundavam a linha realista estendendo-a para a compreensão de ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção” (BOSI, 1994, p. 207, itálicos no original). Um elogio é então dirigido ao grupo de escritores em questão, baseado no fato de que eles superavam tal projeto, posto que estavam “voltados para a verdade humana da província” (BOSI, 1994, p. 208). Similar procedimento de valorização é empreendido por Lúcia Miguel Pereira, quando diz, referindo-se ao regionalismo como um todo, que “é pela sua capacidade de, lidando com elementos locais, atingir o universal, que se mede o seu valor” (1988, p. 211). O elogio, desta feita, é em favor da obra de Simões Lopes Neto, a qual, “rica de substrato humano e sólida na sua contextura” (PEREIRA, 1988, p. 211-212), consegue também vencer os reiterados empecilhos da arte regional e, nas palavras da autora, as “limitações inerentes à sua índole” (PEREIRA, 1988, p. 182).

O problema que Bosi e Pereira suscitam, então, é o mesmo em que se perdem Machado, Sodré, Coutinho e tantos outros: a incompatibilidade aparente entre a literatura regional e o alcance de uma significação humana por metonímia. E tal problema, insistimos em afirmar, não se deve à falta de apuro dos conceituados pesquisadores aqui citados, a não ser como testemunhas coniventes e multiplicadores de uma carência conceitual que prejudicaria praticamente todos os estudos de obras regionais e se depararia, sempre, com as paredes de um labirinto do qual só se pode sair mediante a abertura de exceções que, por si mesmas, acabam transformando toda literatura regional de qualidade em arte não-regional, constituindo repetida contradição.

## **5.2 Soluções teóricas**

José Clemente Pozenato, a partir dos anos 1970, é quem vai desfazer esse nó cego conceitual, a ponto de que hoje se possa afirmar que o programa regionalista, destinado ao panegírico da vida rural por meio do exótico ou do mítico, de fato não tem como atender à

busca da “verdade humana” citada por Bosi. Isto, porém, não significa que tal deficiência se estenda a toda e qualquer obra literária de caráter regional.

A importância e o acerto de Pozenato decorrem de sua proposição do conceito de *regionalidade*, diferenciando-o do regionalismo em linhas diretas:

Chamar-se-à, pois, regionalismo, aquela representação do regional que obedece a um programa, a uma vontade de fazer, a um projeto elaborado segundo as convenções e a ideologia do que se pode denominar um movimento literário (POZENATO, 2009, p. 20).

O critério de regionalidade deve, pois, abarcar tudo aquilo que traz a marca do regional, mesmo sem regionalismo. (...).

De uma maneira simplificada, poder-se-à dizer que a regionalidade repousa sobre uma temática e um *modus faciendi* regionais, entendido este último não apenas como a utilização de uma técnica peculiar, mas como toda a maneira de se posicionar frente ao mundo (POZENATO, 2009, p. 26-27).

O regionalismo, do modo como Pozenato o define, ou seja, não a literatura regional, mas uma fração dela, não tem, por seu caráter muitas vezes ingênuo ou maniqueísta, como se alçar ao universal<sup>30</sup>.

A aplicação desse critério torna necessária uma revisão de toda a crítica literária brasileira. Obras regionais e obras regionalistas podem agora ser diferenciadas, eliminando-se ambiguidades como as anteriormente citadas. Assim, a regionalidade de Riobaldo, o cangaceiro filósofo de *Grande Sertão: Veredas*, deixa de acarretar a classificação da obra como regionalista, pois falta aí a obediência “a um programa, a uma vontade de fazer, a um projeto elaborado segundo as convenções e a ideologia do que se pode denominar um movimento literário” (POZENATO, 2009, p. 20). Restará a caracterização regionalista, constatadas a manifestação elogiosa à terra e a seus homens e a obediência a que se refere Pozenato, para obras como *O vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, ou *Pelo sertão*, de

---

<sup>30</sup> O ensaio “O regional e o universal na literatura gaúcha”, fonte dos conceitos aqui transcritos, peca pelos excessos estruturalistas típicos da época em que foi escrito, como reconhece o próprio autor no prefácio à reedição de 2009. Hoje, entendemos que a oposição entre regional e universal não tem como se sustentar, pelo simples fato de que a totalidade de abrangência denotada pela expressão “universal” não é passível de atingimento, dada a enorme diversidade cultural no planeta. Sempre que esse termo, ou uma de suas variações, aparecer, dito ou transcrito por nós, deve-se entendê-lo como uma referência à civilização predominante no Ocidente, ou, ainda, a todas as regiões culturais diretamente influenciadas pelo modelo dos países europeus colonizadores, além, obviamente, deles próprios.

Afonso Arinos. Finalmente, as obras regionais podem ter reconhecidas suas qualidades sem serem afastadas de sua regionalidade; bem como o estereótipo do regionalismo deixa de abarcá-las todas, eliminando a necessidade de subterfúgios classificatórios para diferenciar o que já difere desde a concepção.

De acordo com esse princípio, o da regionalidade, cabe extirpar da bibliografia de Graciliano Ramos a pecha de regionalista, como, de alguma forma, já queriam Bosi e Zagury: sendo regional, sem apego a nenhuma “vontade de fazer”; sendo psicológico, social e realista crítico, o romancista alagoano ignorará as fronteiras de sua região, realizando o objetivo de “significar metonimicamente o universo das significações humanas” (POZENATO, 2009, p. 23) e inserir, não programaticamente, mas de forma crítica, responsável e verossímil, a regionalidade nordestina, ou pelo menos algo do que a compõe, nas discussões de temas relevantes nacional e internacionalmente.

Esclarecidas as questões ambíguas acerca do regionalismo, partimos agora para a abordagem da ideia de região, que, como a anterior, é normalmente abordada sem o cuidado que exige: conforme vimos, o usual é que críticos e estudiosos cite-na *en passant*, como se se tratasse de um conceito plenamente dominado por eles mesmos e pelos seus leitores. Ao contrário disso, afirma uma pesquisadora da área econômica, o que impera nesse pseudoentendimento é a subjetividade:

A imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo **região** seja utilizado largamente, tanto por economistas como por geógrafos, cientistas sociais, historiadores, etc., sem que seu conteúdo seja muito bem explicitado. Assim, utiliza-se a palavra **região** tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva (“região da soja”, “região da pecuária”, etc.) como para uma área com determinadas relações de produção (“região de minifúndio”) ou uma área com características geográficas específicas (“região da serra”), sem contar o uso corrente do termo **regional** para designar **estadual** (...). Disso resulta que é possível a uma mesma área geográfica ser “classificada” em regionalizações completamente distintas, conforme o “critério” adotado, o que confere ao conceito de região o caráter nitidamente subjetivo anteriormente aludido (BREITBACH, 1988, p. 18, negritos no original).

Na verdade, a ideia de região é, por natureza, múltipla. Desde a origem, na palavra latina *regis*, “do rei”, referindo-se à extensão – arbitrária, não natural – dos domínios do monarca, até os sentidos econômicos, sociais e culturais que denota na atualidade, transitou por diversas disciplinas, perdendo cada vez mais o aspecto monolítico para ganhar em abstração. Assim, por consequência, “com exceção, é claro, da geografia, o espaço físico passa para um segundo plano, para privilegiar variáveis e relações de tipo humano ou social” (POZENATO, 2003, p. 150).

O ponto comum entre essas disciplinas, entretanto, conhece um equívoco: todas elas partem do “pressuposto de que a região (econômica, histórica, cultural, etc.) é uma *realidade*, ou um fenômeno, que tem existência autônoma e está aí para ser objeto de explicação” (POZENATO, 2003, p. 151). Contrariamente a isso, Pozenato propõe que a região deva ser vista como “um conjunto, ou rede, de relações que tenham o caráter de regionalidade” (POZENATO, 2003, p. 151), ou seja, um construto humano, social e dinâmico, “uma unidade cultural que age homogeneamente”, nas palavras de Joachimsthaler (2009, p. 29). Para o pesquisador alemão, a existência desse construto exige a “consciência de sua particularidade, por meio do acúmulo cultural casual num sistema de (auto-)criação, num ‘espaço significativo’, num modo de expressão (...) de uma existência situada espacialmente” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 30-31), consideração que, pela conotação performática que atribui à região, rejeita de vez por todas a possibilidade de sua pré-existência autônoma.

Ambas as afirmações combatem, pela dinamicidade e especificidade que percebem haver no construto regional, a tendência de caracterizar a região como um ente periférico, dependente de outro, mais importante, o centro, em torno do qual giraria. Refutando essa hipótese centrista, que relega a região a um segundo plano, Pozenato propõe que

a região será melhor entendida se vista como simplesmente um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade como de distância. (...). Ela deixa de parecer um espaço isolado entre fronteiras e

dependente de um centro, para se tornar um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras (2003, p 157.).

Em consonância com a literatura, e demonstrando afinidade entre dois ramos tão essencialmente distantes da ciência, a economia afirma que

um conceito de região adequado tem que abarcar as noções de relação, contradição e processo. A noção de **relação** é necessária, porque a região não contém sua explicação em si mesma, mas, ao contrário, é preciso encará-la em seus desdobramentos externos, seja em direção a outras regiões, seja em direção ao conjunto. Portanto, não se trata de buscar uma homogeneidade de características internas e peculiares a uma região específica, mas sim a peculiaridade de suas relações com o entorno que lhe deu origem e do qual é parte. A região é, pois, definida **em** relação, quer dizer, essa é a essência do conceito (BREITBACH, 1988, p. 89-90, negritos no original).

Nesse trânsito rumo à ideia de relação, Pozenato constata que o conceito de região parte de uma visão negativa para uma positiva: “antes era preciso demonstrar que o regionalismo não consistia numa visão estreita do processo social (...); hoje, a percepção das relações regionais é vista como um modo adequado de entender como funciona, ou pode funcionar, o processo de mundialização” (POZENATO, 2003, p. 149). Ao lado disso, o autor verifica um “importante deslocamento do conceito de região”, que “vem sendo operado nas últimas décadas, quando a referência da região à nacionalidade começa a ser substituída, pelo menos em parte, pela referência à globalidade das relações políticas, econômicas e culturais” (POZENATO, 2009, p. 152). O palco adequado para a representação do mundo passa a ser, assim, a região, que, sob a lupa do observador, vai revelar seu complexo de relações, a fração que lhe pertence na rede sem fronteiras que ajuda a constituir.

É o que se verifica nas páginas de *São Bernardo*, representativas, através das relações humanas aí presentes, do que constitui uma região social e cultural, de um processo ainda não tão acelerado de internacionalização e, ao mesmo tempo, cumpridoras de sua função metonímica de significação universal da condição humana, conforme procuraremos

demonstrar a partir deste momento, retomando aspectos já citados nos capítulos anteriores e inserindo novas discussões a respeito do tema.

### **5.3 *São Bernardo*: região, regionalidade, regionalização**

Um ponto para o qual já chamamos a atenção, e para onde nos voltamos novamente, diz respeito à política eleitoral e à atuação dos poderes constituídos no cotidiano representado em *São Bernardo*, que, com forte relevância para a estruturação do romance, trazem consigo uma série de discussões de âmbitos nacional e internacional. Por exemplo, é ponto pacífico – e fundamental para o engajamento político que consensualmente se atribui à obra – que a figura de Paulo Honório sintetiza a classe dos coronéis, tão influente na definição dos rumos políticos do país durante a República Velha. A prática do voto-de-cabresto protagonizada pelo fazendeiro, evidenciada em já citadas passagens de *São Bernardo*, é apenas um caso explícito dos vários modos de exercício desta influência tacitamente aceita em uma sociedade que, se tem suas peculiaridades quanto às práticas de coação de votantes, não faz mais do que repetir o que se verifica, conforme também já citamos, sob a forma das mais diversas fraudes eleitorais naquele período da história brasileira (FAORO, 2001), todas visando ao atendimento das vontades dos dirigentes políticos. Igualmente, o coronelismo desenvolve outros mecanismos de dominação também expostos no romance, como quando promove a existência ambígua do jurista – caso do dr. Magalhães – que se desdobra em proprietário rural<sup>31</sup>, evidenciando flagrante desarmonia de interesses entre tão dissonantes papéis sociais.

Em ambos os casos, temos presente o que chamamos de regionalização do mundo, ou seja, a absorção, em uma determinada concentração espaço-cultural, de uma prática consolidada em outro âmbito – o nacional, desta vez – e adaptada às suas estruturas

---

<sup>31</sup> Segundo Raymundo Faoro (2001), os magistrados, no tempo do Brasil-Império, era também, muitas vezes, proprietários de terra, o que abre precedente para o entendimento de que, sob mais um aspecto, *São Bernardo* revela a dicotomia entre o desejo de modernização de uma república recém-criada e a permanência dos estatutos colonial e imperial.

relacionais peculiares<sup>32</sup>. Essa situação enfatiza, em concordância com os conceitos de região há pouco abordados, que ela, a região, é o palco mais adequado para a representação suprarregional, seja como referência à nacionalidade – como permite a leitura superficial que ora desenvolvemos – ou à universalidade (como princípio político), se entendermos, mais profundamente, que a manipulação eleitoral seja uma denúncia ao sistema democrático como um todo; ou que a ambiguidade do juiz-fazendeiro representa como utópica a crença na isenção do Poder Judiciário, ou até mesmo de todos os poderes constituídos.

Uma vez que nos referimos a eles, vale lembrar que verificamos, anteriormente, que o posicionamento dos homens e das instituições sociais perante esses poderes é o ponto de partida de vários dos arcos componentes do feixe de relações regionais em *São Bernardo*. Exemplo disso é o que relatamos, no capítulo *A memória social do narrador*, sobre o comportamento da mídia perante o poder informal dos capitalistas. Agora, mediante a análise das ações protagonizadas pelas personagens Costa Brito e Azevedo Gondim, podemos ver como procede a imprensa diante do poder formalmente reconhecido.

Costa Brito representa um jornal da capital do Estado, Maceió, e deixa claro que seu negócio não é exatamente o de informar, mas o de adequar discursos à conveniência das situações, de modo a orientar a opinião pública. Pelo menos, é isso o que se compreende da confissão que faz ao admitir que abre mão da verdade em favor de determinados líderes:

– Querem jornal de graça. Para o inferno! A vida inteira escrevendo como um condenado, mentindo, para esses moços subirem! Só a despesa que se tem! só o preço do papel! E na eleição, coice. Nem uma porcaria, uma desgraça que qualquer prefeito analfabeto consegue com facilidade. Querem elogios. Está aqui para eles. (p. 71).

---

<sup>32</sup> Não nos referimos, portanto, ao conceito de Pozenato, que vincula o termo “regionalização” a “um programa de ação voltado para o estabelecimento ou o reforço de relações concretas e formais dentro de um espaço que vai sendo delimitado pela própria rede de relações operativas que vai sendo estabelecida” (POZENATO, 2003, p. 155), de certo modo um objetivo estratégico dentro de uma programa regional ou regionalista.

Uma observação de Paulo Honório, imediatamente anterior à fala do jornalista, não apenas contraria as queixas de falta de contrapartida na relação da *Gazeta* com entes governativos como também revela a eficácia do método, constatada pela aceitação, por parte de Costa Brito, de um emprego público em troca da mudança de ponto de vista do jornal: “A *Gazeta*, que sempre louvara furiosamente o governo, fugira para a oposição, por causa de um emprego de deputado estadual, e achava a administração pública desorganizada, entregue a homens incompetentes” (p.70).

Nesse mesmo sentido, o periódico *Cruzeiro*, de Viçosa, capitaneado pela personagem Azevedo Gondim, acostumou-se a receber subvenção de cento e cinquenta mil-réis por mês da prefeitura local. É por isso que Gondim indigna-se com o sucesso da revolução de 1930, a qual redundava em mudança no comando político municipal e consequente suspensão daquela ajuda financeira, para o sarcasmo do correligionário Paulo Honório:

Gondim detestava acordos. Dente por dente, percebíamos? Dava-nos conselhos violentos, a mim, ao Nogueira, às árvores do pomar, e instigava-nos a uma contra-revolução (quanto mais depressa melhor) que varresse do poder aquela cambada de parlapatões. Queria um governo enérgico, sim senhor, duro, sim senhor, mas sensato, um governo que trabalhasse, restabelecesse a ordem, a confiança do credor e a subvenção de cento e cinquenta mil-réis mensais ao *Cruzeiro*. Como íamos é que não podíamos continuar. (p. 207-208).

O que temos de comum entre as relações desempenhadas por essas duas personagens é a clara noção, que ambos possuem, da existência de uma espécie de sistema de trocas entre seus meios de comunicação e as esferas locais de poder constituído. Em troca de elogios – ou de ausência de críticas – espera-se, como recompensa, uma subvenção pecuniária ou um emprego público qualquer. Com isso, é inevitável a lembrança da sobrevivência do estatuto colonial, que, desde a fundação da imprensa no Brasil, acostumou a todos com práticas semelhantes; lembremos sempre de José Hipólito da Costa e seu *Correio Braziliense* (vide capítulo *A memória social do narrador*), o que nos permite chamar outra vez a atenção para o efeito de regionalização do mundo obtido por Graciliano Ramos.

Após esta breve revisão, temos novamente, ao fim e ao cabo, a presença do capital – na forma da colaboração financeira ou do salário fácil de um emprego público arranjado – como um importante vetor sobre a curva dos arcos de regionalidade, fato que, por si só, garantiria a inclusão de qualquer região na rede mundializada de relações humanas afetadas pelo capitalismo. Isso, entretanto, já foi dito no capítulo *A memória social do narrador*, e não será mais motivo de análise, a não ser para reforçar a ideia de que, independentemente de ter origem na esfera pública ou privada, a força do capital pesa muito sobre o rumo das relações humanas na regionalidade de *São Bernardo*, tornando necessário o desenvolvimento, para sobrevivência e ascensão social em tão competitivo ambiente, e em lugar dos valores éticos pregados pela própria burguesia, de um padrão malicioso de comportamento entre os que ambicionam, em maior ou menor grau, a posse econômica: repare-se que a visão de mundo que norteia esses jornalistas – a exemplo do que ocorre com Paulo Honório – não é nem um pouco ingênua, orientando-se basicamente pela obtenção de vantagens econômicas; ardilosa, subverte conceitos e fatos para adaptá-los às necessidades ou ambições financeiras dos indivíduos, e é bastante comum nas relações de regionalidade daquele meio.

#### **5.4 A região como tensão dialética**

Posicionando-nos agora a partir de um outro ângulo, vemos que Graciliano Ramos infiltra algumas personagens com visões de mundo dissonantes em relação à maioria ardilosa de políticos, jornalistas, juristas e fazendeiros. Tratam-se de caracteres marcados antes de tudo pela credulidade, pela ingenuidade, em contraste com a malícia dominante. É verdade que, conforme vimos em *A construção identitária do narrador*, todos eles, independentemente da visão de mundo que possuam, ingênua ou ardilosa, acabam cedendo às pressões e aceitando o jogo comandado por Paulo Honório. A diferença residirá, dessa forma, na predisposição e mesmo na percepção que cada um tem de estar participando, como coadjuvante, do espetáculo armado pelo fazendeiro.

Vejamos o caso de Padre Silvestre em relação à política, importante causa motivadora das ações e relações humanas naquela regionalidade e alvo preferencial da ação dos coronéis típicos da República Velha. Se para Paulo Honório a política resume-se à coação de eleitores, recompensada mais tarde com a proteção dos candidatos eleitos, para o vigário ela tem um significado mais respeitável, conforme se vê no diálogo que travam durante a celebração do segundo ano do casamento do fazendeiro. Na oportunidade, enquanto Silvestre preocupa-se com os rumos da sociedade e propõe alternativas radicais (talvez já sabedor dos planos revolucionários que desembocariam na ditadura de Vargas), o narrador resume em uma frase o fator que determina suas orientações políticas:

– Para quê? A facção dominante está caindo de podre. O país naufraga, seu doutor. É o que lhe digo: o país naufraga.

Passei-lhe uma garrafa e informei-me:

– Que foi que lhe aconteceu para o senhor ter essas idéias? Desgostos? Cá no meu fraco entender, *a gente só fala assim quando a receita não cobre a despesa*. Suponho que os seus negócios vão bem.

– Não se trata de mim. São as finanças do Estado que vão mal. As finanças e o resto. Mas não se iludam. Há de haver uma revolução! (p. 150-151, grifo nosso).

Não se deixe de notar a ironia de Graciliano Ramos para com a Igreja, já que, pela boca de Paulo Honório – homem de pouca fé, para quem o mundo se limita a uma rede de negociações – qualifica como “negócios” a atividade eclesial, sem ser, nesse ponto, questionado pelo padre. Sem querer entrar no mérito da questão, podemos apenas admitir que, de fato, talvez o narrador tenha razão, talvez um fiel seja um cliente, e aí ter mais fiéis seria deter a liderança de um determinado mercado, que tem lá suas movimentações. Por este ponto de vista, talvez seja a religião de fato um negócio; um negócio, portanto, difundido mundialmente sob as mais diversas configurações, interpretações e manifestações, mas que é sintetizado pela fala de um homem rude do interior de Alagoas, e eis aqui, mais uma vez, a regionalização do mundo e a região como metonímia suprarregionalizante de si mesma. Ainda por este ponto de vista, podemos autorizar uma leitura que não inclua Silvestre no rol dos

ingênuos, por mais que tenha sido essa a nossa compreensão em relação ao seu envolvimento na política. É certo que um completo ingênuo não poderia conduzir os negócios da Igreja, se admitirmos que são negócios as atividades eclesiais.

Voltando ao que comentávamos, é sabido, desde o capítulo I, que o idealista Padre Silvestre adere à revolução de 1930, sendo, por isso, tachado pejorativamente de “patriota” pelos amigos. Antes, quando questionado sobre as vantagens que teria com isso – e é evidente que tal questionamento só poderia advir daqueles que não compartilham a visão de mundo sonhadora do padre – responde de modo altruísta: “A mim não traria vantagem. Mas a coletividade ganharia muito” (p. 151). É de se suspeitar de que foi por conta de declarações como essa que o vigário tenha sido traído pelos controladores do município quando estava prestes a eleger-se prefeito. É provável que os lobos tenham encontrado, escondido sob a batina, um espírito de cordeiro que, uma vez no comando do Executivo, poderia trazer-lhes problemas indesejados – como, por exemplo, o de dar importância para a coletividade. A visão de mundo de Padre Silvestre, ingênua – recordemos também, apenas a título de reforço argumentativo, seu comportamento inocente no episódio do assassinato de Mendonça, que passou quase despercebido, mesmo estando diante do mandante do crime, tamanha sua empolgação com o projeto de Paulo Honório de construir uma capela em São Bernardo – afasta-o das instâncias políticas decisórias, limita-o ao papel coadjuvante de condutor dos crédulos religiosos, o que também é, pelo efeito consolador que produzem os ritos católicos, uma prestação de serviço à classe dominante.

Quem faz as vezes de interrogador acerca das vantagens que poderia obter Silvestre com a revolução é o astuto advogado João Nogueira, representante do grupo dos que, como os jornalistas, não só participam do jogo de interesses dos poderosos como, ao contrário do padre, têm absoluta consciência das funções que devem desempenhar nele. Nogueira deixa bem clara, por exemplo, sua aversão a procedimentos democráticos como eleições diretas e

alternância no poder. Comentando com os amigos a revolução, afirma: “É verdade que sempre achei a democracia um contra-senso. (...). Mas, aqui entre nós, a ditadura só não presta porque estamos no chão” (p. 207). O advogado, sempre ligado à oligarquia rural, sempre comprometido em corromper a justiça e o Estado para beneficiar seus sustentadores, praticamente põe termo ao nosso debate, tamanha a objetividade com que revela o pensamento da elite dominante da região, em situação que pode, novamente, gerar o efeito de regionalização do mundo – ou pelo menos do país – se admitirmos que seja este também o pensamento da elite nacional. Em contraste com a visão de mundo altruísta de Padre Silvestre, temos aqui a visão artilosa, egoísta, de quem tem a consciência de ser uma peça na complexa e mutante engrenagem da disputa pelo poder e pelo capital e busca tirar proveito disso, conforme demonstra o excerto seguinte, após a derrocada de Pereira, até então chefe político local:

– Pois, dr. Nogueira, murmurei abafando mais a voz, cuido que chegou a ocasião de liquidar os meus negócios com o Pereira. Tenho marombado, espiado maré, porque o chefe era ele. Mas se foi ao barro, acabou-se. Está aqui enrascado numa conta de cabelos brancos. Vou entregar-lhe a conta. Veja se me consegue uma hipoteca.

– Perfeitamente, concordou João Nogueira.

E entusiasmou-se:

– Perfeitissimamente! Passe a procuração. O senhor vai prestar ao partido um grande serviço. Aperte o Pereira, seu Paulo Honório. (p. 61).

Outro dos representantes do primeiro grupo é o antigo dono da fazenda São Bernardo, Luís Padilha. Filho de proprietário rural, desinteressado em seguir nos negócios da família, lança-se aos estudos, sem sucesso. Perdulário, consome a herança recebida após a morte do pai, Salustiano, com mulheres, bebidas e jogos, e perde a fazenda para Paulo Honório, a quem tinha como amigo. Influenciado pela doutrina comunista, embora não demonstre dominar seus fundamentos, e inclinado a um engajamento político mais entusiasta do que consciente, acaba também aderindo à revolução de 1930, sem, ao cabo de toda sua experiência de vida,

conseguir desvencilhar-se da ingenuidade que o apartou do sucesso em todas as atividades a que se dedicou, conforme veremos através de algumas passagens do romance.

Já nos momentos iniciais da obra, o narrador rememora a ocasião em que conhece o então proprietário da fazenda da qual almeja apossar-se. Diz, no capítulo IV:

Como quem não quer nada, procurei avistar-me com Padilha moço (Luís). Encontrei-o no bilhar, jogando bacará, completamente bêbedo. Está claro que o jogo é uma profissão, embora censurável, mas o homem que bebe jogando não tem juízo. Aperuei meia hora e percebi que o rapaz era pexote e estava sendo roubado descaradamente. (p. 21).

Esta passagem, aparentemente corriqueira, revela a diferença de percepção da realidade entre Padilha e Paulo Honório: enquanto este não chega a condenar o exercício profissional do jogo, desde que se o faça cercado dos cuidados necessários em um meio em que predomina a desonestidade, aquele, com sua descompromissada visão de mundo, é levado à derrota, à perda de dinheiro que, acrescida das despesas “em folias de bacalhau e aguardente, com fêmeas ratuínas” (p. 21-22), levam-no a um crescente endividamento junto a Paulo Honório, que, por seu turno, via “essas maluqueiras bastante satisfeito” (p. 22) e, sagaz, punha em prática seu plano de aquisição de São Bernardo sem que o ingênuo Padilha o percebesse.

Uma avaliação interessante vem à tona quando, muito mais tarde, já acometido pelo ciúme que arruína seu casamento, o narrador revela, em um momento de desconfiança, sua percepção acerca do caráter do então professor da fazenda. Confirma, pelo espanto expressado, o traço marcante de ingenuidade que, existindo nele e em outras personagens, como Padre Silvestre e mesmo em Casimiro Lopes, permite a dominação dos ardilosos naquela região: “Sim senhor! Estava o Padilha mudado em indivíduo capaz de fazer mal. Que graça! O Padilha!” (p. 167).

Casimiro Lopes, uma vez que foi citado, protagoniza um caso que chega a ser ambíguo, pois ao mesmo tempo em que trabalha como engrenagem determinante para a manutenção dos estatutos sociais, atendendo às necessidades criminosas de Paulo Honório, prima por uma pureza de espírito tamanha que talvez seja a única explicação para a manutenção da vida aparentemente pacífica que leva. Sua tranquilidade não condiz com suas atitudes profissionais; todavia, quando fora desse círculo, pode-se compreendê-la. Sem falarmos nas comparações caninas elogiosas com que o narrador a ele se refere, Casimiro Lopes ganha tintas de ternura quando, por exemplo, toma conta do rejeitado filho de Paulo Honório e Madalena, merecendo comentários que procuram absolvê-lo de suas práticas de trabalho, oriundos, evidentemente, de quem tira proveito de tais préstimos:

Casimiro Lopes era a única pessoa que lhe tinha amizade. Levava-o para o alpendre e lá se punha a papaguear com ele, dizendo histórias de onças, cantando para o embalar as cantigas do sertão. O menino trepava-lhe às pernas, puxava-lhe a barba, e ele cantava:

*Eu nasci de sete meses,*

*Fui criado sem mamar.*

*Bebi leite de cem vacas*

*Na porteira do curral.*

Boa alma, Casimiro Lopes. Nunca vi ninguém mais simples. Estou convencido de que não guarda lembrança do mal que pratica. Toda a gente o julga uma fera. Exagero. A ferocidade aparece nele raramente. Não compreende nada, exprime-se mal e é crédulo como um selvagem. (p. 161).

Dessa forma, teríamos aqui mais um caso de manipulação ignorada pela parte passiva, submetida credulamente aos anseios dos maliciosos, o que, de um modo específico, aproxima Casimiro Lopes de sujeitos mais complexos de caráter, como Padilha e Padre Silvestre.

Além destes, existe outro grupo de personagens, as quais sequer conseguem manifestar-se nas relações sociais de que tomam parte: mesmo que não fossem ingênuas, ou mesmo que fossem ardilosas, na prática isso não faria diferença. São os subempregados a quem o narrador chama de “molambos”, cuja existência não tem sentido a não ser pela

subsistência e subserviência aos patrões. Sintetizados principalmente na figura de Marciano, cuja esposa é objeto de desaforo sexual para Paulo Honório, cuja revolta, raríssima, é repreendida com ameaças, gritos e violência física, fazem parte das relações de regionalidade como a massa de manobra em disputa. Isso vem à tona tanto nos discursos como nos atos engendrados por quem tem condições de subjugar-los, acontecimento tão natural que o narrador sentencia, falando diretamente de Marciano, porém, de forma indireta, dirigindo-se a tantos outros: “É molambo porque nasceu molambo” (p. 129), decreto irremediável com que se conformam, impotentemente, seus referidos.

Dessa forma, vemos que o feixe de relações de regionalidade em *São Bernardo* caracteriza-se por conter composições dinâmicas de visões de mundo e de comportamentos predominantemente de duas espécies: de um lado, as ingênuas, ou sonhadoras, ou ainda altruístas; de outro, as ardilosas, maliciosas, ou egoístas. Essas composições determinam os feixes de relações humanas e sociais, com tenso domínio dos astutos sobre os ingênuos, e com possibilidade de harmonia apenas nas relações entre os semelhantes de um dos dois grupos. O equilíbrio entre os extremos não parece possível – descontado o importante fato de que todo o conteúdo do romance advém da memória de seu narrador, o que não lhe garante plena fidedignidade –, a não ser no caso da personagem que dá razão de existência à obra, que muda a vida e a visão de mundo de Paulo Honório, que contraria o *status quo* vigente e a própria regionalidade do lugar onde vive: evidentemente, falamos de Madalena.

### **5.5 Madalena: atitude e desistência**

Madalena dá sinais de equilíbrio por não vincular o altruísmo de seu caráter à ingenuidade, ao contrário de Padre Silvestre; por não pôr seu conhecimento a serviço da manutenção dos injustos estatutos sociais, conforme João Nogueira procede; por ter uma visão de mundo sonhadora e ao mesmo tempo manter uma atitude transformadora,

diferentemente do panfletário, mas subserviente, Padilha; por, mesmo dispondo de poder – pouco, apenas sobre os funcionários da fazenda, mas ainda assim um poder –, não desfazer a humanidade de seus semelhantes, em oposição a Paulo Honório.

É assim que procede quando dispõe-se a trabalhar na contabilidade da fazenda, em auxílio a seu Ribeiro, com salário semelhante ao dele – não sem o questionamento que leva à primeira briga do casal, após oito dias de convivência: “– É pouco” (p. 115); é assim quando distribui parte de suas roupas e de seu dinheiro entre os mais necessitados familiares de empregados; é assim quando procura corrigir as atitudes brutais de seu marido – inutilmente, pois o que para ela é “uma crueldade”, “barbaridade”, para ele é “insignificante”, “uma frivolidade” (p. 128-129). Por Madalena, Graciliano Ramos parece propor uma nova atitude diante do mundo: ela não adere a nenhuma doutrina política, não é revolucionária, embora concorde que um recomeço “seria magnífico” e completa: “Depois se endireitava tudo” (p. 151). Isto é, em lugar da ideologia embandeirada, Madalena revela equilíbrio e senso de justiça que acompanham todas as suas manifestações.

Assim, o que lhe falta em engajamento político sobra-lhe em humanidade, inteligência e serenidade. Confessa Paulo Honório: “As amabilidades de Madalena surpreenderam-me. Esmola grande. Percebi depois que eram apenas vestígios da bondade que havia nela para todos os viventes” (p. 121). Colocando a professora – ocupação associada diretamente às ideias de conhecimento, de sabedoria e de educação dos pósteros, vínculo entre presente e futuro – como referência maior, e ao mesmo tempo isenta com relação a correntes políticas e desapegada a grupos ou classes sociais – visto que transita entre os funcionários da fazenda com a mesma naturalidade com que frequenta a residência do juiz de Direito –, Graciliano parece personificar a necessidade de uma nova ordem social e política regional e, por consequência da metonímia da regionalidade, internacional. É como se redigisse um manifesto aos líderes políticos de todas as correntes, em que restasse comprovada, de forma

mais contundente do que pode alcançar um manifesto, a insuficiência da obediência a doutrinas desde sempre insuficientes, pois estáticas e utópicas perante uma sociedade em pleno processo de modernização, com tudo o que isso significa em termos de desestabilização, fragmentação e exclusão social.

Contudo, Madalena morre, ou, mais emblemático, suicida-se, evento que de toda forma revela o quanto sua visão de mundo afronta a regionalidade local e o quanto seria difícil implementá-la em um mundo polarizado por doutrinas e posturas intransigentemente conflitantes. Madalena é a vítima nem de um lado e nem de outro: o que a vítima é a regra geral do confronto entre a inércia dos sonhadores e a reificação dos dominadores, ou, em outras palavras, a impossibilidade de efetivar sua proposta de convivência em uma região marcada, irremediavelmente, por esse tipo de relação nociva à harmonia social. Madalena não foi ouvida por Paulo Honório, que apenas depois de perdê-la passa a entender seus propósitos, reconhecendo que desperdiçou – pois já é tarde demais – uma grande oportunidade de mudar, não apenas a si mesmo, como a todo o meio que influenciava. Isso, de saída, metaforiza a impossibilidade de uma grande mudança social se mantidos os fundamentos, os feixes de relações que constituem aquela regionalidade:

– Estraguei a minha vida estupidamente.

Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu.

Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige. (p. 220).

## **5.6 Seu Ribeiro: a região e a modernidade**

Além do grande exemplo de Madalena, encontramos mais uma metonímia suprarregional quando analisamos o caso de seu Ribeiro, personagem que encarna justamente os efeitos da aceleração do processo de internacionalização, de transformação das sociedades tradicionais em modernas, da perda da ideia de comunidade em troca da vivência orientada

pelo alto capitalismo e pela autonomia individual. Para Lafetá, Ribeiro, “que se prendera ao ritmo lento da vida patriarcal”, “afastado pelo progresso, pela urbanização”, é o contraponto de Paulo Honório, representante do “elemento novo, que chega trazendo estradas, máquinas, eletricidade, apuradas técnicas de pecuária e agricultura” (LAFETÁ, 1981, p. 196).

Não é por acaso, então, que Ribeiro merece um capítulo à parte, em que é transcrito um resumo de sua vida, nas memórias de Paulo Honório. Nele, temos simbolizado o advento da modernidade chegando aos mais recônditos refúgios do interior brasileiro. Senão, vejamos: na povoação onde vivia quando jovem, Ribeiro era major, “lia as cartas, conhecia os segredos” (p. 43) e “não era inocente: decorava leis, antigas, relia jornais, antigos” (p. 44); resolvia, com isso, todas as questões entre a gente do local. Mas Paulo Honório decifra a charada: “Os outros homens, sim, eram inocentes” (p. 44), isto é, não apenas careciam de acesso, por serem analfabetos e isolados do mundo, à informação, como piamente “acreditavam na sabedoria do major”, tanto que se o “major decidia, ninguém apelava” e “não havia soldados no lugar, nem havia juiz” (p. 44). Ou seja, uma perfeita comunidade tradicional, em que “os pretos não sabiam que eram pretos, e os brancos não sabiam que eram brancos” (p. 45), isolada no tempo e no espaço, comandada por um notável.

“Ora, essas coisas se passaram antigamente”, constata Paulo Honório: “Mudou tudo” (p. 45). A especialização da sociedade, a modernização industrial, os avanços na comunicação e nos transportes fizeram com que, por exemplo, um advogado abrisse consultório: “a sabedoria do major encolheu-se – e surgiram no foro numerosas questões” (p. 46), assim como mudaram os métodos educacionais e religiosos. O lazer perdeu a inocência, a liberdade – “excessiva” (p. 46) – oprimiu Ribeiro que, viúvo e abandonado pelos filhos, seduzidos que foram pelas possibilidades desse mundo novo, mudou-se para a Capital, à procura dos herdeiros, sem sucesso, restando pobre e subempregado na *Gazeta* quando conhece Paulo Honório, que o leva para São Bernardo. O fazendeiro resume o avanço da modernidade,

representado pela trajetória de seu infeliz guarda-livros, com a seguinte imagem, não por acaso marcada pelo símbolo tecnicista e veloz do veículo automotivo:

Quando o velho acabou de escorrer a sua narrativa, exclamei:

– Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Por que não andou mais depressa? É o diabo. (p. 46).

Entendemos que Graciliano Ramos procura, com o relato acerca de Ribeiro, rechaçar a pecha de exotismo que costumeiramente acompanha a literatura regional nordestina. A má ventura do guarda-livros da fazenda sugere que mesmo a mais isolada povoação do interior do Nordeste já sente, à sua maneira, o efeito das estradas de ferro, dos automóveis, do “progresso rápido”, das “profissões desconhecidas” (p. 46), já vive a instabilidade afetiva e a vulnerabilidade de instituições até então inabaláveis como a família. O capítulo VII de *São Bernardo* é, portanto, um libelo pela inclusão da realidade regional na modernidade, um repúdio a qualquer possibilidade de isolamento, no tempo e no espaço, de qualquer sociedade interiorana e, com ele, de qualquer leitura apriorística, com seus valores predeterminados, da obra que ajuda a constituir.

### **5.7 Revalidações**

Temos, portanto, ao lado da luta pelo capital, com sua influência sobre todos os arcos de relações humanas e sociais, e da tensão, nesses mesmos arcos, entre malícia e ingenuidade, o avanço da modernidade, da fragmentação daquelas mesmas relações, como constituintes básicos da regionalidade de *São Bernardo* e de seu avanço, sob forma de metonímia, para fronteiras mais amplas, válidas para a compreensão da existência humana em âmbito mais abrangente, ou . É o que chamamos, anteriormente, de regionalização do mundo, no sentido – vale repetir – de representação concentrada, em um universo de dimensões limitadas e com características peculiares, de questões que transcendem essas peculiaridades e ultrapassam

seus limites territoriais, ou, conforme Joachimsthaler, alcançam, por analogia, “efeito suprarregional”:

(...) as comédias áticas de Aristófanes e a *Dublin* de James Joyce mostram, da mesma forma que a Terra Santa da Bíblia ou a nova onda polonesa de literatura regional desde a Silésia até a Prússia leste, que o efeito suprarregional de literatura muitas vezes repousa justamente em suas consolidações regionais. Espaços significativos podem ser suprarregionalmente analogizados, elevados, com efetiva formação de sentido, da região individual para um modelo suprarregional de significação válida (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 35).

Tal constatação apenas revalida a referência a *São Bernardo* como obra clássica da Literatura brasileira. O que propomos, a título revisionista, é que se deixe de atribuir a importância da obra a um caráter supostamente universal que nada teria a ver com sua regionalidade, quando na verdade é justamente o enquadramento regional, ao lado de um competente trabalho psicológico das personagens – especialmente o vigoroso fluxo de consciência externado por Paulo Honório –, enfim, toda a metonímia significativa elaborada por Graciliano Ramos, que permite o alcance de significados mais amplos por meio da discussão de grandes questões humanas. “Se o local e o provincial não são vistos como pura matéria, mas como modo de formar, como perspectiva sobre o mundo, então a dicotomia entre local e universal se torna falsa” (CHIAPINI, 1995, p. 158). O caráter regional, portanto, não é um peso e nem uma limitação para *São Bernardo*, pelo contrário: é a consistência de sua regionalidade que lhe concede a grandeza tantas vezes reconhecida.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Honório, Luís da Silva e Riobaldo; Bento Santiago e Brás Cubas; Blau Nunes e Nick Carraway: de todos estes caracteres, alguns mais complexos que outros, uns narrando o próprio drama, outros o alheio, o que temos em comum, de início, é o discurso em primeira pessoa, ou “memorialismo fictício” (ZILBERMAN, 2008), resultado, de uma maneira ou de outra, de seu ponto de vista particular, do estilo de narrar que lhe concederam seus respectivos criadores e, principalmente, da exposição de suas memórias.

O caso específico de *São Bernardo* é, nesse ponto, exemplar, pois sabemos agora o quanto a memória tem de elemento constituinte básico da narrativa, de pilar principal da estrutura do romance; fio condutor do enredo, gênese de personagens, senhora dos avanços e recuos temporais, delimitadora dos espaços e dos cenários. Pode-se dizer que é ela, também, a própria razão de ser da narrativa de Paulo Honório, funcionando como veneno e possível antídoto, como afluente e escoadouro para as dúvidas e as certezas que carrega na lembrança, a ponto de constituir “um limite, além do qual se situa a ruptura da linguagem, tal como procede Riobaldo, herdeiro do legado que se transmite de Machado de Assis a Graciliano Ramos e desemboca em Guimarães Rosa, de *Grande sertão: veredas*” (ZILBERMAN, 2008, p. 127).

Assim, não há como ignorar a necessidade de um bom estudo de memória, compreendendo suas nuances, equilíbrios e desequilíbrios, individualidade e coletividade,

intenções, registros fidedignos, apagamentos espontâneos e forçados, adulterações e fabricações de lembranças, que guie o pesquisador e também o leitor mais interessado que se enveredar pelas páginas de *São Bernardo* ou de qualquer outro texto literário em primeira pessoa.

Acreditamos que este seja o primeiro acerto e, igualmente, a primeira limitação de nosso trabalho dissertativo, pois a memória, ao tempo em que explica, contradiz; ao afirmar, deixa dúvidas; na tentativa de isolar o passado, resgata-o para o presente. Não é outro o motivo pelo qual Capitu e Madalena, alvos da escrita memorialística de seus ex-companheiros, ocupam o mesmo e eterno posto de suspeitas de adultério, jamais completamente absolvidas ou condenadas sem controvérsias.

Talvez essa dinâmica própria do competente texto recordativo de temática conjugal já fosse, por si só, explicação suficiente para o pleno reconhecimento público e acadêmico, para a inesgotabilidade crítica e para a perenidade editorial que acompanham *São Bernardo* há mais de setenta anos. Mas há muito mais: contribuem significativamente para isso tanto a intensidade do drama existencial de Paulo Honório quanto a denúncia que o texto de Graciliano Ramos escancara, deixando claro, pela presença de personagens representativas de diversos setores sociais e categorias profissionais, bem como pela configuração de uma típica organização social moderna, quem é e em nome de quem está falando.

Ora, esses elementos, embora externos à personalidade do narrador, a ela estão umbilicalmente conectados. Primeiro, porque foi aquele meio social competitivo que inspirou o anti-herói do romance a empreender sua luta despudorada pelo capital, direcionando seu *modus vivendi* tão somente para esse objetivo, ou, conforme palavras do próprio narrador, foi a “vida agreste” que lhe deu a “alma agreste” suficiente para dobrar as dificuldades impostas pelo mundo e, mais do que isso, passar a dominá-lo. Segundo, porque a estrutura social

daquele meio é dada a conhecer apenas a partir da memória de Paulo Honório, isto é, tudo o que temos como referência de mundo é o que chamamos anteriormente de memória social do narrador. Ao mesmo tempo, essa memória social e o constante exercício de identificação e diferenciação operado pelo protagonista – pela sua memória, poderíamos insistir – caracterizam uma estrutura de relações regionais, ou seja, uma regionalidade cujas fronteiras de significado, conforme discutimos, vão além de sua limitação geográfica, dialogando com realidades de diversos tempos e espaços.

Por tudo isso, podemos afirmar que, em *São Bernardo*, a região é, mais do que um construto social, um construto de memória. Memória individual, sim, mas sempre com um equilíbrio entre a individualidade do narrador e a coletividade que o influencia. É também essa coletividade – a sociedade, em outro termo – que interfere no constante trabalho de identificação e diferenciação exercido pela memória, necessário para a configuração, manutenção ou alteração dos estatutos sociais. Memória, sociedade, identidade e região, assim, constituem, em *São Bernardo*, um círculo perfeito, a partir de cujo centro – a memória – são lançados os feixes de relações humanas passíveis de existência em seu interior, e a partir de cujos limites irrompe sua significação suprarregional.

Relativamente a este aspecto, depois de toda a análise anteriormente desenvolvida, podemos propor que a significação suprarregional de *São Bernardo* aflora em duas correntes distintas: uma, mais explícita, diz respeito a questões que se deixam notar na superfície da sociedade que a obra representa: aludem à política, à economia e aos problemas de desigualdade social e de manipulação pública por parte da elite, denunciados como existentes naquela região e, por metonímia, suprarregionalmente. Outra corrente, mais implícita, trata de questões que exigem maior grau de profundidade na leitura, mas que nem por isso são de difícil captura: referem-se a questões dramáticas do existir humano, como a do ciúme doentio, a do sentimento de propriedade sobre homens e objetos, a do remorso, da inexorabilidade do

tempo, a da memória e da identidade individual e coletiva, e que são as que mais se aproximam do que se convencionou chamar de “universal”.

Todas essas questões, tanto as da corrente explícita quanto as implícitas, acabam referindo-se, sem abandono dos modos de ser e de fazer específicos que caracterizam uma regionalidade, à existência humana em sua problemática essencial, enriquecida pelo peso de fenômenos irresistíveis, como o avanço da modernidade e do alto capitalismo, e respeitada a diversidade do sem-número de concentrações espaço-culturais que o planeta abriga. Nisso reside o valor de uma obra de arte que, além de esteticamente muito bem acabada, alcança significação que supera o meio a que se refere, subverte conceitos e preconceitos e confirma a tese proposta por Pozenato: a literatura regional é uma metonímia dos dramas humanos em geral; e se, conforme Riobaldo, “o sertão é o mundo”, Paulo Honório poderia responder:

– O meu romance também.

## 7. REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969. (Coleção Pesquisa).

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Baby Abrão. In: *Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 2007, p. 33-75 (Coleção Os Pensadores).

ASSIS, Machado de. *Literatura Brasileira: Instinto de Nacionalidade*. In: \_\_\_\_\_. *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1942, p. 133-154.

BENJAMIN, Walter. *Imagens do pensamento*. In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. Trad. José Carlos Martins Barbosa, Pierre Paul Michel Ardengo. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 143-277 (Obras Escolhidas, v. 2).

\_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).

\_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 9-69 (Obras Escolhidas, v. 2).

\_\_\_\_\_. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. In: \_\_\_\_\_. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-149 (Obras Escolhidas, v. 3).

BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s/d.

BORGES, Jorge Luis. *Funes, o memorioso*. In: \_\_\_\_\_. *Ficções*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007, p. 99-108.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

\_\_\_\_\_. *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 221 – 237.

BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Fortuna Crítica).

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988, 96 p. (Teses, v.13).

CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. Literatura Congregada. In: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1975, v. 1, P. 73-80.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

CHIAPINI, Lígia. *Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura*. In: Estudos Históricos, v. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.

*Colóquio Graciliano Ramos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008. (Coleção Casa de Palavras).

COUTINHO, Afrânio. O regionalismo na ficção. In: \_\_\_\_\_ (dir.). *A literatura no Brasil*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2002, v. 4, p. 234-309.

COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos: coletânea organizada por Sônia Brayner*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (Fortuna Crítica, v. 2), p. 73-122.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Metáfora de tirania*. In: *Ponta de estoque*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

\_\_\_\_\_. *Simões Lopes Neto*. 2. ed. Porto Alegre: IEL: Ed. da Universidade: 2001.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002 (Coleção Verbum).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

FAORO, Raymundo. As tendências internas da República Velha. In: \_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. Cap. XIII, p. 567-648.

\_\_\_\_\_. República Velha: os fundamentos políticos. In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. Cap. XIV, p. 651-738.

FISCHER, Luís Augusto. *Contra o esquecimento*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

\_\_\_\_\_. *Conversa urgente sobre uma velharia*. Disponível em <http://www.4shared.com/file/48478214/17a85537/velharia.html> Acesso em 21/12/2009.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 351-369.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IZQUIERDO, Iván. *A arte de esquecer*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

\_\_\_\_\_. *Questões sobre memória*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOACHIMSTHALER, Jürgen. *A literarização da região e a regionalização da literatura*. In: Antares (Letras e Humanidades), n. 2, jul-dez 2009. Universidade de Caxias do Sul: 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplRevistaLetras/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/2/sumario/lite ralizacao.pdf>. Acesso em 27/02/2010.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 38. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 189-213.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003

LIMA, Luiz Costa. *Por que Literatura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

MAIA, João Roberto. *Apontamentos sobre a obra de Graciliano Ramos*. In: Espéculo. Revista de Estudios Literarios. n. 35. Universidad Complutense de Madrid: 2007. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero35/gramos.html> Acesso em 26/08/2008.

MOISÉS, Massaud. Segundo Momento Modernista (1928-1945). In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989, p. 161-366.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAVIANI, Jayme. *Cultura, humanismo e globalização*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Ecos românticos, veleidades realistas. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988 (Coleção Reconquista do Brasil, v. 131), p. 33-52.

PEREIRA, \_\_\_\_\_. Regionalismo. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988 (Coleção Reconquista do Brasil, v. 131), p. 175-220.

\_\_\_\_\_. *São Bernardo e o mundo seco de Graciliano Ramos*. In: \_\_\_\_\_. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943) e em livros*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

PINTOS, Juan-Luis. *Los imaginarios sociales – la nueva construcción de la realidad social*. Meliáño: Editorial Sal Terrae; Madrid: Fe y Secularidad, 1995.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003. (Coleção Identidade & Cultura).

\_\_\_\_\_. *O regional e o universal na literatura gaúcha*

RAMIL, Vítor. *Pequod*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 64. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

\_\_\_\_\_. *Caetés*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. *Infância*. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. *Insônia*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. *Memórias do cárcere*. 44 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios. In: \_\_\_\_\_. *Viventes das Alagoas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 191-221

\_\_\_\_\_. *São Bernardo*. 83. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. *Viagem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. *Vidas Secas*. 106. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. *Viventes das Alagoas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007. (Coleção Espaços da Memória).

SANTOS, Rafael José dos. *Relatos de regionalidade: tessituras da cultura*. In: Antares (Letras e Humanidades), n. 2, jul-dez 2009. Universidade de Caxias do Sul: 2009. Disponível em: [http://www.ucs.br/ucs/tplRevistaLetras/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/2/sumario/relatos\\_regionalidade.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplRevistaLetras/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/2/sumario/relatos_regionalidade.pdf). Acesso em 27/02/2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Fortuna Crítica), p. 46-59.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. A prosa romântica: sertanismo. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 319-339.

\_\_\_\_\_. Modernismo. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 522-579.

\_\_\_\_\_. O regionalismo. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 403-428.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

VERDI, Eunaldo. *Graciliano Ramos e a crítica literária*. Florianópolis: UFSC, 1989.

ZAGURY, Eliane. Graciliano Ramos e o Modernismo Clássico. In: \_\_\_\_\_. *A palavra e os ecos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971, p. 55-73.

ZILBERMAN, Regina. *Memorialismo fictício de Machado de Assis a Graciliano Ramos – Dom Casmurro e São Bernardo*. In: Machado de Assis em linha. Ano 1, n. 2, dez. 2008, p. 117-127. Disponível em:  
[http://machadodeassis.net/revista/numero02/rev\\_num02\\_artigo09.asp](http://machadodeassis.net/revista/numero02/rev_num02_artigo09.asp). Acesso em 31/10/2009.

